

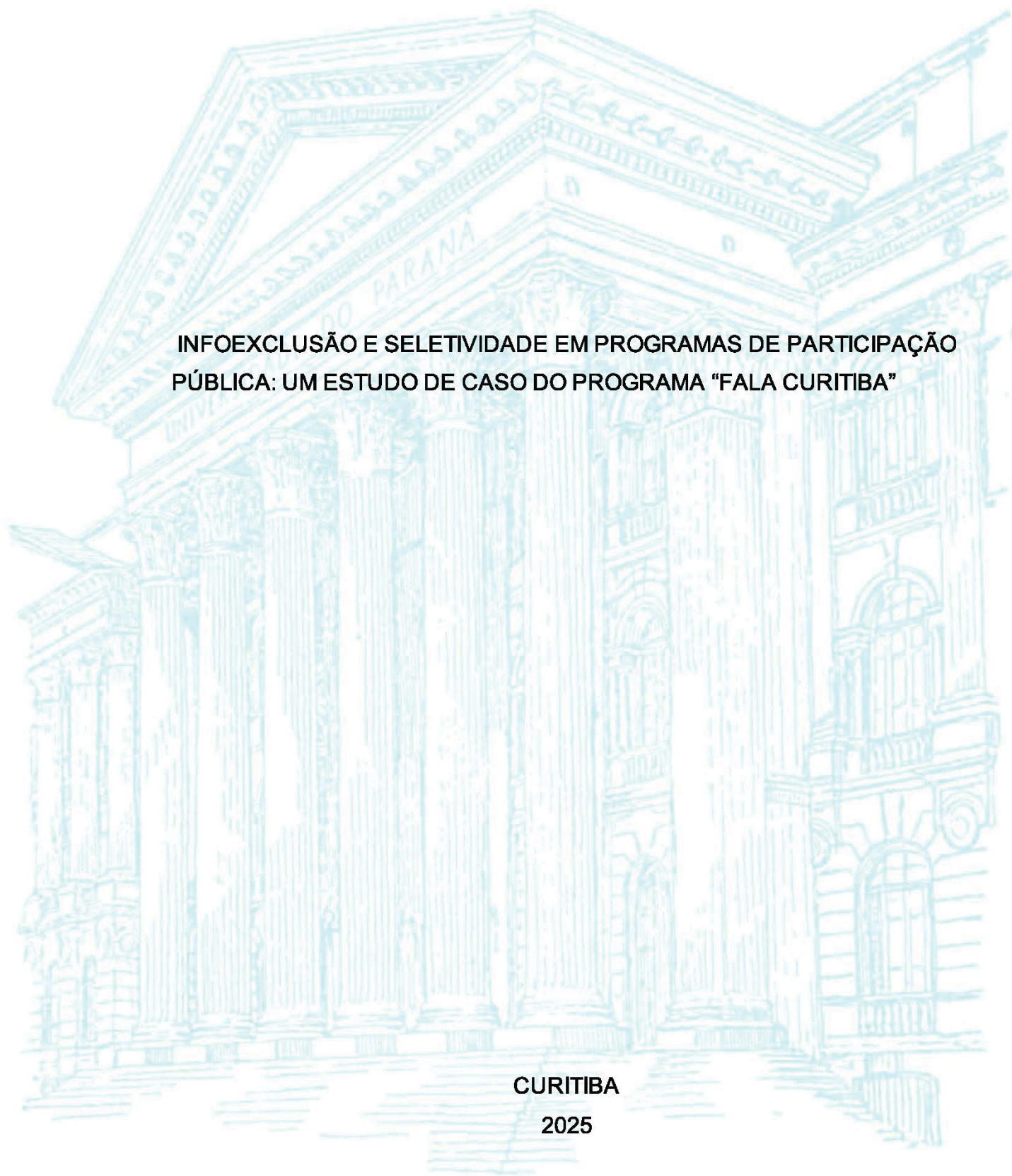
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GISLENE TEIXEIRA FEITOZA

**INFOEXCLUSÃO E SELETIVIDADE EM PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO
PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA “FALA CURITIBA”**

CURITIBA

2025



GISLENE TEIXEIRA FEITOZA

**INFOEXCLUSÃO E SELETIVIDADE EM PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO
PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA “FALA CURITIBA”**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Feitoza, Gislene Teixeira

Infoexclusão e seletividade em programas de participação pública:
um estudo de caso do programa Fala Curitiba. / Gislene Teixeira
Feitoza. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

1. Cidades inteligentes. 2. Orçamento participativo. 3. Exclusão de
informação. 4. Democracia. I. Universidade Federal do Paraná. II.
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. III. Faria, José
Ricardo Vargas de. IV. Título.

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GISLENE TEIXEIRA FEITOZA**, intitulada: **INFOEXCLUSÃO E SELETIVIDADE EM PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA FALA CURITIBA**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Setembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

13/11/2025 08:27:38.0

JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/10/2025 20:43:16.0

RAMON JOSÉ GUSSO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Assinatura Eletrônica

23/10/2025 16:26:53.0

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

Avaliador Interno (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO)

À minha versão mais jovem, que duvidou que chegaríamos tão longe, mas
que não deixou de sonhar.

AGRADECIMENTOS

Esta página foi cuidadosamente pensada e escrita ao longo de dias e espero ter conseguido expressar como foram esses últimos anos em 2309 caracteres.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao meu orientador pelas valiosas conversas e ensinamentos e por me ajudar a enxergar o caminho acadêmico pelo qual eu quero seguir. Agradeço também pela forma como acreditou na minha escrita e como me apoiou.

Eu agradeço a minha família por me apoiar na mudança para Curitiba, pela ajuda, preocupação e chamadas de vídeo, por me ampararem nos momentos de crise e por acreditarem em mim incondicionalmente.

Agradeço a todos os meus amigos – e são muitos os nomes a serem citados – por cada mensagem de apoio e por me acolherem em cada desabafo. Vocês acreditaram em mim muito mais do que eu mesma, superaram 430km de distância, me abraçaram, me fizeram rir e tornaram esses anos mais leves e descontraídos. Gostaria de deixar uma menção honrosa à Maira Bravo por ter dividido comigo litros de café enquanto escrevíamos nossas dissertações.

Agradeço ao Emílio Bertholdo por seu trabalho impecável como meu professor e orientador na graduação. Foi graças ao seu incentivo, suas broncas, seu acolhimento, sua disponibilidade em me ajudar e por acreditar na minha competência que eu também pude acreditar que fazer um mestrado era um sonho possível e visualizar um futuro diferente para mim.

Agradeço ao meu companheiro, Luis Lelis, por todo o esforço, desde me ajudar com a mudança de cidade, me ajudar com várias etapas da pesquisa, por estar presente, por me descarregar de outras tarefas para que eu pudesse me dedicar inteiramente à dissertação, por ouvir meus desabafos, por secar minhas lágrimas e por se orgulhar de mim. Sem esse apoio eu não teria conseguido.

E por último, mas não menos importante,

“Eu gostaria de agradecer à mim,
Eu quero agradecer à mim por acreditar em mim,
Eu quero agradecer à mim por favor todo esse trabalho duro,
Eu quero agradecer à mim por não ter dias de folga,
Eu quero agradecer à mim por nunca desistir,
Eu quero agradecer à mim por ser sempre um doador e tentar dar mais do que recebo,

Eu quero agradecer à mim por tentar fazer mais o certo do que o errado,
Eu quero agradecer à mim por ser eu o tempo todo.”

(Snoop Dogg, 2019. Tradução própria.)

"A liberdade é o direito de escolher." (FRIEDMAN, 1980)

RESUMO

A busca por soluções inovadoras para promover a participação pública tem se intensificado, com destaque para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o conceito de “cidades inteligentes”. Essas cidades fomentam o uso de ferramentas tecnológicas para otimizar a gestão urbana e processos administrativos, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à infoexclusão. Este estudo se propôs a analisar os vieses de envolvimento e resultados obtidos e como eles podem estar relacionados à infoexclusão no programa de participação pública “Fala Curitiba”, criado em 2017 para envolver os cidadãos nas decisões orçamentárias do município, tendo como referência edições dos anos 2022, 2023 e 2024. A pesquisa foi estruturada a partir da introdução, a construção teórica das palavras-chave utilizadas, os aspectos metodológicos, a participação no programa, os dados oficiais obtidos, e os dados socioespaciais de Curitiba para então chegar à conclusão. A pesquisa explorou como o acesso desigual às TICs pode reproduzir desigualdades e condicionar a participação pública e os resultados obtidos. Para isso, a pesquisa partiu de uma abordagem baseada no “pensamento complexo” para compreender a interação entre múltiplos fatores. Foi adotada uma abordagem quantitativa-descritiva para analisar os perfis dos participantes comparando a participação presencial e online através da coleta de dados socioeconômicos, espaciais e métricas do programa. Também foi utilizado um modelo de regressão logística para analisar as razões de chance de participação e voto em cada prioridade. Depois de tratados os dados, foi possível concluir que o perfil dos participantes do programa apenas reflete a população curitibana, sem mostrar indícios de que a participação seja influenciada por fatores de infoexclusão. Os dados também mostraram os diferentes perfis de participantes que votam em cada prioridade. Ao final da pesquisa foi possível concluir que a infoexclusão não parece influenciar a participação no programa, bem como concluir que as variáveis utilizadas no estudo – como sexo, idade e escolaridade – mostram um padrão de seletividade em cada prioridade. Assim, a pesquisa ofereceu insights para uma pesquisa mais aprofundada sobre fatores de infoexclusão e sobre programas de participação.

Palavras-chave: Infoexclusão; Participação pública; Cidades inteligentes; E-governo; Democracia participativa; Orçamento participativo.

ABSTRACT

The search for innovative solutions to promote public participation has intensified, with an emphasis on the use of Information and Communication Technologies (ICTs) and the concept of “smart cities.” These cities foster the use of technological tools to optimize urban management and administrative processes while facing challenges related to digital exclusion. This study aimed to analyze engagement biases and outcomes, and how they may be related to digital exclusion in the public participation program “Fala Curitiba,” created in 2017 to engage citizens in the city's budget decisions, taking as reference the 2022, 2023 and 2024 editions. The research was structured around the introduction, the theoretical framework of the key concepts used, the methodological aspects, the participation in the program, the official data obtained, and the socio-spatial data of Curitiba, in order to reach the conclusion. The research explored how unequal access to ICTs can reproduce inequalities and shape public participation and the results achieved. To this end, the study was based on a “complex thinking” approach to understand the interaction between multiple factors. A quantitative-descriptive approach was adopted to analyze participant profiles by comparing in-person and online participation through the collection of socioeconomic, spatial, and official data. A logistic regression model was also applied to analyze the odds of participation and voting in each priority. After processing the data it was possible to conclude that the profile of the program's participants only reflects Curitiba's population, showing no evidence that participation is influenced by digital exclusion factors. The data also revealed the different profiles of participants who voted for each priority. At the end of the research, it was possible to conclude that info-exclusion does not seem to influence participation in the program, as well as to conclude that the variables used in the study – such as gender, age, and education – show a pattern of selectivity in each priority. The research offered insights for further study on digital exclusion factors and participation programs.

Keywords: Digital exclusion; Public participation; Smart cities; E-government; Participatory democracy; Participatory budget.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LAYOUT INICIAL DA PLATAFORMA ONLINE 1	70
FIGURA 2 – LAYOUT INICIAL DA PLATAFORMA ONLINE 2	70
FIGURA 3 – PÁGINA DE LOGIN PARA PARTICIPAÇÃO	71
FIGURA 4 – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO	71
FIGURA 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS PARA SUGESTÃO EM 2025..	72
FIGURA 6 – SELEÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERIR SUGESTÕES	72
FIGURA 7 – INSERÇÃO DE SUGESTÕES NA PLATAFORMA.....	73
FIGURA 8 – CLUSTERS DE PARTICIPAÇÃO	137
FIGURA 9 – PRIORIZAÇÃO NA MATRIZ E NO TATUQUARA	142

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PESQUISA POR “SMART CITY”	17
GRÁFICO 2 – PESQUISA POR “E-EXCLUSION”	17
GRÁFICO 3 – PESQUISA POR “E-DEMOCRACY”	18
GRÁFICO 4 – RESULTADO GERAL DA PESQUISA NOS BANCOS DE DADOS ..	19
GRÁFICO 5 – PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE NO CATÁLOGO DE TESES DA CAPES.....	20
GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2022.....	79
GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2022	80
GRÁFICO 8 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2022	81
GRÁFICO 9 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2022	82
GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2022	83
GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2022.....	83
GRÁFICO 12 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2022	86
GRÁFICO 13 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2022	86
GRÁFICO 14 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2022.....	87
GRÁFICO 15 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2022.....	88
GRÁFICO 16 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2022	89
GRÁFICO 17 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA DE 2022	89
GRÁFICO 18 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2023.....	94
GRÁFICO 19 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2023	95
GRÁFICO 20 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2023	96
GRÁFICO 21 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2023	97
GRÁFICO 22 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2023	98
GRÁFICO 23 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2023.....	98
GRÁFICO 24 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2023	101
GRÁFICO 25 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2023	101
GRÁFICO 26 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2023.....	102

GRÁFICO 27 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2023.....	103
GRÁFICO 28 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2023	104
GRÁFICO 29 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA EM 2023	104
GRÁFICO 30 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2024.....	109
GRÁFICO 31 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2024.....	110
GRÁFICO 32 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2024.....	111
GRÁFICO 33 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2024.....	112
GRÁFICO 34 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2024.....	113
GRÁFICO 35 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2024.....	113
GRÁFICO 36 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2024.....	116
GRÁFICO 37 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2024.....	116
GRÁFICO 38 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2024.....	117
GRÁFICO 39 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2024.....	118
GRÁFICO 40 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2024	119
GRÁFICO 41 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA EM 2024	119
GRÁFICO 42 – HABITANTES POR REGIONAL.....	126
GRÁFICO 43 – DENSIDADE POR REGIONAL.....	126
GRÁFICO 44 – PROPORÇÃO DE IDOSOS E CRIANÇAS POR REGIONAL.....	127
GRÁFICO 45 – PROPORÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS REGIONAIS.....	128
GRÁFICO 46 – PROPORÇÃO DE NEGROS E PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO EM FAVELAS.....	129
GRÁFICO 47 – PRIORIZAÇÃO POR SEXO E MODALIDADE.....	138
GRÁFICO 48 – PRIORIZAÇÃO POR IDADE E MODALIDADE.....	139
GRÁFICO 49 – PRIORIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE.....	140
GRÁFICO 50 – PRIORIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE.....	141

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE NOS PERIÓDICOS	19
TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2022.....	84
TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2022.....	84
TABELA 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2022	90
TABELA 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2022	92
TABELA 6 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2023.....	99
TABELA 7 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2023.....	99
TABELA 8 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2023	105
TABELA 9 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2023	107
TABELA 10 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2024	114
TABELA 11 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2024	114
TABELA 12– POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2024	120
TABELA 13 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2024.....	122
TABELA 14 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DOS HABITANTES DE CURITIBA	124
TABELA 15 – RENDA MÉDIA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO EM REAIS	129

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAP	- Instituto Municipal de Administração Pública
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	- Organização das Nações Unidas
OP	- Orçamento Participativo
TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicação
IoT	- Internet das Coisas
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	- Lei Orçamentária Anual
PPA	- Plano Plurianual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA E ESTUDO DE CASO	17
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	20
2 A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DA CIDADE INTELIGENTE	16
2.1 CIDADES INTELIGENTES E A GOVERNANÇA INTELIGENTE.....	21
2.2 A PARTICIPAÇÃO COMO MECANISMO DA DEMOCRACIA.....	35
2.3 OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	45
2.4 A INFOEXCLUSÃO ENQUANTO UM CONDICIONANTE	55
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	62
4 O PROGRAMA “FALA CURITIBA”	66
4.1 O “FALA CURITIBA” NA PRIMEIRA PESSOA	74
4.1.1 Regional Boa Vista.....	75
4.1.2 Regional CIC	75
4.1.3 Regional Matriz	76
4.1.4 Regional Portão.....	77
4.2 OS NÚMEROS DO FALA	78
4.2.1 EDIÇÃO 2022.....	79
4.2.2 EDIÇÃO 2023.....	93
4.2.3 EDIÇÃO 2024.....	108
4.3 CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE CURITIBA	123
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS	130
5 CONCLUSÃO.....	144
REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

A busca por soluções inovadoras para promover e engajar a participação pública tem despertado crescente interesse na prática governamental como forma de garantir à população seu direito à cidadania. Novas respostas à gestão democrática pública surgem a partir de transformações na sociedade, a pluralidade de suas visões políticas e o crescimento do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), tais como o uso de computadores pessoais, smartphones, aplicativos, web sites e até mesmo o uso de redes sociais, como Facebook e Instagram, para incentivar a participação colaborativa e informar o cidadão.

Com isso, o termo “cidade inteligente”, ou “smart city”, tem ganhado uma crescente visibilidade entre agentes políticos e urbanistas como respaldo para a transformação das estruturas que envolvem a gestão de cidades através do uso de ferramentas tecnológicas.

Em linhas gerais, a base da conceituação do termo “cidade inteligente” surge como a combinação de ferramentas urbanas e alternativas tecnológicas à administração, gerenciamento e desenvolvimento sustentável de recursos e serviços públicos que objetivem a melhoria de qualidade de vida do cidadão e ganho de eficiência na gestão das estruturas urbanas (Ulrich; Marshment–howell, Van Geest, 2016; Torfing *et al.*, 2012).

Townsend (2013) define cidades inteligentes como ambientes urbanos resilientes e capazes de se adaptarem as adversidades, agenciando melhorias nos desenhos de políticas sociais por parte do poder público, entendendo as ferramentas tecnológicas como elementos chave para o surgimento de novos processos de planejamento e gestão da cidade. Para Ulrich; Marshment–Howell e Van Geest (2016), as cidades inteligentes não apenas oferecem possibilidades diversas de governo e gestão, mas exigem horizontalidade governamental para corroborar sua eficiência e alcance.

De acordo com os estudos de Torfing *et al.* (2012) acerca de governos interativos e horizontais, essas novas modulações surgiram como uma solução aos fracassos observados pela população nos modelos de governança tradicionais e como uma alternativa aos processos administrativos burocráticos. Assim, criou-se um novo modelo de governança complexo e interativo capaz de contribuir para a instauração de processos democráticos mais eficientes onde tal participação é

possível e facilitada pelo uso de TICs e diretamente proporcional ao nível educacional e informativo da população.

Essa nova forma de conexão urbana funciona como um incentivo a criação de tecnologias de cunho social que favoreçam a participação pública e viabilizem a colaboração nos processos de identificação de problemas, necessidades e potencialidades, voltados à melhoria da qualidade de vida no campo social e na infraestrutura urbana.

No entanto, Ulrich; Marshment–Howell e Van Geest (2016) questionam a segregação entre os grupos mais e menos participativos nas políticas urbanas como efeito da exclusão e desigualdade tecnológica e argumentam que a demanda de uma cidade denominada inteligente não impõe apenas o uso de tecnologias, mas a sua inserção em conformidade com as mudanças sociais, políticas e culturais, de modo a questionar se o crescente uso dessas tecnologias não reproduz desigualdades e exclusões socioeconômicas.

Partindo do pressuposto de que a população mais privilegiada socioeconomicamente é a que tem maior acesso a TICs, Ribeiro *et al.* (2013) pontua que não obstante o crescente número de pessoas com acesso à internet e dispositivos tecnológicos, ainda há desigualdades não apenas entre conectados e não-conectados, mas também desigualdades entre a população conectada.

Os autores citam fatores materiais e imateriais que influenciam na perpetuação dessas desigualdades, de modo que não se trata apenas de ter um aparelho celular ou acesso à internet, mas sobre a capacitação do uso dessas ferramentas, principalmente entre a população mais pobre.

Neste contexto, este estudo irá investigar a influência de fatores de infoexclusão em programas de participação pública tendo como estudo de caso o programa Fala Curitiba nos anos de 2022, 2023 e 2024. Durante esse período houve a consolidação das ferramentas utilizadas pelo programa nas modalidades presencial e online.

1.1 PROBLEMA E ESTUDO DE CASO

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Curitiba (2024), o programa Fala Curitiba foi lançado em maio de 2017 pela prefeitura de Curitiba como uma ferramenta de consulta para ampliar a participação da população no Orçamento

municipal e é atualmente coordenado pelo Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). Segundo o IMAP, o Fala Curitiba é um programa de participação pública que objetiva envolver os cidadãos no processo de planejamento e tomada de decisão ao indicarem propostas para as leis orçamentárias do município, considerando as particularidades de cada um dos 75 bairros divididos em 10 regionais.

Através do programa, os cidadãos são incentivados a participar das consultas acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as consultas acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano seguinte. É possível participar das consultas de forma online, através do portal Fala Curitiba, presencialmente preenchendo os formulários através do Fala Móvel ou das reuniões realizadas nas regionais de Curitiba. É através destes meios que são eleitas as prioridades orçamentárias do município (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2024).

Tendo em vista as transformações urbanas e políticas no cenário brasileiro, a concretização dos conceitos de cidade inteligente trazidos para a realidade individual de cada cidade através de programas como o Fala Curitiba torna possível a facilitação da participação popular, a ampliação e estruturação de conceitos democráticos, como também incentiva a participação colaborativa entre cidadão e governo, o cidadão ativo e o surgimento de novas ferramentas de gestão urbana (Cunha et. al, 2016).

Em contraste, o avanço tecnológico e seu crescente uso podem refletir e até potencializar desigualdades socioeconômicas já existentes em nossa sociedade, considerando que os grupos mais afetados por essa desigualdade têm um acesso limitado ou inexistente a serviços que possibilitem o uso dessas ferramentas como dificuldade de acesso à internet, posse ou acesso a computadores e smartphones e barreiras educacionais informativas (Ulrich, Marshment–howell, Van Geest, 2016).

A escolha da abordagem epistemológica é um aspecto fundamental de uma pesquisa, pois orienta todo o processo investigativo. A adoção do pensamento complexo como abordagem epistemológica, conforme desenvolvido por Edgar Morin (1990), justifica-se pela multidimensionalidade e interconectividade que a pesquisa exige, considerando os múltiplos fatores interconectados que se influenciam mutuamente.

Com base nas lacunas constatadas durante o levantamento teórico e nas perspectivas dos autores selecionados, observa-se a amplitude de fatores apontados como influentes e as multifacetadas da participação pública como um todo. Assim,

seguindo a visão de Morin (2001), a interdisciplinaridade, enquanto parte do pensamento complexo, trata da capacidade de articular e integrar esses fatores e conhecimentos para analisar todas as dimensões do objeto de estudo.

Diante do exposto, a pergunta central deste estudo é: Como as modalidades de participação pública presencial e remota do Programa Fala Curitiba podem condicionar o perfil e o envolvimento de segmentos sociais e os resultados obtidos no processo decisório do orçamento municipal?

1.2 OBJETIVOS

Neste tópico são abordados os objetivos, gerais e específicos que motivam e orientam esta pesquisa, de forma a tratar do tema central da pesquisa e das especificidades que a permeiam.

1.2.1 Objetivo geral

Entende-se que muitos são os fatores que podem influenciar na participação ou na não-participação de um sujeito em uma política pública, bem como os resultados obtidos através dessa participação. Contudo, para esta pesquisa, o objetivo geral concentra-se em analisar os vieses de envolvimento e a priorização de propostas nas modalidades presenciais e online do programa Fala Curitiba.

1.2.2 Objetivos específicos

Para além das contribuições mencionadas, esta pesquisa objetiva também:

- Investigar o desenvolvimento dos conceitos de democracia e participação na cidade inteligente;
- Estudar a relevância e impacto da conectividade digital para a efetiva participação popular;
- Analisar a associação de fatores de infoexclusão à vieses de envolvimento dos participantes.
- Traçar os diferentes perfis de participantes e sua relação com as prioridades eleitas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Como justificativa teórica, a pesquisa visa ampliar os estudos ainda recentes sobre a introdução de ferramentas tecnológicas na participação pública, explorando como essas ferramentas podem servir como um modelo democrático. Esse estudo mostra-se relevante à luz da crescente adoção de TICs em processos de governança participativa. Embora existam diversas pesquisas sobre democracia participativa e cidades inteligentes, há lacunas no entendimento do impacto da infoexclusão neste contexto.

Ao abordar essas lacunas, a pesquisa se alinha com a literatura recente que discute a relação entre participação pública e tecnologia. Além disso, a pesquisa contribuirá com um estudo de caso brasileiro, visto que a temática ainda foi pouco explorada na América do Sul em comparação com outros países, oferecendo um panorama atualizado sobre governança participativa e o uso de TICs baseado em autores recentes. Este trabalho justifica-se, portanto, pelo enriquecimento da compreensão teórica dessas dinâmicas complexas para futuras investigações acadêmicas.

Já do ponto de vista prático, a pesquisa pode oferecer benefícios significativos para agentes públicos e políticos, ao fornecer insights sobre como otimizar a participação da população em programas de participação pública. Através da análise dos perfis socioeconômicos dos participantes, tanto presenciais quanto online, a pesquisa poderá identificar formas mais eficazes de utilizar TICs para engajar diferentes segmentos da população de forma mais inclusiva e efetiva.

Ademais, os resultados da pesquisa têm o potencial de impactar diretamente o próprio programa Fala Curitiba, fornecendo dados empíricos que podem orientar melhorias e adaptações no programa e possivelmente impactar outras cidades com características semelhantes.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta dissertação será estruturada em 5 capítulos, sendo o primeiro capítulo esta introdução de pesquisa contendo os objetivos e justificativa; o segundo capítulo tratará a construção do referencial teórico dos conceitos abordados e debatidos nesta pesquisa. Foram estudados a relação entre cidades inteligentes e o uso de TICs para

fomentar uma governança inteligente; foram debatidos também os conceitos de democracia participativa e como a democracia está fortemente associada à programas de orçamento participativo; e por fim, quais são os fatores de infoexclusão que os autores tratam e como eles podem condicionar a participação.

No terceiro capítulo será apresentado os processos metodológicos adotados na pesquisa, desde a maneira como planejei minha participação no programa, como os dados foram obtidos e tratados e como foi elaborado o modelo de regressão logística utilizado.

No quarto capítulo será apresentado a minha experiência ao participar do programa Fala Curitiba, os dados oficiais obtidos através do IMAP e os dados socioespaciais de Curitiba obtidos através do IBGE.

Por fim, no último capítulo serão discutidos os resultados obtidos e as conclusões finais desta pesquisa, bem como de quais formas os objetivos foram alcançados.

2 A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO DA CIDADE INTELIGENTE

No contexto do avanço das Cidades Inteligentes como paradigma para a gestão urbana, a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem sido vista como uma ferramenta essencial para ampliar a participação cidadã. No entanto, a crescente digitalização dos processos participativos levanta questionamentos críticos sobre uma de suas problemáticas centrais: a infoexclusão e a potencial reprodução de desigualdades socioeconômicas. Assim, a construção teórica desta pesquisa delimita seu foco à análise e a influência da infoexclusão no engajamento cívico em programas de participação pública, como orçamentos participativos, no contexto das cidades inteligentes e da e-democracia.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa documental e bibliográfica enquanto procedimento metodológico tem por objetivo o levantamento de documentos como fonte primária e o levantamento da bibliografia correspondente como fonte secundária. Desta forma, o pesquisador é direcionado a todo conteúdo escrito, publicado ou registrado por outros meios sobre o tema pesquisado. Para as autoras, não se trata apenas da repetição do que já foi dito sobre o tema pesquisado, mas a possibilidade de, feito este procedimento, examinar o tema sob uma abordagem inédita ou pouco explorada, levando a conclusões inovadoras.

Considerando o exposto, é fundamental realizar uma revisão literária abrangente na construção do estado da arte sobre os temas relevantes para contextualizar e fundamentar teoricamente a pesquisa e então oferecer uma visão ampla e coesa sobre suas lacunas e abordagens necessárias.

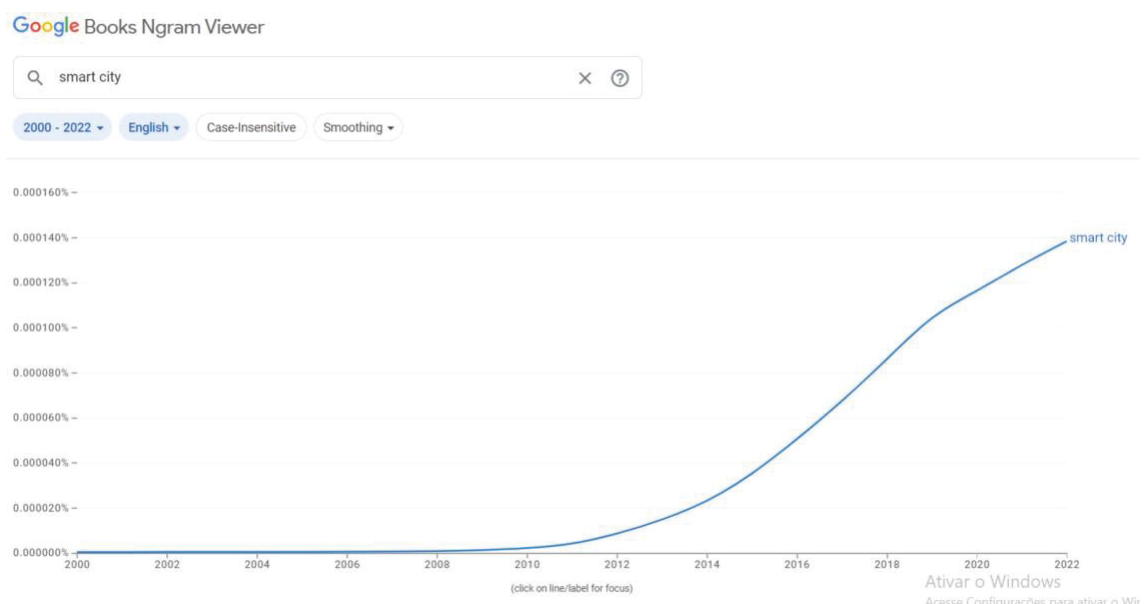
Para a construção do referencial teórico foram pesquisados artigos acadêmicos nos periódicos: Scopus, ScienceDirect e Tailor & Francis. Também foram pesquisadas dissertações e teses no Catálogo de Teses da CAPES. Para tanto, utilizou-se de uma combinação de palavras-chave em português e inglês e Operadores Booleanos limitando as buscas para títulos, resumo e palavras-chave. Sendo elas:

- Fala Curitiba;
- Democracia participativa;
- Cidade inteligente;
- Planejamento urbano;

- Participação pública;
- Democracia digital;
- Infoexclusão;
- Participa* democracy;
- Smart city;
- Urban policy;
- Public participation;
- E-democracy.

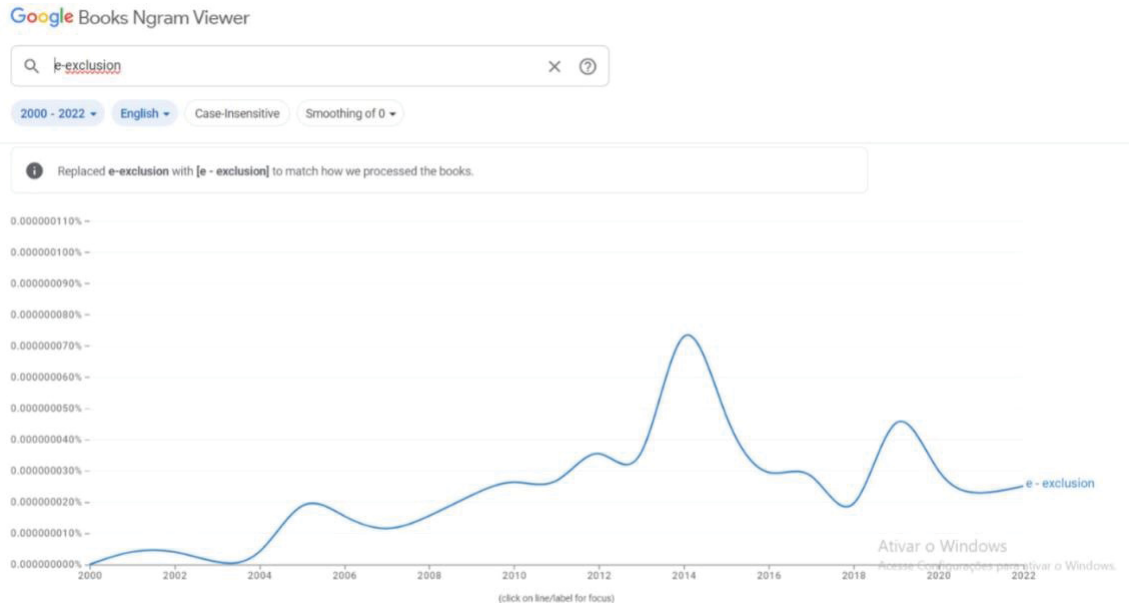
A pesquisa também foi limitada por um recorte temporal de 2000 a 2024, considerando o quão recente é o debate sobre cidades inteligentes e ferramentas online de participação pública. Os gráficos abaixo ilustram o crescente número de pesquisas sobre o tema no Google entre 2000 e 2022.

GRÁFICO 1 – PESQUISA POR “SMART CITY”



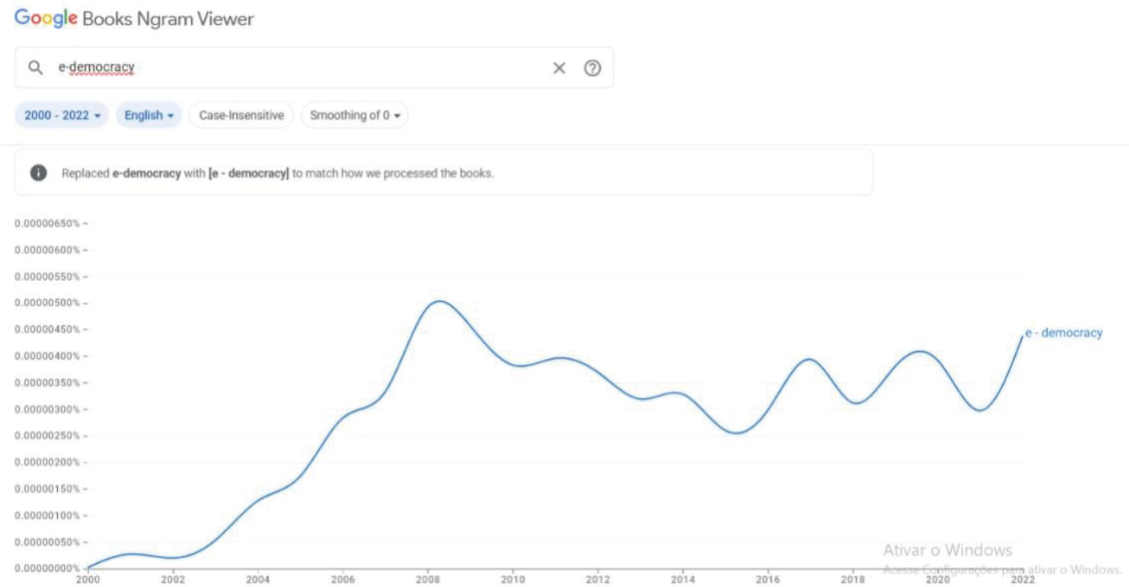
FONTE: Ngram Viewer - Google (2024).

GRÁFICO 2 – PESQUISA POR “E-EXCLUSION”



FONTE: Ngram Viewer - Google (2024).

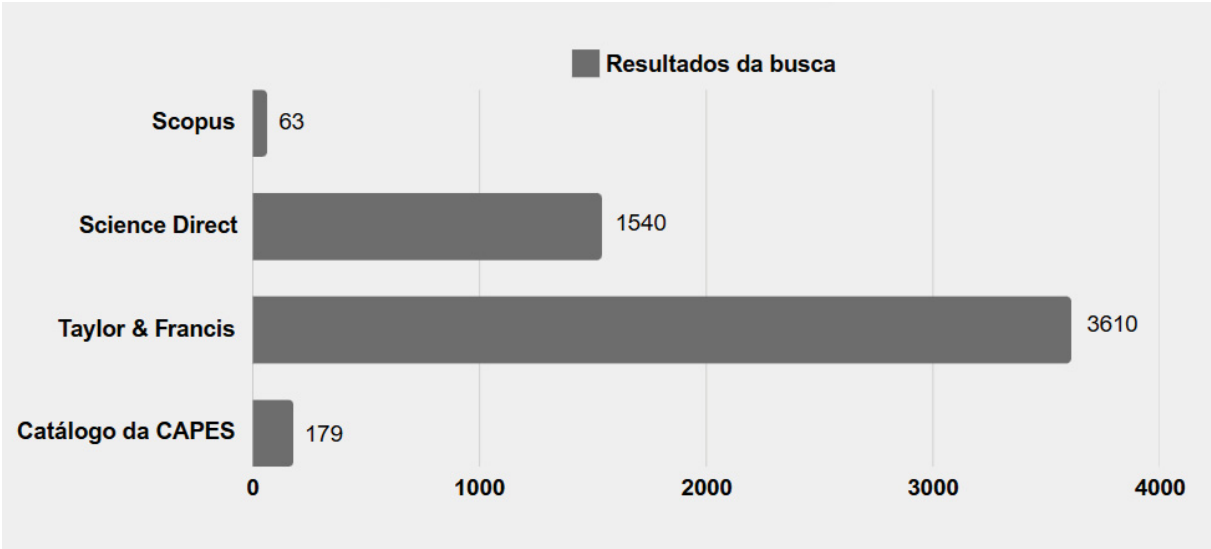
GRÁFICO 3 – PESQUISA POR “E-DEMOCRACY”



FONTE: Ngram Viewer - Google (2024).

O gráfico e tabela a seguir mostram a combinação de palavras-chave que foram utilizadas e o número de resultados correspondente em cada periódico. Com relação ao número total de resultados em cada periódico, foram encontrados 63 resultados na Scopus, 1540 resultados na Science Direct, 3610 resultados na Taylor & Francis e 179 resultados no Catálogo de Teses da Capes. Já a tabela mostra os resultados encontrados em cada combinação de palavras-chave.

GRÁFICO 4 – RESULTADO GERAL DA PESQUISA NOS BANCOS DE DADOS



FONTE: A autora (2024).

TABELA 1 – PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE NOS PERIÓDICOS

Palavras-chave	Scopus	Science Direct	Taylor & Francis
“democracia participativa” OR “participa* democracy” AND (“smart city” OR “cidade inteligente”)	8	65	37
"democracia participativa" OR "participa* democracy" AND ("smart city" OR "cidade inteligente") AND (“urban policy” OR “planejamento urbano”)	1	63	37
“participação pública” OR “public participation” AND “fala curitiba”	0	4	5
“cidade inteligente” OR “smart city” AND “fala curitiba”	1	4	1
“fala curitiba”	1	0	0
“cidade inteligente” OR “smart city” AND (“e-democracy” OR “democracia digital”)	30	57	25

"democracia participativa" OR "participa* democracy" AND ("e-democracy" OR "democracia digital")	22	63	37
"smart city" OR "cidade inteligente" AND "infoexclusão"	0	1014	2796
"e-democracy" OR "democracia digital" AND "infoexclusão"	0	270	672

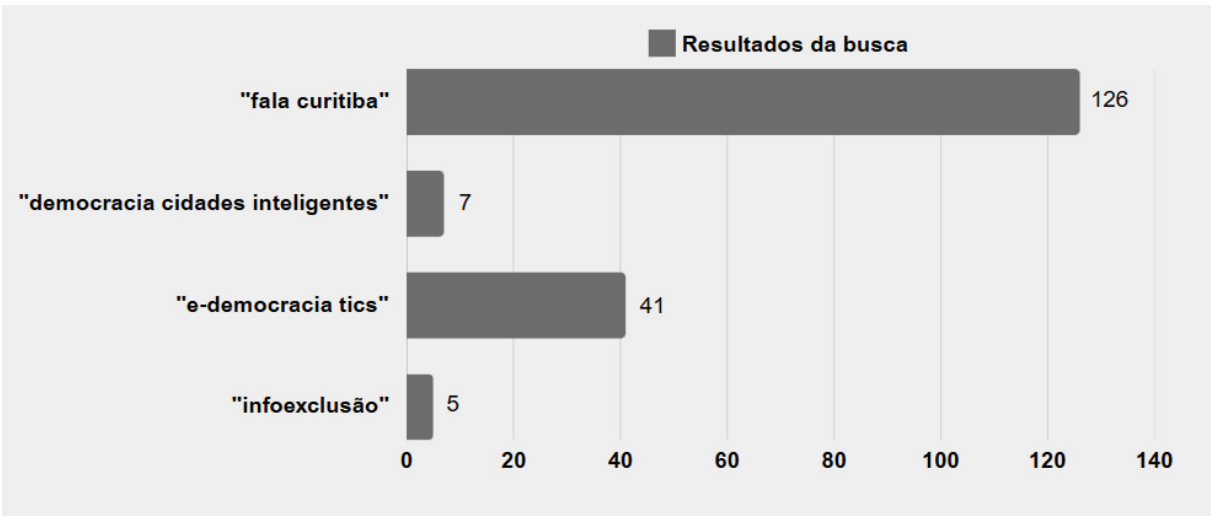
FONTE: A autora (2024).

Para a pesquisa de dissertações e teses foi utilizada uma busca diferente, devido limitação da plataforma, com as seguintes palavras-chave:

- Fala Curitiba
- Democracia
- Cidades inteligentes
- E-democracia
- TICs
- Infoexclusão

O gráfico a seguir mostra a combinação de palavras-chave e o número de teses e dissertações encontrados.

GRÁFICO 5 – PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE NO CATÁLOGO DE TESES DA CAPES



FONTE: A autora (2024).

Foi observado ao longo das buscas uma grande repetição de resultados em todas as plataformas que se deve ao fato de muitos artigos, livros, teses e dissertações usarem as mesmas palavras-chave. Também notou-se uma amplitude de resultados que não se encaixam no tema de pesquisa, principalmente voltados a tecnologia e a pesquisas sobre a fala infantil no município de Curitiba.

Apesar do alto número de estudos de caso voltados ao tema da pesquisa, a grande maioria se tratava de países na Europa, no Oriente médio e na Ásia, sendo poucos os resultados voltados para a América do Sul.

Feito esse levantamento, foi realizada uma filtragem para posterior leitura completa dos títulos, tendo como filtro o conteúdo do título, resumo e sua relevância para a pesquisa. Os resultados foram registrados no Excel e os artigos duplicados foram excluídos, somando 75 leituras, incluindo artigos, capítulos de livros, teses, dissertações, textos adicionais indicados pelo orientador e textos que se mostraram necessários ao longo da pesquisa.

Para fins de continuidade, este capítulo será dividido em 4 partes, de forma a abranger a literatura obtida através deste levantamento, sendo eles: Cidades Inteligentes e a governança inteligente; A participação como mecanismo da democracia; Os desafios da participação no Orçamento Participativo; A infoexclusão enquanto um condicionante.

2.1 CIDADES INTELIGENTES E A GOVERNANÇA INTELIGENTE

Para Ferreira e Coelho (2021), o processo histórico associado ao crescimento urbano e impulsionado pela aceleração de tecnologias fomentou o fenômeno da urbanização e a expansão geoespacial. Este crescimento urbano acelerado e o crescente aumento populacional resultou em novos desafios para os governos que impulsionam o surgimento de novos modelos de governança e novas formas de construir o espaço urbano, tal como a tendência das cidades inteligentes e o desenvolvimento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como aliadas, conforme exposto pelas autoras.

Cunha et. al (2016) destacam a urbanização como uma das tendências mais significativas do século XXI. Desde 2007, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, e essa proporção deve aumentar para dois terços até 2050. Neste

cenário, as cidades emergem como centros de poder econômico, social e político, concentrando grande parte da atividade econômica global.

A revolução digital é a segunda megatendência discutida pelos autores. Esta revolução é impulsionada pelo avanço das TICs, que incluem mídias sociais, conectividade móvel, big data, inteligência artificial e computação em nuvem. A revolução digital é vista como um catalisador de mudanças profundas e rápidas, alterando todos os aspectos da vida urbana, desde a infraestrutura até as interações sociais e os modelos de negócios (Cunha et. al, 2016).

Na análise de Castells (2004), a internet por si é uma tecnologia de comunicação livre e maleável, “suscetível de sofrer profundas modificações devido às suas utilizações sociais” (p. 19). O autor afirma que a contribuição dos usuários é crucial não só para a produção, mas também para adaptar e evoluir usos e valores que são transmitidos ao mundo inteiro em tempo real. Isso significa um impulsionamento de redução do tempo de aprendizagem do uso e da produção de tecnologias. Para o autor, este é o principal motivo para o crescimento constante e sem precedentes da internet e suas aplicações.

As primeiras discussões sobre cidades inteligentes começaram na década de 1990, com foco na integração de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com o espaço urbano, de modo que as cidades inteligentes eram definidas pela aplicação de tecnologia na gestão urbana, segundo explica Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer (2022). O objetivo inicial era “promover processos inovadores em estruturas governamentais, negócios e comércio para expandir laços comunitários e participação política” (p. 4), além de melhorar a eficiência dos serviços urbanos, reduzir custos e otimizar o uso de recursos.

Para Morozov e Bria (2019), contudo, as cidades inteligentes surgem como uma resposta a crises financeiras de governos locais, utilizando de soluções privadas e terceirização de serviços urbanos através de cortes de orçamento e redução de custos de operação. Essas soluções substituem políticas sociais e direitos trabalhistas pela automatização de processos e competição de capital financeiro.

Cunha et. al (2016) reforçam que a revolução digital começou a se intensificar com o advento da internet nos anos 1990 ao possibilitar o debate sobre cidades inteligentes e a criação de uma sociedade conectada e colaborativa. Desde então, a revolução digital tem sido marcada por inovações tecnológicas contínuas, e vem transformando a forma como as pessoas interagem, produzem e consomem.

“Desta vez, as cidades se modificam para responder a um ambiente em que a urbanização torna maiores os desafios e, paralelamente, o aparecimento do digital torna distintos os desafios até então existentes. A dimensão do aumento da população e as alterações da vida nas cidades forçam a gestão das cidades a também evoluir. A resposta das cidades aos desafios contemporâneos é o que sustenta o conceito de smart city, ou cidade inteligente, indicando a sua relevância.” (Cunha et. al, 2016, p. 28)

No entanto, a evolução do conceito aos poucos passou a incluir aspectos sociais e de governança, indo além da tecnologia. Segundo Samih (2019), uma cidade inteligente é caracterizada pela integração de vários subsistemas urbanos em um sistema coeso incluindo transporte, energia, educação, saúde, infraestrutura física e segurança pública.

Cunha et. al (2016) introduzem o conceito de "smart city" como um novo paradigma de desenvolvimento urbano que combina a digitalização e o uso estratégico de tecnologias da informação e comunicação (TICs) para melhorar a eficiência dos serviços urbanos, promover a sustentabilidade e engajar os cidadãos de maneira mais eficaz. Uma cidade inteligente, ou smart city, não é apenas uma cidade que adota tecnologias avançadas, mas sim um espaço urbano que utiliza essas tecnologias para atingir objetivos amplos de melhoria da qualidade de vida, inclusão social e inovação econômica (Cunha et. al, 2016; Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022).

Assim sendo, uma "smart city" pode ser definida como uma cidade que utiliza tecnologias da informação e comunicação (TICs) para melhorar a eficiência dos serviços urbanos, aumentar a transparência governamental, promover a sustentabilidade e engajar os cidadãos em processos participativos de tomada de decisão. No entanto, para Cunha et. al (2016), a proliferação de conceitos referentes às smart cities tem levado a banalização e saturação do termo, o que resulta em iniciativas meramente digitais, pouco eficientes e que podem reproduzir ou intensificar disparidades regionais e desigualdades.

Para Morozov e Bria (2019), a ideia de uma cidade inteligente tem sido amplamente adotada por grandes empresas como uma forma de vender soluções urbanas tecnológicas ao passo que extraem dados da população para criar mercados lucrativos e controle social, resultando na privatização da infraestrutura urbana. Essa

lógica transforma cidades em laboratórios corporativos e o conceito de cidade inteligente uma ferramenta de marketing. Neste sentido:

“smart” se refere a qualquer tecnologia avançada a ser implementada em cidades com o objetivo de otimizar o uso de seus recursos, produzir novas riquezas, mudar o comportamento dos usuários ou prometer novos tipos de ganho no que se refere, por exemplo, à flexibilidade, segurança e sustentabilidade.” (Morozov, Bria, 2019, p. 20)

O conceito vai muito além do uso da tecnologia, ele envolve uma transformação em como as cidades são planejadas e geridas. Dessa forma, a tecnologia é considerada um fator disruptivo que permite a criação de oportunidades para uma gestão urbana mais eficiente e inovadora, tal como uma mudança fundamental na maneira como as cidades são geridas. Isso inclui a adoção de uma mentalidade de inovação contínua, o uso de dados para informar a tomada de decisão, e a promoção de uma cultura de colaboração e participação entre os cidadãos, governos e outras partes interessadas. (Cunha et. al, 2016)

Walters (2011) define cidades inteligentes como aquelas que utilizam tecnologia para melhorar a qualidade de vida, a eficiência dos serviços urbanos e a sustentabilidade. O autor argumenta que a verdadeira inteligência das cidades envolve a combinação de avanços tecnológicos com práticas urbanas que respeitem e realcem a identidade local, de forma que a tecnologia deve servir como um meio para fortalecer a coesão social e a participação cidadã, e não apenas como um fim em si mesma.

A definição de uma cidade inteligente, segundo Samih (2019), inclui seis componentes principais: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, mobilidade inteligente, ambiente inteligente e vida inteligente. O investimento na infraestrutura necessária e a adoção de TICs é um pré-requisito básico, mas sem o engajamento e atenção necessários aos outros componentes não há cidade inteligente.

Partindo de uma revisão literária sobre a complexidade e multidimensionalidade do conceito de cidade inteligente, Albino, Berardi e Dangelico (2015) complementam o discurso de Samih (2019) ao argumentar que as cidades inteligentes são caracterizadas por uma combinação de várias dimensões que se

inter-relacionam, incluindo tecnologia, governança, economia, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida, sendo cada uma dessas dimensões cruciais para entender a complexidade das cidades inteligentes e para implementar estratégias eficazes de desenvolvimento urbano e governança.

Cunha et. al (2016) enfatizam que não há uma definição única ou universalmente aceita de smart city ou um consenso sobre os componentes de uma cidade inteligente. Diferentes cidades, especialistas e organizações utilizam o termo para descrever uma variedade de iniciativas e estratégias. Isso reflete a flexibilidade do conceito, que pode ser adaptado para atender às necessidades específicas de cada contexto urbano. A variedade de exemplos demonstra que não existe um caminho único para se tornar uma smart city.

No entanto, o uso de TICs é central para a infraestrutura das cidades inteligentes, visto que estas facilitam a coleta e análise de dados em tempo real e permitem a integração de diferentes sistemas urbanos melhorando a eficiência dos serviços públicos, mas não é e nem deve ser a única estratégia a ser aplicada em uma cidade inteligente, de forma que não se confunda cidade inteligente com cidade digital. (Albino, Berardi, Dangelico, 2015)

Considerando tais infraestruturas inteligentes, Morozov e Bria (2019) argumentam que os cidadãos geram dados em massa para as empresas envolvidas no ideal de smart city através de serviços de transporte, saúde, entre outros, mas não detém o controle sobre como esses dados são manipulados ou a quem são vendidos. Essas iniciativas privadas de fornecimento gratuito de internet e facilitação de acesso ganham em troca uma coleta massiva de dados de usuários que reforça a desigualdade ao transformar cidadãos em consumidores e as cidades em mercado.

Contudo, definir as cidades inteligentes com base apenas na aplicação de tecnologia e coleta massiva de dados é uma visão limitada, visto que a tecnologia não é o único componente necessário para se ter uma cidade inteligente (Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022; Walters, 2011; Cunha et. al, 2016). A ênfase excessiva na tecnologia ignora a necessidade de mudanças na forma como os cidadãos interagem e vivem a cidade.

Dentro deste cenário, Morozov e Bria (2019), questionam a ideia de que a tecnologia é suficiente para resolver problemas urbanos, visto que frequentemente são apresentadas como soluções neutras e facilmente replicáveis. Esses sistemas de inteligência gestão urbana não necessariamente levam a políticas públicas mais

democráticas, imparciais e eficientes. Pelo contrário, podem reproduzir preconceitos e desigualdades, como em sistemas de inteligência artificial para reconhecimento facial dentro da segurança pública.

Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer (2022) criticam esta abordagem tecnocêntrica, argumentando que uma cidade inteligente deve colocar o cidadão no centro do processo de planejamento e que sem isso, há o risco de as cidades inteligentes se tornarem meramente um conjunto de soluções tecnológicas sem um impacto real na qualidade de vida dos habitantes.

Para que uma cidade seja verdadeiramente inteligente, é necessário um enfoque mais abrangente que inclua a participação e envolvimento dos cidadãos e facilite a conexão e o envolvimento entre governo e cidadãos, promovendo a co-criação de comunidades urbanas através da tecnologia (Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022). Para Cunha et. al (2016):

“A cidade inteligente precisa gerar compromisso com o cidadão. Uma aliança entre a cidade e seus grupos de interesse consegue que a cidadania se envolva e se comprometa ao ver sua cidade como um projeto comum, importante e seu.” (Cunha et. al, 2016, p. 34)

De acordo com as análises feitas por Ferreira e Coelho (2021), faz parte das premissas de uma cidade inteligente fomentar um espaço de debate e discussão envolvendo os cidadãos, sendo as plataformas tecnológicas um suporte para fortalecer e engajar a participação cidadã, com destaque a tomada de decisões locais. Em adição, o uso de TICs também possibilita a fiscalização da atuação do Poder Público e maior transparência.

Cunha et. al (2016) exploram como a confluência entre a urbanização acelerada e a revolução digital cria as condições ideais para o surgimento das smart cities. Estas cidades utilizam a tecnologia como um meio para enfrentar desafios urbanos complexos e promover um ambiente urbano mais eficiente, sustentável e inclusivo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e transformar as relações entre governos locais, empresas e cidadãos. O conceito de smart city aplicado aqui é, portanto, uma resposta à necessidade de modernização das cidades para atender às crescentes demandas populacionais e melhorar a qualidade de vida.

A revolução digital enquanto produto da confluência entre a urbanização e a ampliação do acesso a tecnologias possibilita a criação de oportunidades para reduzir desigualdades e melhorar o acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e transporte, de maneira mais inclusiva e eficiente. A revolução digital também possibilita o desenvolvimento de um novo modelo de governança urbana, onde a administração pública pode ser mais transparente, eficiente e as cidades mais inteligentes. Assim, a digitalização permite uma gestão mais integrada e colaborativa, onde diferentes setores da cidade trabalham juntos de maneira mais eficiente facilitado pelo uso de plataformas digitais e do e-governo (Cunha et. al, 2016).

A governança inteligente é destaca por Samih (2019) como um componente crucial das cidades inteligentes ao integrar o uso de TICs para facilitar a participação cidadã, aumentar a transparência e melhorar a eficiência dos serviços públicos, bem como incentivar a cooperação entre governos, empresas privadas e os cidadãos.

O autor enfatiza que a governança inteligente promove a participação ativa dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e gestão urbana ao utilizar ferramentas de e-democracia que facilitam e viabilizam esses processos, como portais e plataformas digitais. Assim, o engajamento comunitário assegura que as soluções desenvolvidas atendam às necessidades reais dos cidadãos, promovendo a inclusão social (Samih, 2019). Morozov e Bria (2019) complementam esse argumento ao afirmarem que:

“As cidades podem domar o poder da tecnologia e da inovação digitais em benefício de todos os cidadãos e da diversificação da economia, tornando-as mais plurais, sustentáveis e colaborativas. A introdução de novas tecnologias de rede em ambientes urbanos não se limita a equipar as cidades com maior conectividade, com mais sensores e com inteligência artificial, mas também representa a adoção de uma meta mais ampla e ambiciosa de repensar os modelos políticos e econômicos que organizam as cidades, de enfrentar desafios urbanos de longo prazo, como a concentração de renda, o custo das moradias, a mobilidade sustentável e a corrupção, e, ainda, de organizar a inteligência coletiva dos cidadãos por meio do uso de processos participativos na tomada de decisões políticas.” (Morozov, Bria, 2019, p.106)

Segundo Albino, Berardi e Dangelico (2015), a governança em cidades inteligentes deve ser transparente, inclusiva e participativa, promovendo a

colaboração entre governo, setor privado, academia e sociedade civil. A governança transparente facilita o acesso dos cidadãos às informações e processos de tomada de decisão, enquanto a colaboração e parcerias envolvem a cooperação entre diferentes setores para desenvolver soluções inovadoras para desafios urbanos.

Morozov e Bria (2019) propõem que um modelo de cidade inteligente deve valorizar o controle coletivo de dados, ao passo em que também fomenta a soberania e o empoderamento tecnológico para fortalecer a democracia e o controle do cidadão. Neste sentido, as cidades devem elaborar sistemas abertos e transparentes para que os cidadãos tenham controle sobre como seus dados serão utilizados.

A participação cidadã em cidades inteligentes é fundamental para os autores. A utilização de aplicativos móveis e portais online permite envolver os cidadãos na tomada de decisões e na gestão urbana enquanto programas de educação e capacitação são essenciais para informar e capacitar os cidadãos, permitindo que participem de forma efetiva nos processos urbanos (Albino, Berardi e Dangelico, 2015). De forma complementar, Cunha et al. (2016) argumentam:

“No mundo urbano, da smart city, o cidadão participa, colabora e está informado. Ele é o protagonista na transformação para uma cidade mais útil e mais habitável. Um cidadão que está mais informado, espera mais, confia mais, tem mais opções e, acima de tudo, tem voz. A cidade não pode ignorar as demandas e necessidades dos cidadãos e deve estabelecer os mecanismos para que sejam canalizadas e partilhadas, de modo que a percepção dos cidadãos seja decisiva na concepção da visão de cada uma das smart cities brasileiras.” (Cunha et. al, 2016, p. 105)

A demanda de uma cidade denominada inteligente, combinada a um governo aberto e inteligente, não impõe apenas o uso de tecnologias, como já pontuado anteriormente, mas a sua inserção em conformidade com as mudanças sociais, políticas e culturais locais, o que resulta no questionamento sobre o crescente uso dessas tecnologias e a reprodução de desigualdades e exclusões socioeconômicas (Ulrich, Marshment–Howell, Van Geest, 2016).

De acordo com os estudos de Torfing et. al (2012) acerca de governos interativos e horizontais, essas novas modulações de governança surgiram como uma solução aos fracassos observados pela população nos modelos de governança

tradicionais e como uma alternativa aos processos administrativos burocráticos, resultando na criação de um protótipo horizontal descentralizado de governo.

Essa governança horizontal descentralizada se apresenta como um modelo de governança complexo e interativo, capaz de contribuir para a instauração de processos democráticos mais eficientes fundamentados na transparência e na interatividade entre os diversos setores da sociedade. Ainda segundo os autores, tal participação é possível e facilitada pelo uso de TICs e é diretamente proporcional ao nível educacional e informativo da população, de forma que quanto mais educado e informado é determinado grupo, as decisões tomadas a partir de sua participação também serão proporcionalmente informadas (Torfing et. al, 2012).

A conectividade móvel e a Internet das Coisas (IoT) são fundamentais para a operação de smart cities. A ampla adoção de smartphones, tablets e outros dispositivos móveis permite um acesso constante à internet, facilitando a integração de tecnologias móveis no cotidiano urbano e conectando dispositivos e infraestruturas (Cunha et. al, 2016).

A sociedade contemporânea está em transformação devido ao surgimento das TICs e da internet, levando à formação de uma "sociedade em rede." Segundo Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer (2022), esta transformação cria novas formas de interação social, proporciona a formação de comunidades virtuais e redefine a democracia. A emergência de uma ciberdemocracia é discutida pelos autores, onde a tecnologia fornece uma plataforma para a participação cidadã mais direta e substitui as formas de interação limitadas territorialmente.

Para embasar o papel da internet na cidadania, Castells (2004) menciona estudos em países em desenvolvimento acerca do desenvolvimento político dos cidadãos graças a praticidade de comunicação da internet, levando interesses, preocupações, valores e vozes ao poder público. Esses cidadãos haviam estado isolados, entre eles e distante do poder público.

Essas redes proporcionavam informações para as autoridades locais e associações de moradores, organizavam uma comunicação horizontal e conectavam pessoas e organizações que seriam improváveis através de outros meios. Este fomento a mobilização social pela internet constituiu uma porta de acesso de pessoas pobres, desinformadas ou com pouca educação.

A possibilidade de usar ferramentas tecnológicas para comunicar a contribuição cidadã acompanha a inclusão de diferentes setores da sociedade ao

derrubar barreiras físicas e temporais com o uso da internet (Ferreira, Coelho; 2021). Cunha et. al (2016) defende que as cidades podem utilizar tecnologias acessíveis e intuitivas para facilitar a participação cidadã, como o uso de aplicativos móveis simplificados, serviços de mensagens de texto e interfaces de usuário amigáveis pode ajudar a incluir cidadãos que possam ter dificuldades em usar tecnologias mais complexas.

“Serviços públicos têm que ser “digitais por padrão” e estruturados com base nas necessidades dos cidadãos para que possuam valor social. Além disso, precisam ser desenvolvidos de modo mais ágil e devem ser acessíveis e utilizáveis por todos – incluindo cidadãos com escassa habilidade digital ou com deficiências de qualquer tipo. Devem ser abertos, modulares e interoperáveis, de modo que possam ser reutilizados por outras cidades. Ao mesmo tempo, devem evitar soluções proprietárias que favoreçam a vinculação a fornecedores específicos e que, assim, criem dependências de longo prazo.” (Morozv, Bria, 2019, p.115)

As mídias sociais são apresentadas como uma manifestação evidente da revolução digital nas cidades, sendo vistas como um reflexo da sociedade em rede e uma das manifestações mais evidentes da digitalização. Elas vêm sendo amplamente utilizadas pelas prefeituras como canal de comunicação visto que ao facilitar a comunicação entre cidadãos e governos, elas também permitem maior participação cidadã e a coleta de dados em tempo real para melhorar os serviços urbanos. (Cunha et. al, 2016).

As cidades inteligentes podem facilitar a criação de novas formas de governança, mais participativas e colaborativas, através do uso adequado da IoT e TICs. Isso inclui a possibilidade de envolver os cidadãos de forma ativa na definição de políticas públicas, no planejamento urbano e na gestão da cidade. Além disso, os cidadãos podem usar essas tecnologias para monitorar as ações do governo e ter maior controle social (Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022).

A tecnologia digital empodera os cidadãos ao fornecer acesso a informações e ferramentas que podem ser usadas para melhorar suas próprias vidas e comunidades. Cunha et. al (2016) e Castells (2004) destacam que a inclusão digital é crucial para garantir que todos os cidadãos, incluindo grupos vulneráveis e

marginalizados, possam participar igualmente da vida urbana e beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela digitalização.

O ideal de smart city pressupõe um acesso universal e equitativo à internet e a tecnologia, conforme uma análise dos argumentos dos autores. No entanto, este acesso é desigual, de forma que esses serviços smart exclui amplas parcelas da população. Muitas das políticas smart dependem do uso da internet, aplicativos e plataformas digitais, além de habilidades para navegar por essas plataformas e interagir com o poder público. Muitos cidadãos não possuem essas características e são excluídos dos benefícios smart que uma cidade pode oferecer (Morozov, Bria, 2019).

Para Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer (2022), as cidades inteligentes devem ser vistas como organismos informacionais que reagem em tempo real com base em dados coletados por sensores e outras fontes. Isso pode influenciar as ações de gestores públicos e cidadãos, promovendo um ambiente onde a tecnologia aprimora a democracia participativa.

Os autores enfatizam que, na sociedade em rede, os cidadãos têm a capacidade de se envolver ativamente em processos decisórios e debates, usando a internet como uma ferramenta para monitorar e influenciar o governo e moldar o debate público. Assim, a cidade inteligente se torna um ambiente onde os cidadãos têm as ferramentas necessárias e a oportunidade de se envolver ativamente na melhoria da cidade.

No entanto, para Morozov e Bria (2019), as smart city frequentemente promovem e vendem a ideia de participação digital, quando na realidade essa participação é limitada e não-inclusiva. Muitas cidades utilizam de aplicativos desenhados por empresas para promover a participação dos cidadãos, de forma que este debate supostamente democrático é mediado por interesses privados. Isso gera na população um sentimento de falsa participação, visto que as decisões reais continuam a ser tomadas por elites políticas e empresários.

Para Cunha et. al (2016), a governança nas smart cities é baseada na transparência e na abertura e envolve o uso de tecnologias para melhorar a transparência, eficiência e responsividade dos governos locais. Isso pode incluir plataformas de e-governo, aplicativos de participação cidadã, e sistemas de dados abertos. Essa abordagem promove uma maior responsabilidade e confiança entre os

cidadãos e seus representantes eleitos, ao mesmo tempo que melhora a qualidade das políticas públicas e dos serviços oferecidos.

Ao tratar de governança na cidade inteligente, Walters (2011) define como democracia inteligente um modelo de governança que utiliza TICs para promover uma maior participação cidadã e para tornar os processos de tomada de decisão mais democráticos e inclusivos. O e-governo não apenas permite que os cidadãos participem ativamente das decisões políticas, mas também ajuda a superar barreiras tradicionais à participação, permitindo que um número maior de pessoas se envolva nos processos democráticos.

Para o autor, o e-governo deve objetivar processos governamentais mais transparentes, eficientes e acessíveis, permitindo que os cidadãos tenham acesso fácil às informações governamentais. Assim, o e-governo é capaz de promover e facilitar a participação cidadã por meio de plataformas digitais, como consultas públicas e portais de dados abertos, de tal modo que a otimização destes serviços públicos através de TICs torne-os mais responsivos às necessidades dos cidadãos. A adoção de tais ferramentas também pode melhorar a confiança pública nas instituições e ajudar a combater a corrupção. (Walters, 2011; Cunha et. al, 2016).

Os dados abertos possibilitam que cidadãos, jornalistas, pesquisadores e empresas analisem informações sobre finanças públicas, qualidade dos serviços, indicadores de saúde, meio ambiente, entre outros. Esta abertura de dados fomenta a inovação, pois permite que desenvolvedores criem novas aplicações e serviços que utilizam essas informações para resolver problemas urbanos ou melhorar a qualidade de vida (Cunha et. al, 2016).

A governança colaborativa na smart city é um tema importante abordado por Cunha et. al (2016). Eles argumentam que, para que as smart cities sejam eficazes, é necessário adotar um modelo de governança que inclua todos os stakeholders relevantes e promova a colaboração interdepartamental e intersetorial. Isso inclui a criação de estruturas de governança flexíveis que possam responder rapidamente às mudanças nas condições urbanas e nas necessidades dos cidadãos.

A colaboração entre governos, empresas, universidades e cidadãos é vista como essencial para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às necessidades locais. As smart cities promovem um ambiente de inovação colaborativa, onde diferentes atores trabalham juntos para co-criar soluções que sejam sustentáveis e eficazes (Cunha et. al, 2016).

“O governo tem um papel de liderança para passar da estratégia à implementação e deve implantar um modelo de governança com fortes laços externos, em que a cidadania participa, acompanha e fiscaliza a execução dos projetos. Esse modelo aumenta as chances dos projetos de smart city ultrapassarem o tempo da gestão de um governante.” (Cunha et. al, 2016, p. 99)

As iniciativas de smart city devem ser planejadas com uma visão de longo prazo que transcenda mandatos políticos e mudanças de governo. A continuidade e a sustentabilidade das políticas de smart city dependem de uma visão estratégica clara que seja amplamente apoiada por todos os stakeholders e que fomente a colaboração entre governos, colaboração público-privada e de outros atores em busca de objetivos compartilhados (Cunha et. al, 2016).

Cunha et. al (2016) e Morozov e Bria (2019) enfatizam que as smart cities precisam ser abertas e flexíveis e o conceito de smart city precisa ser adaptado ao contexto específico de cada cidade, considerando sua história, cultura, estrutura social e desafios únicos. Assim, as cidades brasileiras devem desenvolver abordagens personalizadas que considerem suas necessidades e capacidades locais. Essa adaptação é crucial para garantir que as iniciativas de smart city sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo além de privilegiar métodos de desenvolvimento que visem o envolvimento ativo do cidadão.

As cidades devem adaptar suas estratégias de digitalização às suas realidades locais, considerando fatores como infraestrutura existente, capacidade de governança, e as necessidades e prioridades dos cidadãos, conforme explicam os autores. Cidades que adotam modelos de governança abertos, que promovem a colaboração interdepartamental e intersetorial, e que são responsivas às preocupações dos cidadãos, são mais propensas a alcançar seus objetivos de transformação digital.

Cunha et. al (2016) identificam diversos desafios na implementação de smart cities, destacando que a transição para uma cidade inteligente requer uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Entre os desafios citados estão:

- **Desafios tecnológicos:** envolve a necessidade de uma infraestrutura robusta e integrada, segurança de dados e sistemas contra-ataques e a necessidade de tecnologias escaláveis;

- **Desafios financeiros:** trata-se do custo elevado da implementação de um projeto de cidade inteligente. Assim, as cidades precisam encontrar modelos de financiamento sustentáveis e parcerias estratégicas para suportar esses custos. As cidades devem garantir que seus sistemas tecnológicos sejam interoperáveis, permitindo a integração e o compartilhamento eficiente de dados entre diferentes plataformas e serviços urbanos.
- **Desafios de governança:** envolvem a necessidade de uma liderança clara e eficaz, uma governança eficiente e uma coordenação interdepartamental para evitar esforços fragmentados e integrar múltiplos stakeholders. A mudança cultural também é um desafio significativo visto que há resistência a mudança não só entre os cidadãos, mas dentro da administração pública, o que prejudica projetos de desenvolvimento urbano de longo prazo.
- **Desafios sociais:** a revolução digital pode inadvertidamente criar uma divisão entre aqueles que têm acesso e habilidades para usar tecnologias avançadas e aqueles que não têm. Dessa forma, as smart cities devem enfrentar a desigualdade digital, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário às tecnologias digitais e que os benefícios da digitalização sejam distribuídos de maneira justa para evitar ampliar as desigualdades já existentes.
- **Desafios legais e regulatórios:** envolve a necessidade de atualizações nas leis e regulamentos para acomodar inovações tecnológicas e proteger os direitos dos cidadãos relacionados a proteção de dados, segurança pública e contratação pública. A coleta e uso de dados pessoais para operações de smart cities reforçam o debate acerca da privacidade e autonomia dos cidadãos. A transparência sobre como os dados são coletados, armazenados e utilizados é fundamental para manter a confiança pública e o engajamento cívico.
- **Desafios ambientais:** embora as smart cities busquem promover a sustentabilidade, elas precisam equilibrar o impacto ambiental causado pela implementação de tecnologias e infraestruturas

digitais, incentivando o uso eficiente de recursos e minimizando a produção de resíduos eletrônicos.

Para que as cidades brasileiras se tornem verdadeiramente inteligentes, Cunha et. al (2016) argumentam que é essencial adotar políticas e práticas que garantam a inclusão digital, promovam a equidade social e estabeleçam parcerias eficazes entre os setores público e privado. Para os autores, o sucesso das iniciativas de smart city no Brasil depende de uma combinação de inovação tecnológica, engajamento comunitário e políticas públicas robustas que apoiem o desenvolvimento sustentável e inclusivo das cidades.

Incorporar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas cidades inteligentes e na gestão urbana possibilita que os cidadãos exerçam um papel ativo nas decisões que impactam diretamente suas vidas, ampliando o acesso à informação e promovendo a transparência e a responsabilidade dos governantes (Cunha et. al, 2016). Essa transformação digital também é responsável por democratizar o acesso aos processos de tomada de decisão e ampliar a voz de cada cidadão na construção de políticas públicas, bem, de modo a alinhar-se aos ideais de democracia participativa a serem analisados em seguida.

2.2 A PARTICIPAÇÃO COMO MECANISMO DA DEMOCRACIA

O debate sobre democracia liberal e posteriormente sobre a democracia representativa desenvolveu-se durante o século XIX, período em que o filósofo John Stuart Mill (1861) definiu a democracia como um governo pelo povo, um sistema no qual o poder político reside por completo na população e é exercido por meio da participação dos cidadãos. Para o autor, a democracia representativa é o meio para canalizar a participação popular e garantir a eficiência da administração pública contra abusos de poder.

Partindo desta definição, Mill (1861) argumenta que a democracia deve ser construída de forma a evitar a imposição da maioria sobre as minorias, ou seja, que uma maioria suprima os direitos e liberdades de uma minoria. Assim, as instituições democráticas precisam de mecanismos para proteger as minorias e garantir que todos os grupos de uma sociedade tenham seu direito de representação garantido e suas vozes ouvidas e respeitadas.

Desta forma, a verdadeira democracia deve buscar o interesse coletivo onde as decisões políticas são tomadas com base nos interesses comuns de toda a comunidade, evitando que interesses privados ou de elites se sobreponham aos interesses comuns.

De acordo com Lavallo e Isunza Vera (2011), a representação política passou por diversas transformações ao longo da história, inicialmente vista como um sinônimo de governo representativo e mecanismos eleitorais como um substituto da democracia direta e tomou força no século XX. Isso significava para os cidadãos um processo em que elegiam seus representantes para que tomassem decisões políticas em seus nomes.

Segundo os autores, as críticas voltadas a limitação da democracia no modelo representativo tradicional foram estimuladas por mudanças sociais, diversificação dos grupos políticos e o crescimento da sociedade civil organizada. Deste modo, as mediações políticas passaram a envolver movimentos sociais, a participação do cidadão comum, atuação de grupos sociais organizados para a mediação entre o Estado e a sociedade, ONGs e organizações da sociedade civil e Conselhos de políticas públicas para garantir a democratização.

Em seus ensaios acerca do futuro da democracia, Bobbio (1986) define a democracia como sendo essencialmente um conjunto de regras a serem cumpridas para garantir a ampla participação dos cidadãos em tomada de decisões coletivas e estabelecem quem está autorizado a tomar tais decisões. Essas regras do jogo democrático fortalecem instituições democráticas e garantem a liberdade e justiça social, o que torna a democracia o melhor sistema de governo apesar de suas imperfeições.

Para o autor, a principal característica que classifica a democracia representativa como melhor forma de governo e a distingue de outros modelos está no fato de que ela possibilita que um grande número de indivíduos participe do processo decisório, direta ou indiretamente.

Um dos principais argumentos de Bobbio (1986) acerca da democracia afirma que ela está em constante transformação, recusando o argumento discutido por outros acadêmicos de que a democracia estaria em crise e decadência. Para ele, a transformação é o estado natural da democracia, visto que ela é um conceito dinâmico e flexível, contrastando com outras formas de governo estáticos, imutáveis e autoritários.

Esse dinamismo da democracia permite a possibilidade de melhoria contínua de modo que, embora o futuro da democracia seja incerto, a capacidade de adaptação e renovação é uma garantia. Para o autor, a democracia é um “método aberto” que apesar de não oferecer soluções definitivas para a sociedade, oferece a possibilidade de ajustes e correções ao longo do tempo.

Na visão de Torres (2004) para que um Estado seja de fato democrático, se faz necessário que suas instituições administrativas também sejam estruturadas em princípios democráticos. Assim, visto que a administração pública está conectada à vontade popular, ela deve ser também transparente para o fortalecimento da democracia. Dessa forma, além de ser uma ferramenta de gestão, a administração pública passa a atuar como agente de inclusão social, promovendo políticas que garantam igualdade de acesso aos serviços públicos.

O autor argumenta que, quando bem estruturada, a administração pública pode ser um mecanismo usado para reduzir desigualdades e promover justiça social, de forma a garantir que os direitos fundamentais sejam acessíveis a todos os cidadãos, independente de classe social, raça ou gênero.

Maciel, Roque e Garcia (2009) definem a democracia de maneira muito semelhante ao afirmarem que a democracia é a oportunidade que os cidadãos têm de participar da tomada de decisões políticas, seja de áreas mais específicas ou gerais, seja de forma individual ou coletiva. A democracia política mais do que uma simples forma de governo, é um conjunto de valores que confere inúmeras vantagens políticas aos cidadãos, a garantia de direitos e liberdades individuais e coletivos, promove o desenvolvimento urbano e igualdade política, bem como os protege de regimes autoritários e dá-lhes os meios para proteger e lutar por seus interesses pessoais.

Mais recentemente, em sequência lógica aos autores mencionados, Ayo, Azeta e Oni (2012) reiteram que:

“O coração da democracia é a liberdade do povo de escolher livremente aqueles que governam seus assuntos: o direito de interagir regularmente com seus representantes; o direito de fazer contribuições sobre questões que os afetam em suas localidades; o poder de renovar ou mudar esses gestores em eleições regulares; e o direito de esperar responsabilidade dos oficiais eleitos.” (Ayo, Azeta e Oni, 2012; p. 375)

Esse debate filosófico e teórico foi essencial para o desenvolvimento da e-democracia enquanto solução para alcançar e engajar a população através de meios supostamente mais práticos e acessíveis, mesmo que tenham sido minimizados diante do desenvolvimento de modelos de governança e de ferramentas tecnológicas (Bastick, 2017).

A e-democracia concentra-se em construir plataformas para tal (como plataformas de votação, petição e portais de comunicação) e em analisar o uso da internet. Bastick (2017) afirma que houve uma espécie de consenso entre utopistas acerca da possibilidade de a internet democratizar a sociedade, visto sua arquitetura distribuída e capacidade de comunicação ampla e barata, o que também foi cultivado nas expectativas dos cidadãos do uso da internet “como um meio para virtudes democráticas” (Bastick, 2017; p. 6).

Conforme afirmam Ayo, Azeta e Oni (2012), a internet enquanto meio de apoio às democracias tem sido fundamental na maneira como o governo e os cidadãos interagem e compartilham informações, incentivando uma participação mais ampla e o uso crescente de TICs. Assim, a e-democracia pode ser definida como o uso da tecnologia como meio de fortalecer os processos de tomada de decisão democrática.

Entende-se que os princípios básicos de uma e-democracia inclui a viabilidade do cidadão em acompanhar e participar da tomada de decisões, seja central, regional ou local; o fornecimento de serviços públicos que atendam as necessidades dos cidadãos; e aumentar a eficiência e produtividade do setor público através da digitalização de informações e processos (Ayo, Azeta e Oni, 2012).

Apesar das promessas de transformação da democracia através da tecnologia, as instituições democráticas pouco aproveitam dessa possibilidade de remodelação da democracia e de solução de problemas democráticos de longa data, concentrando-se apenas na eficiência de processos já existentes e na redução de custo de operação (Bastick, 2017).

Para Ayo, Azeta e Oni (2012), a implementação de TICS na e-democracia é particularmente benéfica em países em desenvolvimento onde a participação pública é frequentemente limitada, de modo que essas mudanças podem ajudar a construir confiança no governo e fortalecer os processos democráticos. Dito isso, é essencial o desenvolvimento de soluções acessíveis às diversas necessidades da população para promover uma participação democrática que seja de fato inclusiva e eficaz.

O desenvolvimento de novas tecnologias permite a exploração e reprodução de novas ideias e a réplica de ideias antigas, como os processos que envolvem a participação offline levados ao ambiente online automatizando e otimizando os mesmos com uma abordagem similar à offline. Observar a internet com a sensibilidade necessária para interpretar seus atributos fomentaria o “desenvolvimento de perspectivas alternativas para a democracia, protegeria a evolução orgânica da Internet e promoveria a renovação democrática” (Bastick, 2017, p. 12).

Para Castells (2004), a internet tem grande potencial para a expressão cidadã e a comunicação de valores humanos, embora não substitua reformas sociais ou políticas. Ao equilibrar o acesso à comunicação e ampliar suas fontes, ela contribui para a democratização. Ao conectar as pessoas na vida política, ela permite que expressem preocupações e esperanças. Assim, o verdadeiro desafio é garantir que esse espaço público seja controlado pelas próprias pessoas.

O uso crescente de TICs como parte integrante de diversas democracias atuais resultou em um acesso nunca visto antes à informação pública. No entanto, Ayo, Azeta e Oni (2012) argumentam que essa transição, feita de forma apressada, excluiu a parcela da população com deficiências e outras necessidades específicas em um sistema inacessível, visto que “a crescente lacuna entre os cidadãos que são tecnologicamente capazes e aqueles que não conseguem acessar a tecnologia é motivo de grande preocupação.” (Ayo, Azeta e Oni, 2012, p. 379)

Bastick (2017) alega que a e-democracia falhou em engajar a opinião pública e fomentar a participação, bem como encarar desafios e reformar radicalmente processos políticos para serem mais democráticos e inclusivos. O autor aponta para duas críticas populares entre os acadêmicos parcialmente fundadas na percepção de que a comunicação online carece de complexidade comunicativa das interações presenciais, afirmando que a internet não possui as “condições necessárias para a democracia” e que a e-democracia se baseia em “expectativas irreais de participação.” (Bastick, 2017, p. 7). Para determinada linha de pensamento, esses fatores mostram-se benéficos e favoráveis à democratização, visto que através da internet fatores socioeconômicos não são imediatamente vistos.

Seguindo esta análise, o autor argumenta que essa distanciação da realidade pode limitar a capacidade dos participantes de entender e avaliar problemas e soluções tornando os processos online menos eficazes e dependentes de interações democráticas offline.

No entanto, Bastick (2017) também pontua que as tentativas de aproximação do mundo offline ao mundo online, replicando as normas estruturais políticas já existentes, não só limita ainda mais seu potencial transformador e disruptivo, como também pode levar a polarização política, perpetuar desigualdades e ineficiências, e reforçar o status quo sociopolítico.

Conforme exposto pelo autor, a e-democracia depende da participação racional dos cidadãos e exige engajamento político dos mesmos, de forma que estes se dediquem para “entender, revisar ou monitorar e agir sobre a agenda política” (Bastick, 2017, p. 8). Desta forma, a capacidade da internet em envolver os usuários tem sido o foco de muitos estudiosos, avaliando seus atributos únicos e até mesmo se a internet pode ser prejudicial à democracia, seja pelo excesso de informações disponíveis para consulta e filtragem, seja devido a discursos negativos e ameaçadores fomentados pelo anonimato.

Segundo Castell (2004), em um contexto de crise de legitimidade política e crescente desilusão dos cidadãos com seus representantes, a internet, apesar de seu potencial interativo, mostra pouca atividade tanto por parte dos políticos quanto da população. Governantes utilizam-na de forma burocrática, exceto em períodos eleitorais, enquanto os cidadãos sentem-se desestimulados a participar ativamente da vida política e só se engajam quando algo afeta diretamente seus interesses. Embora não resolva a crise democrática, a internet tem um papel importante na nova dinâmica política digital.

Para Maciel, Roque e Garcia (2009), o fluxo contínuo de troca de informações entre a população e o governo para tomada de decisões conjuntas é “uma das maneiras mais seguras de trazer a democracia à vida” (Maciel, Roque, Garcia, 2009, p. 2). Isso exige que os cidadãos se esforcem em articular opiniões, desenhar propostas e defendê-las, de modo que as preocupações a respeito da participação pública e sua expansão podem criar problemas de exclusão da tomada de decisões que vem a despertar um sentimento de alienação e inquietação enquanto raiz dos problemas sociais.

Torres (2004) argumenta que este acesso à informação pública é um direito fundamental em uma democracia moderna e que esta deve ser difundida de maneira proativa, completa e compreensível pelos órgãos governamentais. Neste sentido, o acesso à informação fortalece a participação ao permitir que os cidadãos formem opiniões informadas e as utilizem para intervir no processo político.

Para tanto, é necessário não apenas o acesso aos meios de comunicação, mas também a pluralidade desses meios e estar informado a respeito deles. Neste cenário, a e-democracia viabiliza e facilita tais discussões e tomada de decisões através do crescente número de possibilidades e capacidades que as TICs oferecem além de ofertar ganhos na administração pública (Maciel, Roque e Garcia, 2009).

Ainda segundo a análise de Maciel, Roque e Garcia (2009), apesar da disponibilidade de diferentes ferramentas online que viabilizem processos consultivos para promover a inclusão digital e participação cidadã, os autores argumentam que a maioria desses recursos “não tratam os cidadãos como indivíduos responsáveis por decisões coletivas” (Maciel, Roque, Garcia, 2009, p. 2).

A simples disponibilização dessas ferramentas pelo poder público não garante a representatividade, a democratização e a melhora da qualidade das decisões tomadas, tão pouco o engajamento da população, e não modifica a participação cidadã para um modelo inovador de tomada de decisões onde os cidadãos possam ser mais ativos na sociedade de uma maneira fácil e simplificada independente de suas habilidades técnicas (Maciel, Roque e Garcia, 2009; Laval, Isunza Vera, 2011).

Segundo Bobbio (1986), a participação popular é um dos fundamentos da democracia, de modo que os cidadãos devem ser capazes de participar das decisões que afetam suas vidas, seja através do voto ou de outros meios de engajamento político, para que uma democracia possa ser considerada efetiva. A democracia efetiva depende de cidadãos que não apenas votam, mas que estejam dispostos a fiscalizar o poder público, debater questões de interesse social e participar ativamente da formulação de políticas públicas.

“Uma vez conquistada a democracia política, percebe-se que a esfera política está por sua vez incluída numa esfera muito mais ampla que é a esfera da sociedade no seu todo e que não existe decisão política que não seja condicionada ou até mesmo determinada por aquilo que acontece na sociedade civil.” (Bobbio, 1986, s.p.)

Mill (1861) também defende que a participação política ativa dos cidadãos é essencial para o progresso de uma sociedade e para a preservação das liberdades individuais, considerando que em um governo representativo a participação dos cidadãos vai além do voto e inclui o debate acerca de políticas públicas e o

monitoramento dos representantes eleitos. Essa participação ativa permite que os cidadãos se eduquem politicamente e criem responsabilidade cívica. Dessa forma, quanto mais envolvido nas questões públicas, maior é sua compreensão sobre os problemas da sociedade e as necessidades coletivas.

Torres (2004) complementa este argumento ao afirmar que a participação cidadã é um dos pilares que compõem a administração pública democrática e ressalta que essa participação precisa ser institucionalizada a fim de gerar um real impacto nas políticas públicas. Nesse sentido, uma participação efetiva da sociedade civil ajuda a equilibrar as relações de poder e garantir que as políticas públicas atendam as demandas da população.

“A cada estágio mais elevado da noção de cidadania, as cobranças da sociedade por serviços públicos melhores e mais eficientes se intensificam. Não basta mais desempenhar uma quantidade enorme de serviços, é preciso atender com eficiência, economicidade e à altura de suas importantes responsabilidades sociais.” (Torres, 2004, p. 29)

Dentre os obstáculos que dificultam a participação ampla e significativa dos cidadãos, Bobbio (1986) identifica em seus ensaios a complexidade técnica de questões modernas, que com frequência exigem conhecimentos especializados que a maioria dos cidadãos não possui. O autor argumenta que a gestão pública envolve decisões técnicas e econômicas complexas que podem desmotivar os cidadãos comuns a participar destas decisões, visto que estes podem se sentir incapazes de compreender ou influenciar o debate. Em um sistema em que alguns poucos que detêm o conhecimento necessário são os únicos convocados e capacitados a tomar decisões, abandona-se a democracia e resta apenas a tecnocracia.

Outro fator que também pode afetar o engajamento da população é a apatia política. Bobbio (1986) identifica a apatia política como um dos maiores desafios das democracias contemporâneas, onde os cidadãos se sentem distantes das decisões que afetam suas vidas. Essa apatia pode estar atrelada a incapacidade de educar politicamente os cidadãos, como também a um sentimento histórico de que as instituições democráticas são ineficientes ou corruptas, o que leva muitos cidadãos a se afastarem da participação pública.

Segundo ele, ao perceber que suas demandas não são atendidas ou que o sistema político é incapaz de responder às necessidades da população, a apatia política e o desinteresse aumentam entre os cidadãos. Para Ayo, Azeta e Oni (2012), a redução na participação e no envolvimento dos cidadãos em processos democráticos se dá majoritariamente pela falta de confiança nesses processos e pela indiferença entre poder público e a população.

Dentre os fatores que limitam a participação há o sentimento de que as opiniões, ideias e sugestões da população não são ouvidas; o acesso aos meios de comunicação que são usados como ferramenta de expressão do povo são inacessíveis; e as solicitações feitas pela população são tratadas de forma negligente e irresponsável.

De acordo com Lavallo e Isunza Vera (2011) é possível afirmar que os modelos participativos adotados a partir do século XX surgiram como uma resposta à crise democrática e à um processo eleitoral elitista e excludente, além de buscar o fortalecimento das responsabilidades dos governantes. Os autores também afirmam que parte desta crise relativa à governança representativa se deu devido a uma desconfiança em partidos políticos e agentes políticos, bem como uma baixa participação eleitoral que pode ser observada em diversos países.

Bobbio (1986) argumenta que um dos principais problemas da democracia representativa é a distância que se forma entre os representantes e os representados, o que pode acarretar um sentimento de que os eleitos não estão de fato agindo no interesse daqueles que os elegeram e prejudicar o engajamento político da população. Mesmo em um sistema representativo, a participação deve ser significativa e inclusiva, aproximando o cidadão, descentralizando o poder político e aumentando o controle social democrático sobre esse poder.

Neste sentido, Lavallo e Isunza Vera (2011) afirmam que a participação foi incorporada para incluir mecanismos contínuos do envolvimento dos cidadãos. Nesta premissa, a democracia deixa de ser apenas como sinônimo de governo representativo e passa a ser associada à autodeterminação e igualdade política.

Mill (1861) argumenta que os representantes eleitos devem ser constantemente fiscalizados e pressionados pelos seus eleitores para garantir que seus interesses sejam devidamente representados e suas demandas efetivamente ouvidas. Nesta relação o cidadão também deve estar informado sobre as ações de

seus representantes e deve participar de debates e atividades políticas para garantir um funcionamento transparente e justo da administração pública.

A soberania popular, ou seja, o controle social das decisões governamentais, depende da capacidade do cidadão influenciar as políticas públicas, direta ou indiretamente. Assim, para Bobbio (1986), a participação popular não deve ser vista apenas como um direito, mas como um dever cívico necessário para a sobrevivência e aprimoramento das democracias.

Em sua análise sobre a transparência na democracia participativa, Lavallo e Isunza Vera (2011) argumentam que nas novas configurações de representação política, a prestação de contas e transparência passou a desempenhar um papel fundamental, de modo que a legitimidade dos atores políticos depende cada vez mais das demandas da sociedade sobre a prestação de contas. Para os autores, a ênfase na transparência e na prestação de contas permite que a democracia não dependa apenas da participação como meio principal de controle social e responsabilização dos representantes. Em muitos casos, governos e organizações dificultam o acesso à essas informações e prejudicam a capacidade dos cidadãos em fiscalizar e responsabilizar seus representantes.

Segundo Torres (2004), o controle social só é efetivo quando a sociedade civil está organizada e possui as ferramentas necessárias para monitorar o governo, visto que a transparência é essencial para a manutenção da democracia e para fortalecer a confiança da população em seu governo. Para além disso, quando as instituições não são transparentes, práticas corruptas multiplicam-se e dificultam não apenas o controle social, mas também criam barreiras para que os interesses da população sejam atendidos.

“Por outro lado, valendo-se principalmente da tecnologia da informação, a administração pública também tem feito um esforço enorme no sentido de se tornar mais transparente e menos fechada, criando condições favoráveis para que se aumente o chamado controle social sobre os atos dos gestores governamentais e agentes políticos.” (Torres, 2004, p. 41)

Para o autor, um dos grandes impasses da administração pública brasileira é a falta de continuidade nos projetos de governo, visto que a cada troca de gestão muitos programas e políticas públicas são interrompidos ou reformulados e isso gera

um ciclo onde as políticas públicas raramente atingem sua maturidade ou o impacto desejado.

Lavalle e Isunza Vera (2011) explicam que o modelo participativo começou a perder força nas últimas décadas do século XX, o que pode ser associado a fragmentação da participação por diferentes setores políticos, o fortalecimento da accountability e a consolidação de modelos de democracia deliberativa que não rejeitam por completo a representação.

A análise proposta pelos autores revela a complexidade da governança democrática e a importância de superar barreiras estruturais para efetivar o engajamento da população. A democracia, conforme os ideais de Mill (1861) e Bobbio (1986), depende de uma participação cidadã ativa, em que o povo não apenas elege seus representantes, mas também fiscaliza e influencia diretamente as decisões políticas. No entanto, considerando contextos de desigualdades socioeconômicas e desconfiança nas instituições, a participação da população torna-se limitada e enfraquecida. Neste cenário, o fomento à participação exige mais do que apenas a disponibilização de uma ferramenta e deve superar diversas barreiras sociais. Os modelos de democracia atuais devem buscar integrar a participação cidadã e a representação política para fortalecer a democratização e o envolvimento de diferentes setores da sociedade, incluindo grupos marginalizados e sub-representados (Lavalle, Isunza Vera, 2011).

2.3 OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Segundo Lavalle (2011), a participação surge inicialmente no Brasil dos anos 1960 como uma resposta às demandas populares por emancipação e transformação social, especialmente no contexto das lutas contra a desigualdade, e se consolida a partir de 1980 durante o processo de redemocratização no país. A prática da participação não era vinculada unicamente ao processo eleitoral ou mecanismos governamentais formais, mas como uma ação coletiva por justiça social e ação direta na sociedade civil.

Já no campo teórico, a participação tem suas raízes na teoria democrática tendo sido expandida para além da simples representação eleitoral na década de 1970, buscando a integração de ideias de inclusão e autodeterminação cidadã. Assim, a participação passa a ser vista como um valor essencial associado ao engajamento

da população na vida política e na construção de uma sociedade mais inclusiva e autônoma (Lavalle, 2011).

Ainda segundo Lavalle (2011), a valorização da participação como um fim em si gera um comprometimento com os ideais democráticos, como a igualdade e a justiça social. Assim, participação é vista pelo autor como uma encarnação da democracia em seu sentido mais robusto, visto que garante que a sociedade seja composta por cidadãos ativos e engajados. Neste sentido, a participação é fundamental para a construção de uma identidade cívica e de uma cultura política que valorize o envolvimento e a responsabilidade cidadã.

A participação da população é vista por Cunha et. al (2016) como um componente crucial para o sucesso das smart cities no Brasil e para melhorar a qualidade de vida nas cidades, visto que permite que as políticas e os serviços urbanos sejam melhor alinhados com as necessidades reais dos cidadãos. Quando os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas preocupações, ideias e sugestões, os serviços urbanos podem ser ajustados para melhor atender às suas expectativas e melhorar o bem-estar geral.

As pesquisas realizadas pelos autores revelam que a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos inteligentes está diretamente relacionada ao seu nível de engajamento. Cidades onde os cidadãos se sentem ouvidos e envolvidos nas decisões de planejamento urbano e na escolha das tecnologias adotadas apresentam níveis mais altos de satisfação e apoio às iniciativas de smart city. Isso indica que as estratégias de transformação digital devem incorporar processos participativos e colaborativos para engajar efetivamente os cidadãos (Cunha et al, 2016).

Para Dias, Oliveira e Heinrich Ferrer (2022), a cultura política atual é muitas vezes marcada pelo desinteresse e desconfiança nos processos políticos. Isso dificulta a criação do engajamento necessário para uma “ciberdemocracia” efetiva, no entanto, os autores veem a democracia digital como uma oportunidade para ampliar a participação democrática e o envolvimento cívico.

Os autores apontam que, atualmente, mesmo com a existência de portais de transparência e outros meios digitais, ainda não há uma abertura efetiva para a participação cidadã em assuntos públicos na maioria dos governos. Muitas dessas plataformas ainda não promovem a inovação necessária para uma participação democrática genuína (Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022).

Dias e Júlio (2018) destacam que o mundo passou por uma série de crises nas últimas décadas, como a crise financeira de 2008, que resultou em aumento da desigualdade, pobreza, precarização do trabalho e abalou profundamente a confiança das pessoas em governos e instituições financeiras. Essa queda na confiança em instituições políticas pode ser observada nas altas taxas de abstenção nas eleições e é vista pelos autores como um dos principais sintomas da crise democrática.

Cunha et. al (2016) pontuam que o baixo nível de engajamento cívico e a falta de uma cultura consolidada de participação pública no Brasil pode ser resultado de uma desconfiança histórica nas instituições públicas ou de uma percepção de que a participação não leva a resultados concretos.

Neste sentido, os cidadãos não acreditam que seus votos serão capazes de ter um impacto real e não veem mais a política tradicional como capaz de responder às suas necessidades e preocupações. Muitas pessoas acreditam que suas vozes não são ouvidas ou que sua participação, seja pelo voto ou outros mecanismos, é irrelevante, o que gera apatia em relação aos processos democráticos e dificuldade em encontrar soluções colaborativas para desafios sociais (Dias e Júlio, 2018).

“Tornou-se comum abordar as fragilidades da democracia por meio de argumentos como a perda progressiva da confiança da sociedade nos atores políticos, na forma como atuam, em sua capacidade de cuidar do bem comum e de responder às necessidades e expectativas da população. Esse ‘desencanto com a democracia’ também se reflete nas eleições, o momento por excelência de fazer escolhas conscientes sobre o futuro de uma sociedade.” (Dias, Júlio, 2018, p. 17)

De maneira complementar, Lavallo (2016) sugere que a mera existência de oportunidades formais de participação política não é suficiente para assegurar a igualdade política. Na prática, há fatores que limitam a capacidade de certos grupos de se envolverem e influenciarem o processo decisório. Essas limitações são especialmente evidentes para grupos que historicamente enfrentam desvantagens sociais e econômicas, como minorias étnicas, mulheres e pessoas de baixa renda.

Cunha et. al (2016) argumentam que esses desafios históricos - como disparidades sociais e econômicas e infraestruturas urbanas precárias - somados ao baixo engajamento cívico e a complexidade administrativa impõem barreiras significativas à implementação de iniciativas de smart city no Brasil e de mecanismos

de participação, de forma que para se beneficiar das inovações tecnológicas e de plataformas de participação, é necessário superar essas barreiras e garantir que todas as populações tenham acesso equitativo aos recursos e serviços urbanos.

Grupos socialmente privilegiados, com maior capital econômico, cultural e social, conseguem ter uma participação política mais ativa e influente, seja no envolvimento direto com políticas públicas, seja na representação em cargos de poder. Por outro lado, os grupos menos privilegiados tendem a enfrentar obstáculos significativos para exercer plenamente sua cidadania política, o que leva a uma sub-representação e uma menor capacidade de influenciar decisões políticas que afetam suas vidas (Lavalle, 2016).

Grupos com maior capital social, econômico ou político, que são mais organizados ou politicamente mobilizados muitas vezes conseguiram influenciar mais as decisões do que comunidades menos organizadas, dominando o processo de participação e causando desequilíbrios nas deliberações. Os setores mais marginalizados, como moradores de áreas mais pobres, e menos organizados politicamente enfrentam maiores dificuldades na participação. (Lüchmann, Romão, Borba, 2018; Fedozzi, Furtado, Rangel, 2018).

Para garantir uma participação verdadeiramente representativa, é importante envolver uma ampla gama de grupos populacionais, incluindo aqueles que tradicionalmente são sub-representados, como mulheres, jovens, idosos, e comunidades marginalizadas. As cidades devem adotar estratégias inclusivas que promovam a diversidade de vozes e perspectivas nos processos de participação (Cunha et. al, 2016).

Ao discutir a ampliação dos espaços de participação, Bobbio (1986) argumenta que, historicamente, a democratização de uma sociedade foi medida pela extensão do direito ao voto e pela inclusão de mais cidadãos no processo eleitoral. No entanto, o autor levanta a hipótese de que a verdadeira ampliação da democracia deve ser medida considerando expansão dos espaços onde os cidadãos podem participar. Para além do voto constitucional, é necessário que o cidadão tenha acesso aos espaços onde pode exercer sua cidadania, sem que isso se torne uma barreira para a participação.

Para Dias e Júlio (2018) a democracia representativa por si só já não é suficiente para atender às expectativas da população e o voto não é mais visto como o principal exercício democrático. Atualmente muitas decisões que afetam a vida da

população são debatidas e decididas fora do alcance da democracia representativa, deixando os cidadãos com a sensação de que têm pouco controle social.

Cunha et. al (2016) argumentam a necessidade de envolver os cidadãos desde o início no planejamento e na implementação de projetos de smart city, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam levadas em consideração. Ferramentas digitais, como aplicativos de participação e plataformas de e-governo, são mencionadas como meios de facilitar o engajamento cidadão e aumentar a transparência governamental.

Estas plataformas permitem que os cidadãos se envolvam de forma direta e contínua com as autoridades municipais, fornecendo feedback sobre serviços urbanos, participando de consultas públicas e colaborando em projetos comunitários. Os autores destacam que a escolha e a implementação de soluções tecnológicas devem ser guiadas pelas necessidades específicas de cada cidade e pela visão de desenvolvimento urbano adotada pelos gestores locais.

Dentre os modelos de participação defendidos por Cunha et. al (2016) pertinentes a esta pesquisa estão:

- **Plataformas digitais de participação:** trata-se de ferramentas digitais como aplicativos móveis, portais de dados abertos e plataformas de votação que permitem o envolvimento dos cidadãos de forma direta e contínua. Essas ferramentas permitem que os cidadãos contribuam com ideias, relatem problemas urbanos e são capazes de ampliar a voz de grupos tradicionalmente marginalizados ou sub-representados.
- **Orçamento participativo:** este modelo permite que os cidadãos influenciem diretamente em como os recursos públicos serão alocados de forma a garantir que os gastos públicos estejam alinhados com as necessidades e desejos da população. Os cidadãos podem votar em projetos e iniciativas que considerem prioritários e fiscalizar a gestão municipal.

Dias e Júlio (2018) afirmam que o Orçamento Participativo surgiu inicialmente como uma ferramenta de participação local utilizada para garantir a redistribuição de recursos e uma maior transparência no processo de alocação orçamentária, espalhando-se globalmente e tornando-se uma referência em inovação democrática, sendo implementado em cidades, estados e até países.

Os autores sugerem que o Orçamento Participativo emergiu como uma alternativa para o engajamento cidadão e uma resposta a falhas nas instituições tradicionais. O OP oferece um meio para que os cidadãos possam influenciar as decisões políticas e fortalecer seu vínculo com o poder público e melhorar a qualidade da democracia. Eles argumentam que para que o OP seja de fato uma forma mais próxima e participativa de exercer a democracia ele precisa ser mais do que um exercício simbólico de participação, ele precisa ser eficaz no fomento à transparência e entrega de resultados concretos à população.

O Orçamento Participativo por si só não é suficiente para resolver a crise democrática, segundo Dias e Júlio (2018). O OP tem se mostrado uma ferramenta eficaz para envolver os cidadãos, mas precisa também ser complementado por outros mecanismos de participação para criar um sistema robusto e abrangente, capaz de restaurar a confiança do cidadão nas instituições públicas. Para os autores, a qualidade da democracia depende de múltiplas ferramentas participativas em diversos aspectos e áreas, não somente no orçamento municipal, como conselhos e plataformas digitais de consulta.

Para Allegretti e Copello (2018) e Lavallo e Isunza Vera (2019) ao colocar as decisões financeiras diretamente nas mãos dos cidadãos, promovendo redistribuição do poder e criando senso de inclusão e transparência, o OP ajuda a restabelecer a confiança nas instituições, evitando a frustração de não ter orçamento claro para as demandas.

Isso também tem uma natureza político-pedagógica, tanto para cidadãos quanto para os atores institucionais, ensinando como lidar com a complexidade da governança, combatendo a apatia política a partir do impacto real e visível das contribuições, e desenvolvendo senso de responsabilidade com os recursos escassos. (Allegretti, Copello, 2018)

Durante esse processo, os participantes também vêm como políticas concretas precisam conciliar diferentes interesses em consensos, além de promover o engajamento e inclusão de grupos marginalizados. Neste sentido, o OP é uma oportunidade para aprender a interagir de forma mais aberta e transparente com a população, bem como a maneira mais eficaz de apresentar os dados orçamentários para que sejam mais compreensíveis para a população, obtendo feedbacks reais do impacto do programa (Allegretti, Copello, 2018).

De acordo com Lüchmann, Romão e Borba (2018), muitos participantes tiveram seu primeiro contato com processos políticos e administrativos através do OP, exemplificando o papel do OP em fomentar uma cidadania ativa, resultando inclusive em novas lideranças comunitárias. Essas novas lideranças mostraram-se eficazes em engajar a população e pressionar o poder público a manterem e expandirem o OP, principalmente quando havia risco de descontinuidade em troca de governos.

Esse processo não só ajuda a reconstruir a confiança nas instituições, como também permite que pessoas historicamente à margem das decisões políticas, como as populações mais vulneráveis ou com menos poder de influência, possam influenciar diretamente as políticas públicas e a alocação de recursos, expandindo o conceito de democracia e reduzindo desigualdades (Allegretti, Copello, 2018).

De forma complementar, Wampler, McNulty e Touchton (2018) argumentam que ao abrir espaço para que as pessoas deliberem e tomem decisões sobre como os recursos públicos são gastos, o OP incentiva a participação ativa na política local e regional. Os cidadãos têm a oportunidade de se envolver diretamente em questões que afetam suas comunidades, e esse processo pode gerar um efeito duradouro na conscientização política, especialmente nos grupos que tradicionalmente têm menos influência na política formal, como mulheres, jovens e comunidades de baixa renda.

Segundo afirmam Lüchmann, Romão e Borba (2018), o OP resultou em melhorias significativas na infraestrutura urbana – especialmente em setores negligenciados, como saneamento, pavimentação e construção de equipamentos públicos - e teve um impacto direto na saúde pública reduzindo a mortalidade infantil visto o aumento de investimentos em saneamento e saúde básica.

“Diversos estudos de caso afirmam que participantes do OP se sentem mais empoderados, apoiam a democracia, percebem o governo como mais eficaz e compreendem melhor os processos orçamentários e governamentais após participarem do OP.” (Lüchmann, Romão, Borba, 2018, p. 69)

Ao participarem ativamente das decisões orçamentárias, esses grupos desenvolvem um maior senso de responsabilidade e pertencimento em relação às políticas públicas, bem como fortalece as organizações da sociedade civil e educa os funcionários do governo sobre as reais necessidades da comunidade. Isso não apenas fortalece a confiança no governo, mas também cria um ambiente onde a

corrupção se torna mais difícil de ocultar. Isso pode ajudar a melhorar a alocação de recursos e aumentar a transparência nos programas de governo, reduzindo o desperdício e a fraude (Allegretti, Copello, 2018; Wampler, McNulty, Touchton, 2018).

De forma complementar, Dias e Júlio (2018) apontam esta exclusão de grupos historicamente marginalizados e novas gerações como um dos maiores desafios na participação. A participação pode ser limitada por diversos fatores, tal como barreiras sociais, econômicas e culturais, bem como pela infoexclusão da população mais pobre, dificultando o engajamento de determinados grupos. Garantir a inclusão desses grupos comumente excluídos dos processos políticos é vital para o futuro do OP. Sem esse trabalho de inclusão, o OP corre risco de perpetuar desigualdades e tornar-se irrelevante para esta parte da sociedade (Dias, Júlio, 2018; Lüchmann, Romão, Borba, 2018).

O trabalho de engajamento desses grupos pode ser feito por processos educativos, ferramentas tecnológicas de fácil leitura e acesso e campanhas de conscientização. Esse engajamento é capaz de revitalizar a democracia e assegurar que ela de fato atenda às necessidades de toda a população conectando-as às soluções governamentais (Dias, Júlio, 2018).

A participação desigual, no entanto, pode ter um impacto direto na representatividade das decisões tomadas pelo OP, como argumenta Alegretti e Copello (2018). Se grupos mais influentes conseguirem dominar as discussões, as prioridades que emergem do processo podem refletir mais os interesses dessas comunidades do que os das populações mais necessitadas, podendo levar a um desencantamento com o processo participativo (Allegretti, Copello, 2018; Lüchmann, Romão, Borba, 2018).

Neste cenário, o OP é visto como uma ferramenta fundamental para promover a participação democrática direta e empoderar os cidadãos, especialmente aqueles que normalmente são marginalizados nos processos tradicionais de tomada de decisões. Trata-se de um processo altamente flexível e adaptável, sendo moldado para se ajustar a diferentes contextos políticos, sociais e econômicos ao redor do mundo, sendo essa capacidade de adaptação crucial para seu sucesso (Dias, Júlio, 2018; Allegretti, Copello, 2018; Wampler, McNulty, Touchton, 2018).

Assim, o OP ajuda a criar novos espaços de diálogo e tomada de decisão que vão além dos modelos tradicionais de democracia representativa, com o potencial de mudar as culturas políticas e cívicas ao longo do tempo, com cidadãos mais

informados e governos mais receptivos, da mesma forma que se estabelece uma relação positiva de cobrança mútua, combatendo má gestão e corrupção. Isso também estimula a inovação e a criatividade nas soluções pela inclusão dos atores sociais que estão na ponta como participantes (Allegretti, Copello, 2018).

Ao contrário da democracia representativa tradicional, onde os cidadãos exercem influência principalmente através do voto, Lüchmann, Romão e Borba (2018) afirmam que o OP oferece uma forma de democracia participativa, na qual os indivíduos podem se envolver diretamente nos processos de deliberação e formulação de políticas públicas.

Os autores argumentam que a sobrevivência do OP nas últimas décadas no Brasil, sendo um país marcado por profundas desigualdades e uma tradição autoritária, é um feito notável, e demonstrou ser uma importante inovação democrática, embora precise se renovar constantemente para manter seu caráter transformador. Um dos principais sucessos do OP no Brasil foi, justamente, sua capacidade de incluir setores marginalizados da sociedade como visto anteriormente nesta sessão.

A participação em reuniões e deliberações do OP ajudou a construir capital social dentro das comunidades. As pessoas aprenderam a colaborar e a dialogar entre si para priorizar projetos que atendessem às necessidades coletivas. Isso fortaleceu os laços sociais e criou um maior senso de solidariedade entre os moradores de bairros e comunidades (Lüchmann, Romão, Borba, 2018).

Fedozzi, Furtado e Rangel (2018) apontam como um dos principais desafios do OP ao longo dos anos a falta de continuidade quando houve mudanças nas administrações municipais. A troca de governos frequentemente levou a mudanças nas prioridades políticas, o que resultou em uma desvalorização do OP. Governos com menos interesse em processos participativos muitas vezes não deram o suporte necessário para manter o OP funcionando de forma eficaz, redirecionando recursos e atenção para outras áreas de política pública.

A falta de recursos, o cenário político instável e o desinteresse de algumas administrações colocam em risco a continuidade do OP e uma governança participativa efetiva. A repetição dos processos e a falta de inovação na forma como o OP é conduzido também representa um risco e contribuíram para uma diminuição no entusiasmo e na participação (Fedozzi, Furtado, Rangel, 2018).

Os autores sugerem que, para o OP continuar relevante, ele precisa ser renovado e adaptado às novas realidades políticas e econômicas. Isso inclui repensar a maneira como o OP é conduzido, encontrar novas formas de engajar a população e aumentar a inclusão, especialmente entre grupos tradicionalmente marginalizados. Também é necessário explorar novas tecnologias e formatos de participação para tornar o processo mais acessível e atrativo.

A burocracia e a complexidade administrativa também podem ser barreiras significativas para a participação cidadã. Os processos de tomada de decisão nas administrações públicas podem ser opacos e difíceis de navegar, desencorajando a participação ativa, sendo necessário simplificar e tornar os processos mais acessíveis à população, além de dificultar a implementação dos projetos escolhidos pela população. (Allegretti, Copello, 2018; Cunha et. al, 2016)

Dessa forma, a digitalização de serviços públicos diminui a necessidade de interações presenciais, tornando o acesso mais rápido e eficiente, especialmente importante em tempos de pandemia ou para pessoas com mobilidade reduzida. (Cunha et. al, 2016)

No entanto, Allegretti e Copello (2018) afirmam que para renovar o OP e superar seu modelo original, modelos híbridos devem ser adotados de forma a combinar ferramentas online e offline, diferentes canais de divulgação para o alcance da população e dispor de uma variedade de temas.

Apesar de ser um fenômeno municipal, Dias e Júlio (2018) afirmam que o OP precisa ser expandido também nas esferas regionais, nacionais e internacionais, através de adaptações que respeitem a individualidade local e marcos legais que garantam sua institucionalização, longevidade e compromisso político, independente de mudanças de gestão política.

Para os autores, muitos governos não veem o OP como uma prioridade e reduzem o investimento no processo e o espaço para deliberação, tornando-o uma ferramenta simbólica. Esse baixo comprometimento de governos locais e crises econômicas em algumas cidades resultou numa redução de valores destinados ao OP, tornando o valor restante insuficiente para atender às demandas da população, ou até mesmo levando ao encerramento do processo, conforme afirmam Allegretti e Copello (2018).

Para Lüchmann, Romão e Borba (2018), devido não ter sido implementado uniformemente no Brasil, o OP apresenta variações significativas em cada município devido aos recursos investidos, engajamento da população e qual o formato utilizado.

“Devemos observar que muitos legisladores tendem a se opor ao Orçamento Participativo (OP), pois o veem como uma ameaça à sua posição em uma democracia representativa — o argumento é que legisladores eleitos pelo voto popular têm maior legitimidade para tomar decisões sobre os recursos públicos do que cidadãos não eleitos.” (Lüchmann, Romão, Borba, 2018, p. 63)

Segundo os argumentos de Fedozzi, Furtado e Rangel (2018), a falta de divulgação e transparência nas etapas do OP foi um dos fatores que limitou sua expansão visto que em muitos municípios a participação foi reduzida porque os cidadãos não recebiam informações claras sobre o funcionamento do programa. Os autores também afirmam que a mídia tradicional teve pouca cobertura do OP, e mesmo que os governos utilizem de campanhas midiáticas para promover o OP, se tratadas sem compromisso real, também não são suficientes. Neste cenário, o uso de redes sociais e plataformas digitais poderia ser melhor explorado.

Ainda segundo Fedozzi, Furtado e Rangel (2018), a adoção de ferramentas digitais em algumas cidades poderia ter modernizado o OP, devido a ampliação da participação em alguns casos, porém essa digitalização também trouxe desafios. Para além da infoexclusão, o OP digital em algumas cidades foi limitado a uma votação direta, sem espaço para discussões e construções coletivas, resultando em uma menor deliberação coletiva e em um maior risco de manipulação de dados.

2.4 A INFOEXCLUSÃO ENQUANTO UM CONDICIONANTE

Uma das questões centrais abordadas pelos autores mencionados neste capítulo é a desigualdade enquanto obstáculo para a implementação de smart cities e de ferramentas de participação. Neste sentido, como aponta Cunha et. al (2016), a inclusão digital é destacada como um elemento central para as smart cities no Brasil. Para que todas as populações possam se beneficiar das inovações digitais que podem ser proporcionadas por iniciativas de smart city e e-governo, é necessário promover o acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Para Castells (2004), o conceito de infoexclusão está ligado à desigualdade no acesso à internet, porém o acesso não soluciona o problema em si, mesmo que esse seja um requisito para superar essa desigualdade numa sociedade em que o uso de TICs é cada vez mais amplo. O surgimento da internet como novo meio de comunicação gerou forte discussão acerca do surgimento de novos padrões de sociabilidade, baseado principalmente no processo histórico e valores de diferentes sociedades.

Segundo Ribeiro et. al (2013), o uso de TICs pode facilitar e reforçar os vínculos entre a população e a administração pública e promover diversas oportunidades sociais que seriam impossibilitadas pelo não acesso à internet e aparelhos, como também pela barreira educacional que implica em saber utilizar tais ferramentas. Apesar do número de pessoas com acesso a TICs e a internet ter aumentado significativamente, ainda permanece uma distância entre “conectados” e “não-conectados”, conforme explica o autor. Assim, o acesso a TICs e a internet é um fator de reprodução de desigualdades materiais e imateriais para o ambiente online – ou a ausência dele.

Cunha et. al (2016) pontuam que a desigualdade social manifesta-se em múltiplas dimensões, incluindo renda, acesso a serviços básicos e oportunidades educacionais. Essas disparidades são exacerbadas pela desigualdade digital, ou o fosso digital, que se refere à disparidade no acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) e à internet.

Para Walters (2011) a desigualdade no acesso à tecnologia é um grande obstáculo para a participação pública nas iniciativas de e-governança. Nem todos os cidadãos têm acesso a dispositivos digitais, como computadores e smartphones, ou à internet de qualidade, criando uma divisão digital que pode excluir partes significativas da população dos processos de governança e serviços públicos digitais, além de dificultar a implementação de um e-governo eficaz. Isso resulta em exclusão social, onde grupos vulneráveis, como idosos, pessoas de baixa renda e moradores de áreas rurais, ficam para trás na participação cívica e no acesso a serviços essenciais.

Deste modo, Castells (2004) argumenta que a infoexclusão fundamental não se define simplesmente pelo número de conexões à internet, mas pelas consequências geradas tanto pelo acesso quanto pela ausência dele. Isso porque a internet não é apenas uma tecnologia, mas um instrumento e uma estrutura

organizativa que distribui o poder da informação, da produção de conhecimento e da capacidade de se conectar em rede em todas as esferas da atividade humana.

Para Laval (2016) essas desigualdades não são apenas consequências de uma distribuição desigual de recursos, mas também são reproduzidas e reforçadas pelo próprio sistema político. Ele sugere que, ao perpetuar essas desigualdades, o sistema democrático acaba por criar um ciclo vicioso: os grupos marginalizados têm menos voz, o que impede que suas necessidades e demandas sejam adequadamente representadas, o que, por sua vez, contribui para a perpetuação de suas condições de exclusão. Quando segmentos significativos da população se veem excluídos ou sub-representados, a confiança no sistema democrático diminui, tal como a participação em si.

O desenvolvimento de tecnologias e ampliação do acesso à internet pode não necessariamente conduzir a uma maior democratização social ou diminuição da infoexclusão, muito pelo contrário. De acordo com as análises e estudos feitos por Ribeiro et. al (2013), desigualdades podem ser reproduzidas através do espaço ou localização que um grupo social ocupa, tendo como exemplo o acesso a recursos e serviços públicos ou privados nas periferias, como empresas provedoras de internet.

Um dos fatores que influenciam a infoexclusão de uma sociedade está relacionado tanto aos usos que a população faz das tecnologias e a infraestrutura disponível, quanto as estratégias adotadas para mitigar essa desigualdade. Para Castells (2004), a infoexclusão também está diretamente ligada ao tipo de uso que os indivíduos conseguem fazer, sendo agravada pelas dificuldades decorrentes da falta de educação, conhecimentos e habilidades necessárias para utilizar as tecnologias de acordo com seus próprios interesses, em contraste com aqueles que não enfrentam tais limitações.

Em muitas áreas urbanas do Brasil, especialmente em comunidades de baixa renda e favelas, a infraestrutura digital é precária ou inexistente, dificultando o acesso da população a serviços digitais e informações essenciais. Conforme afirma Cunha et. al (2016), áreas mais pobres e marginalizadas frequentemente têm acesso limitado ou inexistente à infraestrutura digital necessária para suportar serviços inteligentes, como conectividade de internet de alta velocidade e dispositivos de comunicação. Além disso, a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade pode limitar a eficácia das iniciativas de smart city que dependem de uma base equitativa de serviços e infraestrutura urbana.

Cunha et. al (2016) exemplificam afirmando que enquanto as áreas mais ricas das cidades podem se beneficiar de serviços inteligentes como monitoramento em tempo real, transporte público eficiente, e acesso a serviços de saúde digital, as áreas mais pobres podem ser deixadas para trás se não houver um esforço deliberado para incluí-las. A exclusão digital pode não só limitar a participação cidadã, mas também a expansão do acesso equitativo de tecnologias digitais voltadas para as smart cities.

Ribeiro et. al (2013) argumenta que o determinante espacial não se refere somente a escassez de oferta de serviços como mencionado, mas também a segmentação local-social onde o conhecimento compartilhado entre familiares, amigos e vizinhos é comparativamente menor, considerando que em regiões de periferia um menor número de pessoas teria este conhecimento e experiência para instruir pessoas próximas.

Outro apontamento dos autores é que nem todos os domicílios brasileiros que possuem um computador, tem acesso também a internet, mostrando haver desigualdades mesmo entre os “conectados”. De mesma forma, considerando que o aproveitamento das TICs está diretamente relacionado ao nível de conhecimento e competência do utilizador, observa-se uma grande desvantagem educacional de aproveitamento de rede.

“A centralidade da Internet em muitas áreas da actividade social, económica e política converte-se em marginalidade para aqueles que não têm ou possuem um acesso limitado à rede, assim como para aqueles que não são capazes de tirar partido dela. Por isso, não devemos estranhar em absoluto que a previsão do potencial da internet como meio para conseguir a liberdade, produtividade e a comunicação venha acompanhada de uma denúncia da info-exclusão, induzida pela desigualdade na internet.” (Castells, 2004, p. 287)

Neste cenário, mesmo tendo acesso à internet, os indivíduos com pouca instrução e menor habilidade em lidar com a tecnologia podem não ser capazes de usar dessa tecnologia em benefício próprio, como para educar-se, acessar serviços públicos ou candidatar-se a vagas de emprego. Os autores mostram em seu estudo que essa desvantagem de aproveitamento de rede é um reflexo de desigualdades já existentes e podem ampliar-se ao passo que o acesso à internet e TICs também é ampliado (Ribeiro et. al, 2013).

Em suas pesquisas Ribeiro et. al (2013) também demonstram que a população com maior renda e escolaridade é também a mais propensa em fazer usos complexos de tecnologias e a partir de processos participativos, bem como a população mais jovem e a população que mora nos centros urbanos. Observa-se nesta pesquisa como os fatores de baixa renda e localização periférica estão conectados e apontam para traços de desigualdade já existentes e discutidos em nossa sociedade.

Mesmo quando o acesso à internet e a dispositivos existe, muitas pessoas podem não ter as habilidades necessárias para navegar no ambiente digital ou utilizar serviços online complexos, o que representa um desafio significativo em termos de alfabetização digital. A falta de habilidades digitais impede que muitos cidadãos acessem serviços governamentais online ou participem de consultas públicas e outras iniciativas de e-governança, resultando em falta de participação e desigualdade de informação, impedindo-os de exercer sua cidadania (Cunha et. al, 2016; Walters, 2011).

Para os autores, este aspecto é especialmente relevante para populações idosas, de baixa renda, ou com baixo nível de educação formal. As populações marginalizadas podem não ter o mesmo nível de acesso a serviços online de saúde, educação, segurança ou mobilidade, ampliando a infoexclusão. Muitos cidadãos relatam dificuldades em usar novas tecnologias devido à falta de habilidades digitais ou acesso limitado a dispositivos e conectividade. Cunha et. al (2016) conclui que é crucial desenvolver estratégias de capacitação tecnológica e fornecer suporte contínuo para ajudar os cidadãos a se adaptarem às novas tecnologias.

O paradigma social apontado por Ribeiro et. al (2013) trata não apenas o acesso as TICs e a internet, mas principalmente as diferenças de capacidade que os indivíduos têm em usá-las. As classes mais abastadas e escolarizadas têm maior acesso e facilidade de uso, o que demonstra que as competências e experiências com TICs estão condicionadas à renda, posição socioeconômica e escolaridade.

Além disso, conforme afirma Walters (2011), a desigualdade de acesso à tecnologia implica em desigualdade de oportunidades, com aqueles sem acesso perdendo oportunidades de educação, emprego e engajamento cívico que são cada vez mais acessados online. Para mitigar esse problema, é necessário investir em infraestrutura de internet de alta velocidade e acessível para áreas rurais e comunidades de baixa renda, além de oferecer subsídios ou programas de baixo custo

para que famílias de baixa renda possam adquirir dispositivos digitais (Walters, 2011; Cunha et. al, 2016).

Para Ribeiro et. al (2013), ao lidar com a infoexclusão não basta apenas fomentar a democratização de acesso à internet, mas se faz crucial trabalhar as condições e capacidades necessárias dos mais pobres ao aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo uso de TICs, visto que esta infoexclusão está permeada por fatores materiais e imateriais.

Além disso, sistemas de e-governança complexos ou mal projetados podem dificultar ainda mais a participação dos cidadãos conforme argumenta Walters (2011). Interfaces pouco intuitivas e processos complicados podem desmotivar os usuários e impedir a participação eficaz, levando a baixa adoção dos serviços online e aumentando a frustração e desconfiança nos serviços governamentais. Para garantir que os sistemas sejam eficazes e acessíveis, é fundamental investir em design centrado no usuário, realizando testes de usabilidade com grupos diversos de cidadãos para identificar e corrigir problemas de design, e simplificar os processos burocráticos, garantindo que as informações sejam claras e facilmente acessíveis.

Quando certas populações não têm acesso aos canais digitais de participação ou não possuem as habilidades necessárias para utilizá-los, suas vozes podem não ser ouvidas nos processos de tomada de decisão, perpetuando a exclusão e a marginalização. Isso pode resultar na exclusão de segmentos significativos da população, particularmente aqueles de baixa renda, idosos ou residentes de áreas rurais e periféricas (Cunha et. al, 2016).

Outro problema abordado por Walters (2011) é a participação superficial, onde as interações online não substituem o engajamento cívico mais profundo e significativo. Participações superficiais podem incluir respostas rápidas a enquetes online sem um entendimento completo dos problemas ou sem uma deliberação adequada, resultando em engajamento limitado e decisões que não refletem verdadeiramente as necessidades e desejos da comunidade.

A falta de conscientização ou interesse dos cidadãos em participar de forma mais engajada de processos governamentais e as desigualdades no acesso à tecnologia são obstáculos significativos que limitam a eficácia da governança digital (Dias, Oliveira, Heinrich Ferrer, 2022).

Torres (2004) também alerta para os riscos da infoexclusão nas democracias modernas, visto que a falta de acesso adequado à internet e TICs somado a fatores

de desinformação e dificuldades de acesso e participação podem excluir uma grande parcela da população de mecanismos de participação e controle social que envolvam ferramentas tecnológicas, perpetuando desigualdades e excluindo do debate político demandas sociais de extrema importância.

“A participação política também exige sacrifícios pessoais consideráveis que usualmente o cidadão comum não está disposto a fazer. O custo pessoal da ação política (...) é relativamente alto. Para acompanhá-las, muitas vezes ele terá de fazer deslocamentos longos e caros, deverá abrir mão do seu escasso tempo de lazer, não poderá ficar com a família no aconchego de sua casa, entre outros sacrifícios pessoais.” (Torres, 2004; p. 77)

Para promover um engajamento significativo, é necessário criar plataformas que incentivem a deliberação e a discussão aprofundada dos temas, possibilitando que os cidadãos compartilhem ideias e opiniões de maneira mais substancial, além de fomentar o desenvolvimento de programas de inclusão e educação digital para garantir que todos os cidadãos possam exercer sua cidadania e ter suas vozes ouvidas (Walters, 2011; Cunha et. al, 2016).

Partindo dos argumentos expostos nesta sessão, os fatores de infoexclusão apontados pelos autores e que não só refletem as desigualdades socioeconômicas já observadas, mas podem vir a potencializá-las, podem ser divididos entre duas categorias: fatores imateriais e materiais.

Dentre fatores imateriais estão a idade, a escolaridade, o gênero, o nível de instrução e habilidades em usar a internet e dispositivos digitais. Já os fatores materiais são a renda do indivíduo, sua localidade, o acesso à internet e o acesso à dispositivos digitais.

Pode-se observar que a participação online nos processos de governança tende a ser marcada por uma seletividade dos segmentos sociais envolvidos. Os indivíduos com maior escolaridade, renda e inserção socioeconômica encontram melhores condições para acessar e utilizar de forma efetiva as TICs, desenvolvendo competências digitais que lhes permitem participar de debates mais complexos e propor pautas relacionadas a inovação, modernização urbana e serviços inteligentes. Nesse sentido, a participação digital não apenas reflete, mas também reforça desigualdades já existentes, uma vez que privilegia grupos que dispõem de capital

cultural e social suficiente para transformar o acesso à tecnologia em mecanismos de influência política e cidadã.

Por outro lado, a participação presencial costuma ser mais representativa de segmentos sociais que enfrentam maiores limitações de renda, escolaridade e acesso digital, e que concentram suas demandas em necessidades mais básicas, como acesso a serviços públicos, transporte, segurança e infraestrutura urbana. Assim, enquanto a participação digital tende a expressar objetivos e interesses de grupos mais favorecidos, a participação presencial revela carências materiais imediatas, reforçando a ideia de que o tipo de participação está profundamente condicionado pela posição social dos indivíduos. Essa seletividade demonstra que a infoexclusão não se limita à ausência de acesso à internet, mas envolve também as formas de uso e os resultados que dela decorrem, impactando diretamente o conteúdo e as prioridades das propostas apresentadas em diferentes arenas de participação.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após realizada uma detalhada revisão bibliográfica dos títulos selecionados, dando continuidade as etapas da pesquisa, foi realizada uma primeira aproximação qualitativa por meio de observação não participante, visando compreender o processo de participação presencial e a dinâmica do Programa Fala Curitiba.

O primeiro contato com o programa foi feito em 2023 através das reuniões presenciais que percorrem os bairros de Curitiba, quando ainda não se dispunha de informações sobre suas métricas fundamentais. A seleção das reuniões foi realizada de forma aleatória e minha postura foi estritamente de observadora, sem intervenções diretas. Questões norteadoras foram delineadas para esta análise com o objetivo de compreender o quantitativo de participantes nos encontros presenciais, a identificação da regional com maior engajamento, o perfil dos participantes, o levantamento das demandas apresentadas e sua possível correlação socioeconômica e os métodos de mobilização utilizados.

Em seguida, foi utilizada uma abordagem quantitativa-descritiva definida por Marconi e Lakatos (2017) como um modelo de pesquisa empírica direcionado à análise de características de fatos e fenômenos, tal como à avaliação de programas, através de recursos quantitativos e a coleta sistemática de dados acerca do tema tratado.

Considerando a definição estabelecida pelas autoras, tal abordagem tornará possível descrever a aderência ao programa e o perfil dos participantes, assim como seus efeitos e resultados, baseando-se em dados do IMAP e do programa Fala Curitiba, índices demográficos e socioeconômicos. Assim, os dados resultantes poderão ser analisados e ilustrados por estatísticas descritivas e uso de tabelas e gráfico para fins comparativos.

Ao utilizar de um método comparativo para leitura de dados, Marconi e Lakatos (2017) afirmam que este permite a análise de dados reais de forma a verificar similitudes e explicar divergências e assim comparar grupos em diferentes estágios, seja em termos de desenvolvimento ou tempo.

Portanto, a combinação de uma análise quantitativa-descritiva através de um método comparativo irá viabilizar a comparação dos perfis dos participantes presenciais e online através dos dados coletados, bem como suas características socioeconômicas, a fim de analisar as diferenças significativas entre os grupos - tal como gênero, idade, sexo, escolaridade, bairro e renda – como possíveis fatores de infoexclusão que possam impactar a participação dos cidadãos.

Segundo Ribeiro et al. (2013), embora as TICs possibilitem e facilitem um vínculo entre a população e o poder público, seu uso ainda perpetua desigualdades, não apenas no acesso a essas tecnologias, mas também a capacitação para utilizá-las. Dessa forma o uso da internet e TICs em processos de governança pode não conduzir a uma democratização visto os fatores de infoexclusão estudados pelos autores.

Os autores identificam como fatores de infoexclusão a renda do indivíduo ou família, a localização espacial devido à baixa oferta de serviços de internet em regiões periféricas, e a escolaridade do indivíduo, que influencia diretamente sua renda e sua capacidade de aproveitamento de ferramentas tecnológicas.

Assim, a seleção das variáveis socioeconômicas a serem utilizadas na pesquisa baseou-se nos fatores considerados pelos autores, com a adição das variáveis idade e gênero. De acordo com um relatório da ONU (2022), apesar do crescente acesso às TICs, ainda há uma significativa desigualdade de acesso à internet entre homens e mulheres e entre os jovens e o restante da população.

Como mencionado anteriormente, para a análise dos dados socioeconômicos e espaciais de Curitiba, foram utilizados os dados do último Censo do IBGE, referentes ao ano 2022, apresentados na primeira parte da análise dos resultados. Tendo esses

dados em perspectiva, foram elaboradas inicialmente algumas perguntas a serem feitas para esses dados, de forma que suas respostas geraram planilhas e gráficos comparativos. São elas:

- Qual a relação entre habitantes e densidade de cada regional?
 - Como é composta a população de cada regional considerando idade, gênero e cor?
 - Como se dá a disposição de renda por bairros?
 - Qual o nível de instrução de cada regional?
 - Como é a relação entre nível de instrução e renda de cada regional?
- Existe uma similaridade nos dados?

Através dessas perguntas os dados obtidos foram organizados em planilhas e os gráficos correspondentes a essas perguntas foram elaborados.

Referente ao tratamento dos dados de participação do programa para delinear o perfil dos participantes do programa, as prioridades votadas e a relação desta participação com os fatores de infoexclusão analisados foram coletados dados através dos dados abertos da prefeitura, em acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), e a solicitação de dados ausentes diretamente ao IMAP.

Os dados obtidos acerca do programa também foram organizados em diferentes planilhas separadas em participações anuais nas modalidades presencial e online de cada ano, as participações na LDO de cada ano e as participações na LOA de cada ano. Cada planilha contém colunas que identificam os fatores socioeconômicos mencionados anteriormente de cada participação, sem expor nenhum dado sensível dos participantes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), sendo elas:

- Processo de participação - se LDO ou LOA
- ID de cada participação
- Gênero do participante
- Data de nascimento do participante
- Escolaridade do participante
- Regional de voto
- Política pública votada

A partir dessas planilhas, os dados foram analisados e cruzados para obter as relações entre cada coluna e analisar o perfil dos participantes, como se dão as

votações e como cada uma dessas variantes se comporta. Os gráficos gerados e incorporados no corpo do texto mostram de maneira mais clara os números obtidos.

Em seguida, foi utilizado o programa RStudio para realizar uma análise mais profunda dos dados. Para isso foi escolhido apenas a edição de 2024, tanto da LDO quanto da LOA, por ser a mais recente e devido à grande semelhança entre as edições em termos de proporção.

Foi feito o carregamento das planilhas já elaboradas para novo tratamento. Nesta etapa as planilhas foram unidas em uma só base de dados e as células todas padronizadas para que não houvesse erro de leitura de dados.

No começo do tratamento das planilhas foi identificado um erro no preenchimento da data de nascimento dos participantes, de forma que haviam muitos participantes com idade entre 0 e 14 anos e com mais de 100 anos. Foi feita então uma média das idades consideradas aplicáveis (de 15 a 100 anos) obtendo o valor de aproximadamente 46 anos. Para que não fosse alterada a média estatística da idade dos participantes, as idades consideradas não aplicáveis (de 0 a 14 anos e acima de 100 anos) foram alteradas para 46 anos.

Tendo todos os dados trabalhados foi construído um modelo de regressão logística, tendo como variável dependente a escolha de determinada política pública (sendo 1 para a política estudada e 0 para todas as outras), e aplicado a cada escolha possível em regressões separadas, com a variável explicativa sendo a porcentagem de participações online na regional de participação, com os outros fatores sendo variáveis de controle. A partir disso, estudou-se a razão de chances de cada característica pessoal do participante impactar na política escolhida e, especialmente, como a participação virtual impacta nessa escolha.

Por fim, foram rodados testes estatísticos para avaliar este modelo. Estes testes mostraram que o modelo tem significância estatística e pode ser usado para avaliar a escolha dos participantes, mas tem limitações no seu poder de previsão. Isso acontece, principalmente, porque não foi possível obter dados cruciais que enriqueceriam a análise, como a renda de cada pessoa, e principalmente, a informação se aquele voto específico foi feito online ou presencialmente. Essas, e outras informações omitidas, ajudariam a construir um modelo que explique com maior significância a escolha em questão, especialmente no que tange ao objeto desta pesquisa. Mesmo com essas limitações, a análise levou a conclusões interessantes sobre o programa e se mostrou valiosa para revelar os perfis gerais de apoio para

cada política pública e as tendências que emergem quando a participação digital cresce ou diminui em proporção da participação total.

4 O PROGRAMA “FALA CURITIBA”

O programa “Fala Curitiba” foi lançado em maio de 2017 e é atualmente conduzido pelo Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP. Segundo a prefeitura de Curitiba, o programa “tem o objetivo de ampliar o debate e a percepção da vontade da população nas propostas das leis orçamentárias do município, direcionando a indicação de demandas prioritizadas de uma comunidade, considerando as especificidades dos 75 bairros que compõe o município”.

A participação dos cidadãos acontece a partir de diferentes canais, sendo eles: reuniões presenciais nos bairros, preenchimento de formulários em pontos físicos pela cidade, e preenchimento de formulários virtuais pelo site oficial do programa, de forma a ter a participação o mais descentralizada possível. Ao falar sobre a importância da existência do programa, o então vice-prefeito Eduardo Pimentel declarou que: “é perceptível o amadurecimento da organização social na defesa das demandas coletivas para a comunidade. A população está entendendo o que é o processo de votação de obras e serviços pensando na coletividade” (2024).

De acordo com a prefeitura, a participação da população gera ganhos de qualidade, com orientação sobre a forma como a Lei Orçamentária Anual - LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO são construídas e, portanto, como é feita a destinação dos recursos do orçamento do município, na sua complexidade. Essa participação ocorre em duas etapas ao longo do ano, sendo a primeira para definir os temas principais da LDO e a segunda para elencar prioridades detalhadas para a LOA, elegendo ao final propostas que são encaminhadas à Câmara Municipal como sugestões para o orçamento do ano seguinte.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto a Lei de Orçamentária Anual são instrumentos essenciais para o planejamento e gestão das finanças do município para o ano seguinte à sua votação.

A LDO concentra-se na orientação e elaboração da LOA estabelecendo metas e prioridades da administração pública, além de definir os critérios para a limitação de despesas, alterações na legislação tributária e diretrizes gerais para a alocação de

recursos do município, incluindo os anexos de metas fiscais e riscos fiscais (Brasil, 1988, art. 165-169).

Segundo a prefeitura de Curitiba, a LDO delimita o que é possível de ser realizado no ano seguinte e quanto o governo precisa arrecadar para que os gastos programados possam ser efetuados.

Já a LOA é o instrumento que materializa o orçamento municipal, detalhando as estimativas de receitas e despesas para o exercício financeiro, contemplando os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos. Ela deve estar alinhada com o Plano Plurianual (PPA) e com as diretrizes estabelecidas anteriormente na LDO (Lei Complementar nº 101/2000; Brasil, 1988, art. 165-169). Vale ressaltar que o PPA é um planejamento de médio prazo que ocorre a cada 4 anos, no primeiro ano da nova gestão pós eleição e estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo governo e deve abranger os programas de manutenção e expansão das ações do governo (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2025).

A LDO pode ser compreendida como um elo entre o PPA e a LOA. De forma mais simplificada, ela estabelece as metas e prioridades para o ano seguinte e as diretrizes para a elaboração da LOA. Já a LOA é o orçamento propriamente dito, estabelecendo de onde vem o dinheiro e onde será gasto.

Tanto a LDO quanto a LOA são elaboradas pelo Poder Executivo municipal e são posteriormente encaminhadas para análise e votação na Câmara de Vereadores para garantir transparência, controle social e eficiência na aplicação dos recursos públicos. O Fala Curitiba trata de consultar a população e debater sugestões e indicações para ambas as leis, de forma a assegurar que suas necessidades serão ouvidas (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2025).

A LDO deve ser enviada à Câmara Municipal até 15 de abril com prazo de aprovação pela Câmara até 30 de junho. Já a LOA deve ser enviada até 31 de agosto com prazo de aprovação até 31 de dezembro (Brasil, 1988, art. 165-169).

A prefeitura define a primeira etapa, referente à LDO, como o momento para elencar as os temas prioritários em cada regional do município, entre um total de 59 temas em 15 áreas de políticas públicas - até a edição de 2024. Na participação por meio eletrônico, o cidadão cadastrado pode elencar 5 entre os 59 temas para cada regional, através do Portal Fala Curitiba. Simultaneamente, as equipes itinerantes da prefeitura percorrem, de forma física, todos os bairros do município, em ações com formulários a serem preenchidos para que sejam feitas as participações de forma

presencial. Ocorrem, ainda, ao longo de um mês, reuniões presenciais que atendem os 75 bairros da cidade, não apenas coletando solicitações individuais, mas permitindo o debate entre os cidadãos sobre as prioridades a serem elencadas, com acompanhamento da equipe da prefeitura e preenchimento dos mesmos formulários impressos.

Feita a seleção das prioridades nessa etapa, a administração da prefeitura discute com cada secretaria responsável essas prioridades, alinhando as demandas com as possibilidades de execução, então apresentando, em uma segunda etapa, as prioridades aos cidadãos de cada regional da cidade, através de reuniões presenciais, para que votem em quais delas serão escolhidas para serem apresentadas como sugestões para a LOA do ano seguinte. A prefeitura ressalta que as demandas a serem eleitas no programa são aquelas que precisam de prioridade no orçamento, fugindo de itens da rotina diária, como a zeladoria urbana.

De acordo com Alexandre Matschinske, o então presidente do IMAP, em entrevista dada ao CBN Curitiba:

“É através da participação da comunidade que a prefeitura consegue identificar aquelas que são as principais necessidades de cada uma das regiões da cidade. O aumento significativo na participação, sinal de que a população além de identificar o programa “Fala Curitiba” como uma solução para os seus problemas, pras (sic) suas necessidades, também vê que a participação tem dado resultados, ou seja, aquelas ações solicitadas e demandadas ao longo do programa vem sendo solucionadas.” (Alexandre Matschinske, 2023)

De acordo com Raymundo e Miola (2021), em sua análise acerca do programa, a continuidade expressa nas audiências públicas do Fala Curitiba, fortalece uma cultura participativa e de incentivo a cidadania. O programa em si representa um avanço na “disponibilização de diferentes canais de participação que podem oportunizar o diálogo” (Raymundo, Miola, 2021, p. 12). No entanto, é argumentado que a transparência é uma fragilidade do programa que influencia a forma como os resultados são postos à sociedade e como a população enxerga o programa.

A principal crítica das autoras refere-se ao pouco detalhamento de como as prioridades eleitas pela população são administradas, ou seja, detalhes sobre sua execução, seu andamento e especificações nas leis orçamentárias. Tal falha pode

impactar diretamente na perspectiva do cidadão de estar ou não sendo atendido, de que sua participação fez diferença no seu bairro.

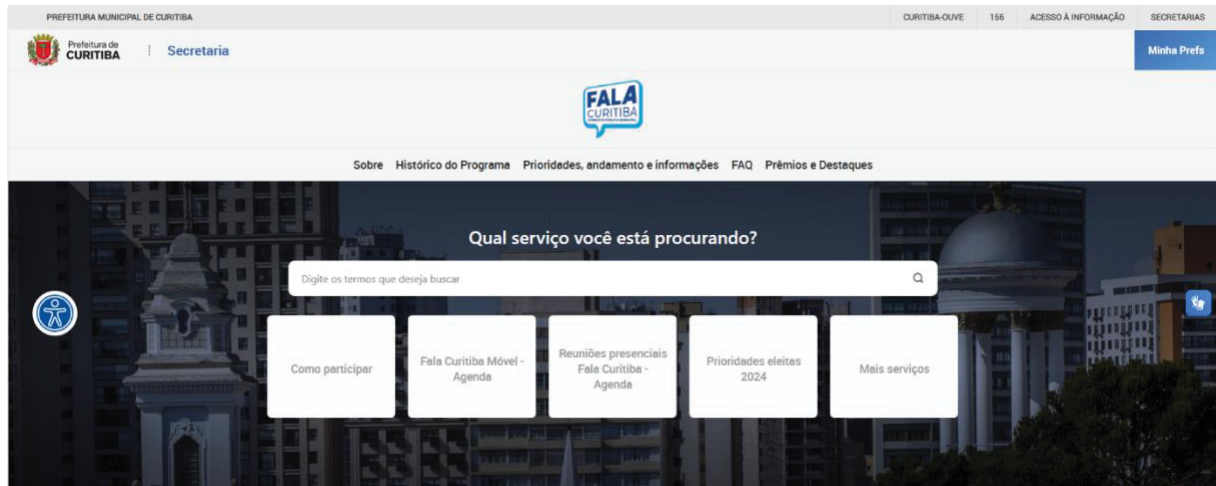
Já Ferreira (2022) afirma em sua investigação sobre o programa que não há uma ampla representatividade entre os participantes, visto que os participantes com idade entre 30 e 64 anos e nível superior mostraram ser a maioria, sugerindo que o atual engajamento está melhor evidenciado no sentimento de pertencimento, amor e compromisso com o bairro, amigos, familiares e vizinhos desta faixa etária. Ela afirma que o engajamento dos participantes é fomentado pelas lideranças comunitárias e por outros cidadãos que estejam envolvidos com as pautas a serem tratadas, sejam da regional como um todo, de um bairro, rua ou condomínio, muitas vezes mobilizadas através de redes sociais.

Raymundo e Miola (2021) argumentam que a previsão legal da participação pública nos processos de decisão política, com destaque as decisões orçamentárias, trata-se de um marco importante que oportuniza a participação da sociedade para identificar demandas e tomar decisões dentro da sua vivência da cidade, como também promover a transparência na gestão pública. Neste sentido, o uso de TICs desempenha um papel importante para ampliar de diferentes maneiras a prática democrática.

A interface da plataforma online permite que o usuário encontre informações sobre o histórico do programa, como participar, a agenda das reuniões presenciais e do Fala Móvel, contendo endereços e horários, além de poder também consultar as prioridades eleitas na última edição e outras informações sobre as edições anteriores.

Também está disponível no site informações sobre quais sugestões já foram implantadas, quais prioridades foram eleitas e seu andamento, quais não foram eleitas e as justificativas para tanto, uma seção para perguntas e respostas frequentes e, por fim, uma seção para dados de transparência referente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta seção o usuário pode consultar os dados orçamentários, os relatórios de investimentos e os dados das audiências públicas.

FIGURA 1 – LAYOUT INICIAL DA PLATAFORMA ONLINE 1



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

FIGURA 2 – LAYOUT INICIAL DA PLATAFORMA ONLINE 2



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

FIGURA 3 – PÁGINA DE LOGIN PARA PARTICIPAÇÃO



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

O acesso a plataforma é feito através do E-cidadão, que está conectado a outros serviços da prefeitura, como o aplicativo Saúde Já. Ao logar na plataforma, o cidadão pode observar uma breve explicação sobre como registrar sua participação. Atualmente, dentre 21 políticas públicas, o cidadão poderá escolher até 5 e inserir suas próprias sugestões e observações, como exemplificado abaixo.

FIGURA 4 – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE PARTICIPAÇÃO



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

FIGURA 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS PARA SUGESTÃO EM 2025

🔗 Para saber como participar, clique aqui.

Ajude a Prefeitura a investir nas melhorias que a sua região precisa:

Selecione	01. Assistência Social	02. Capacitação Profissional
03. Cultura	04. Guarda Municipal	05. Desenvolvimento Econômico
06. Educação	07. Empreendedorismo	08. Esporte, Lazer e Juventude
09. Habitação	10. Igualdade Étnico-Racial	11. Meio Ambiente
12. Mulher	13. Obras Públicas	14. População LGBTQI+
15. Projetos Vários	16. Saúde	17. Segurança Alimentar
18. Trânsito	19. Transporte	20. Turismo
21. Urbanismo		

Selecione

Escreva sua sugestão especificando: Local, quantidade e/ou como fazer

Selecione

Escreva sua sugestão especificando: Local, quantidade e/ou como fazer

FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

FIGURA 6 – SELEÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERIR SUGESTÕES

Selecione

Selecione

01. Assistência Social

02. Capacitação Profissional

03. Cultura

04. Guarda Municipal

05. Desenvolvimento Econômico

06. Educação

07. Empreendedorismo

08. Esporte, Lazer e Juventude

09. Habitação

10. Igualdade Étnico-Racial

11. Meio Ambiente

12. Mulher

13. Obras Públicas

14. População LGBTQI+

15. Projetos Vários

16. Saúde

17. Segurança Alimentar

18. Trânsito

19. Transporte

Selecione

Escreva sua sugestão especificando: Local, quantidade e/ou como fazer

FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

FIGURA 7 – INSERÇÃO DE SUGESTÕES NA PLATAFORMA

06. Educação

(INSERÇÃO DA SUGESTÃO DO USUÁRIO COM QUAISQUER ESPECIFICIDADES E COMENTÁRIOS QUE O CIDADÃO JULGUE NECESSÁRIO)

13. Obras Públicas

(INSERÇÃO DA SUGESTÃO DO USUÁRIO COM QUAISQUER ESPECIFICIDADES E COMENTÁRIOS QUE O CIDADÃO JULGUE NECESSÁRIO)

Selecione

Escreva sua sugestão especificando: Local, quantidade e/ou como fazer

FINALIZAR PARTICIPAÇÃO

FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025)

Referente às participações através do Fala Móvel, os cidadãos podem encontrar no site do Fala Curitiba os endereços e horários em que funcionários da prefeitura estarão disponíveis para orientar a participação através de fichas impressas. As equipes são dispostas em locais estratégicos para que o cidadão possa encontrá-las enquanto realiza suas atividades diárias, como Unidades de Saúde, terminais de ônibus e mercados, e estão distribuídas em todas as regionais do município.

Nas ações do Fala Móvel o cidadão é abordado por um dos servidores do IMAP que deve explicar como funciona o programa, sua importância e as etapas. Em seguida ele deve esclarecer quaisquer dúvidas existentes e orientar como as fichas devem ser preenchidas, incluindo a possibilidade que o cidadão tem de incluir sugestões e comentários próprios.

As reuniões presenciais ocorrem de forma semelhante. Através do site o cidadão pode consultar a agenda das reuniões presenciais, horário e endereço. Essas reuniões também ocorrem em espaços estratégicos, como escolas e igrejas, onde uma placa é colocada indicando a data e horário da reunião para informar aos cidadãos que por ali passarem.

Nas reuniões presenciais, os servidores são responsáveis por organizar a população, informar e orientar como serão feitas as discussões. Na primeira etapa, os servidores dissertam sobre as informações orçamentárias do ano anterior e o andamento das prioridades eleitas. Em seguida, os servidores orientam os cidadãos a se dividirem em grupos de debate que correspondem à diferentes políticas públicas e preenchem as fichas impressas com suas sugestões.

Os cidadãos podem participar de mais de um grupo de debate e através desses grupos são decididas as sugestões para aquela etapa e, ao final da reunião, as sugestões são lidas em voz alta. É também através desses grupos de debate que são eleitas as prioridades para o ano seguinte.

Tanto as fichas preenchidas pelo Fala Móvel quanto as fichas preenchidas nas reuniões presenciais são inseridas em um sistema e analisadas pela equipe responsável para serem processados juntamente às sugestões obtidas na plataforma online. Vale ressaltar que a participação online e pelo Fala Móvel se repetem na LDO e na LOA, no entanto, as reuniões presenciais ocorrem apenas na LOA.

A publicidade do programa é feita pela prefeitura através do site da prefeitura, entrevistas para mídia local, jornais, placas indicando onde serão as reuniões, espaço de publicidade em ônibus e redes sociais.

4.1 O “FALA CURITIBA” NA PRIMEIRA PESSOA

A minha participação no programa na edição de 2023 se deu antes que eu tivesse conhecimento sobre as métricas o programa – tais como o número de pessoas que participam de forma online e presencial, quais as prioridades comumente eleitas e a evolução do programa desde 2017.

A escolha sobre quais reuniões ir foram feitas de forma aleatória, e optei por ser apenas uma observadora e não participar ativamente das reuniões. Como parte do meu papel enquanto observadora, elenquei algumas perguntas que busquei responder durante as reuniões, sendo elas:

- Qual o número de participantes nas reuniões presenciais?
- Qual regional teve o maior número de participantes?
- Qual a faixa etária dos participantes?
- Quem são essas pessoas?

- Quais foram as solicitações dessas regionais?
- Essas solicitações parecem ser influenciadas pelo recorte socioeconômico?
- Como foi feita a mobilização da população?

Das 10 regionais de Curitiba - Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Portão, Matriz, Pinheirinho, Santa Felicidade e Tatuquara - quatro reuniões foram as que tiveram maior destaque e me ofereceram um maior panorama do programa.

4.1.1 Regional Boa Vista

A reunião presencial realizada na data de 24/05/2023 contou com aproximadamente 300 pessoas, dentre elas foi observado que a faixa etária variava entre 35 anos e 70 anos, sendo a grande maioria dos participantes entre 50 e 60 anos. Também foi possível observar dentre esses participantes grupos compostos por vizinhos, grupos de pessoas de uma mesma igreja, servidores de instituições públicas (tais como agentes de saúde, agentes do SAMU, professores e funcionários públicos), vereadores e associações de bairro.

Os problemas apontados e as solicitações feitas pelos moradores foram pontuais e focalizados, como a pavimentação de determinada rua, drenagem de uma área de alagamento e maior policiamento em determinada região. Tais objetivos foram previamente elaborados e discutidos por participantes que compareceram à reunião organizados e preparados.

Foi observado um pequeno déficit de organização por parte dos funcionários da prefeitura responsáveis pela organização, possivelmente potencializado por uma dificuldade de compreensão dos participantes mais velhos.

Em uma breve conversa com a responsável pela administração da regional, foi dito que para a divulgação das reuniões foi estimulado principalmente a movimentação e organização dos grupos citados acima de forma a otimizar a seleção de prioridades.

4.1.2 Regional CIC

A reunião da Regional CIC do dia 25/05/2023 contou com menos de 100 participantes, sendo a maioria estudantes do programa EJA da escola em que ocorreu

a reunião. Foi observado que a faixa etária dos participantes variava entre 30 anos e 50 anos, sendo a maioria entre 40 e 50 anos. Também foi possível observar que dentre os participantes havia um pequeno grupo de bairro composto por vizinhos e servidores de instituições públicas (professores, policiais e agentes de saúde).

As solicitações feitas pelos moradores foram abertas e menos específicas, diferentemente da regional Boa Vista. Os pedidos foram generalistas, tais como melhorar o posto de saúde ou melhorar uma escola, sem maiores detalhes sobre. Tais objetivos parecem não terem sido previamente elaborados e discutidos, mas ainda assim demonstra que os moradores sabem quais são os problemas de seus bairros. Devido à essa falta de mobilização e organização da população, vários setores não tiveram debates para eleger as prioridades da regional, o que afeta diretamente em como o programa irá atender aquela regional.

Numa breve conversa com o responsável pela administração da regional, foi questionado sobre a divulgação da reunião e a baixa participação, ao que ele respondeu que a reunião foi feita amplamente divulgada e direcionada a diversos nichos, como grupos do whatsapp e escolas, tal como na regional Boa Vista, mas que não resulta em grande interesse ou mobilização dos moradores. Nesse sentido, a regional Boa Vista mostra-se como total oposto a regional CIC.

4.1.3 Regional Matriz

Já na regional Matriz, numa reunião realizada em 06/06/2023, o número de participantes girou em torno de 100 pessoas, com idades entre 40 e 70 anos, sendo a grande maioria acima de 50 anos. Foi observado um grande número de assessores de vereadores e funcionários da prefeitura e da regional, maior que nas outras regionais, apesar de não contar com a presença do Vice-prefeito, do presidente do IMAP ou da coordenadora do programa – que participaram de várias reuniões.

Dentre os presentes, muitos eram apenas vizinhos, servidores e funcionários públicos (tais como professores, policiais e agentes de saúde), assessores e vereadores, membros de associações de bairro e clubes. Os presentes não compunham grupos pré organizados e as solicitações também não pareciam pré elaboradas em sua maioria. As solicitações feitas foram bem pontuais e mostram o caráter socioeconômico da regional, visto que estas eram mais voltadas a esportes, lazer, cultura e policiamento, sendo tópicos como educação e habitação um pouco

ignorados apesar de estabelecidos. Isso contrapõe com outras regiões onde esses temas eram constantemente debatidos.

Pôde-se observar uma má organização da reunião, visto que não havia espaço adequado para as pessoas debaterem as prioridades da regional e alguns dos responsáveis pareciam confusos e perdidos. Tal fato foi intensificado devido as dificuldades da população idosa presente.

Também foi observado nas rodas de conversa que os responsáveis não estavam muito dispostos a ouvir a população, eram um pouco rudes e se apegavam as prioridades da internet, não dando muito espaço para discussão, o que também é contrário às outras regionais;

Ao longo da reunião foi observado uma certa movimentação dos assessores que pareciam tentar garantir proximidade com a população e apoio eleitoral para o ano seguinte, nas eleições municipais de 2024. Tal comportamento não foi visto nas outras regionais, pelo contrário, em outras regionais os assessores se comportavam unicamente como observadores tentando entender os pontos principais das reuniões.

Assim como os assessores, a responsável pela administração da regional parecia estar fazendo seu próprio palanque eleitoral, portanto não foi possível conversar com ela, ao contrário dos outros administradores.

4.1.4 Regional Portão

Por fim, na reunião realizada na data de 07/06/2023 na regional Portão foi possível observar um público diverso, contando com mais de 100 adultos e muitas crianças que acompanhavam suas mães ou responsáveis, lotando o espaço cedido por uma igreja local. A faixa etária desta reunião era mais jovem, dos 30 aos 60 anos, sendo a grande maioria entre 30 e 45 anos. Assim como na Matriz, foram observados muitos funcionários da prefeitura e da regional, além de 8 vereadores e poucos assessores.

Os participantes eram compostos por vizinhos, membros de associações de bairro e professores. Havia dois grupos principais formados por professores e mães ou responsáveis dos alunos destas escolas. Os grupos eram pré-organizados, bem mobilizados e com solicitações bem pensadas, elaboradas e pontuais. Apesar da maior parte dos participantes terem focado em educação, transporte e obras, todos os tópicos foram debatidos.

A reunião pareceu desorganizada, apesar de ter bastante espaço, os funcionários pareciam despreparados e a junção disto com conversas paralelas e as crianças brincando soltas pelo espaço tornou a comunicação bem difícil, especialmente nas rodas de debate. Alguns funcionários também foram um pouco rudes.

Apesar do grande número de vereadores no início da reunião, poucos permaneceram durante os debates e na apresentação final, e a movimentação quase eleitoral observada na Matriz não foi muito presente no Portão, mas uma movimentação política de observação dos debates e prioridades eleitas.

Ao final da reunião foi questionado ao responsável pela administração da regional acerca da ampla participação daquela reunião, ao qual ele afirmou que ainda há muitas áreas da regional que eles estão tentando alcançar para tornar as reuniões ainda maiores e com solicitações mais diversas, visto ser uma regional bem populosa.

4.2 OS NÚMEROS DO FALA

Através dos dados obtidos através do IMAP e do portal de dados abertos da prefeitura de Curitiba, foi possível observar um avanço no número de participações, com ênfase nas edições a serem analisadas, de 2022, 2023 e 2024, período em que a plataforma de participação online encontra-se melhor consolidada. Os gráficos e tabelas a seguir referem-se majoritariamente ao número de participações, salvo quando especificado no texto que trata-se do número de cidadãos participantes.

As fichas preenchidas pelos cidadãos, bem como os formulários, são passíveis de erros. Foi observado nas planilhas que muitos participantes não preencheram sua escolaridade. Estes casos serão identificados nas legendas como “Não informado”.

Também foi observado um possível erro no preenchimento do sexo, no qual o participante assinalou ambos ou não informou. Estes casos também serão identificados nas legendas como “Não informado”.

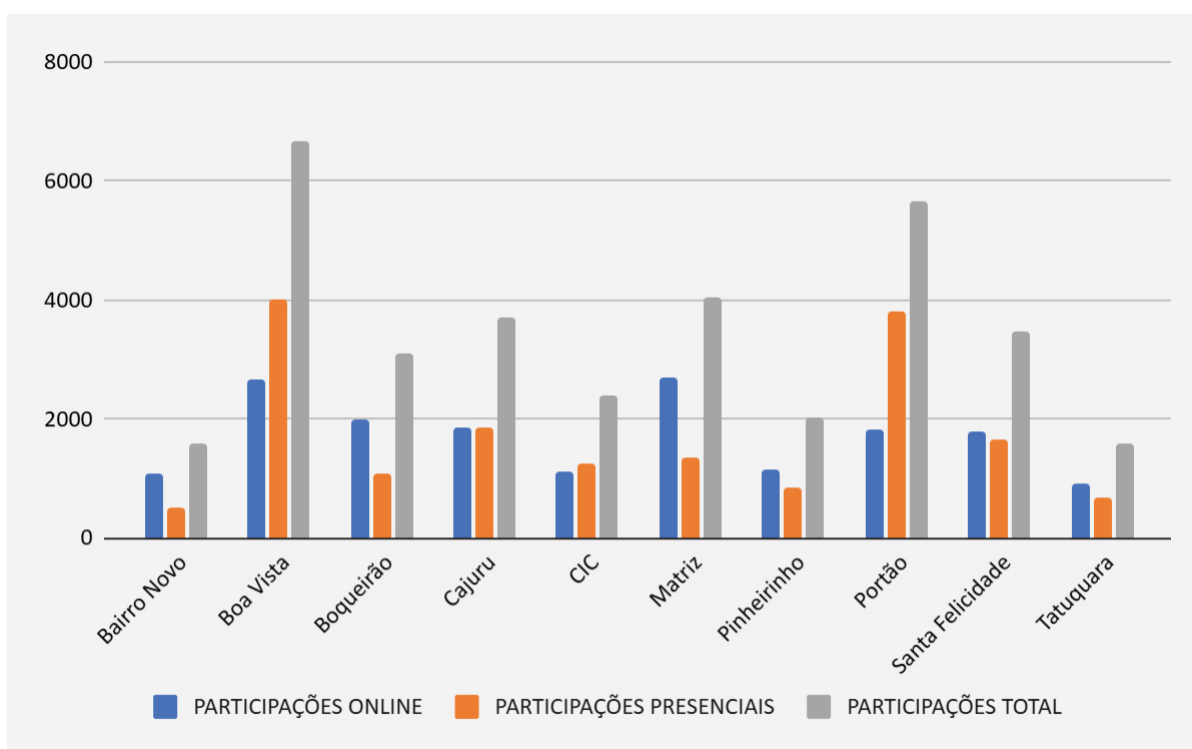
Já no preenchimento das datas de nascimento, utilizadas para calcular idade e faixa etária dos participantes, também foram identificados erros. Alguns participantes preencheram sua idade de nascimento como abaixo de 15 anos ou acima de 100 anos. Dessa forma a faixa etária de 0 a 14 anos será identificada nas

legendas como “Não se aplica” (N.A.). Já para as idades acima de 100 anos, essas farão parte da faixa etária 65+.

4.2.1 EDIÇÃO 2022

Em 2022, o programa registrou 17146 participações online e 17080 participações presenciais na LDO. A regional com maior participação online desta edição foi a Matriz com 2699 participações, e a menor participação online foi na regional Tatuquara com 914 participações. Já dentre as participações presenciais, a maior participação se deu na regional Boa Vista com 4008 participações, e a menor participação foi na regional Bairro Novo com apenas 505 participações.

GRÁFICO 6 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2022

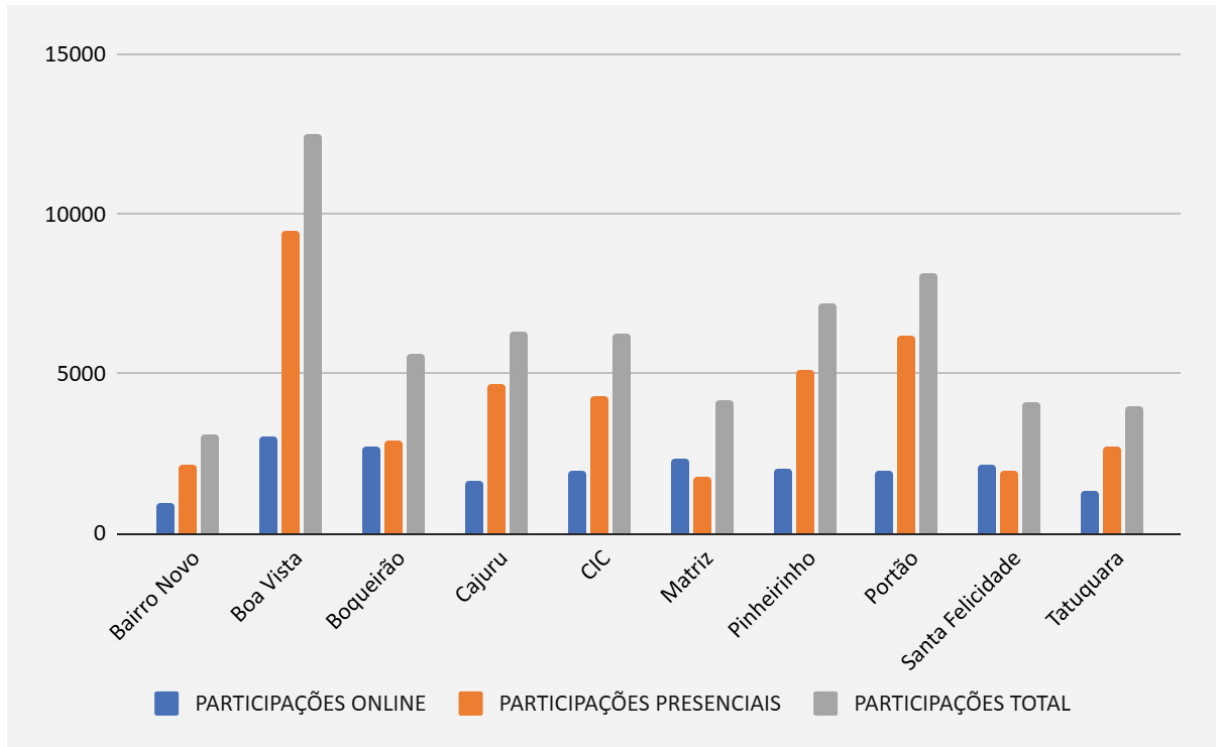


FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Já na LOA foram registradas 20164 participações online e 41368 participações presenciais. A regional com maior participação online desta edição foi o Boa Vista com 3054 participações, e a menor participação online se deu na regional Bairro Novo com apenas 971 participações. Já dentre as participações presenciais, a

regional mais participativa também foi o Boa Vista com 2266 participações e a com menor participação presencial foi a Matriz com 428 participações.

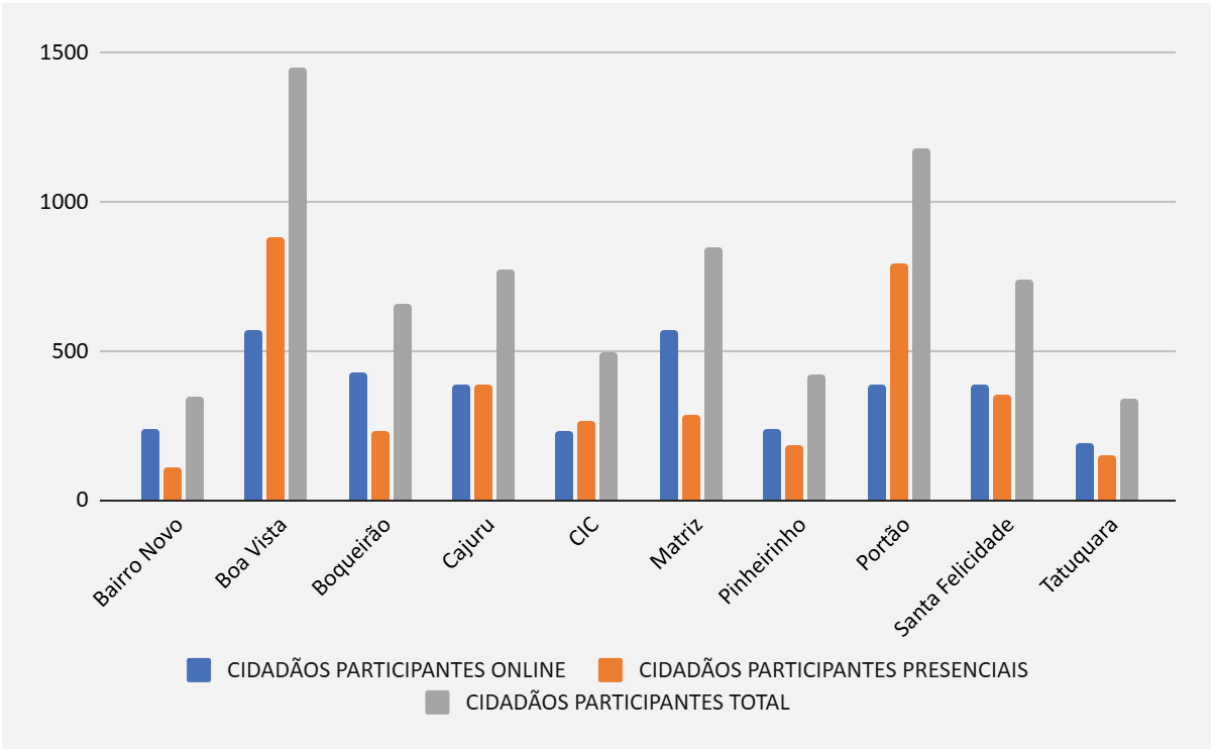
GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Referente aos cidadãos participantes, em 2022 foram registrados 3617 cidadãos participantes online e 3634 cidadãos participantes presenciais na LDO. As regionais com maior número de participantes online foram Boa Vista e Matriz com 568 cidadãos. Já a com menor número de participantes online foi o Tatuquara com 188 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi Boa Vista com 881 cidadãos e a regional menos participativa o Bairro Novo com apenas 110 cidadãos.

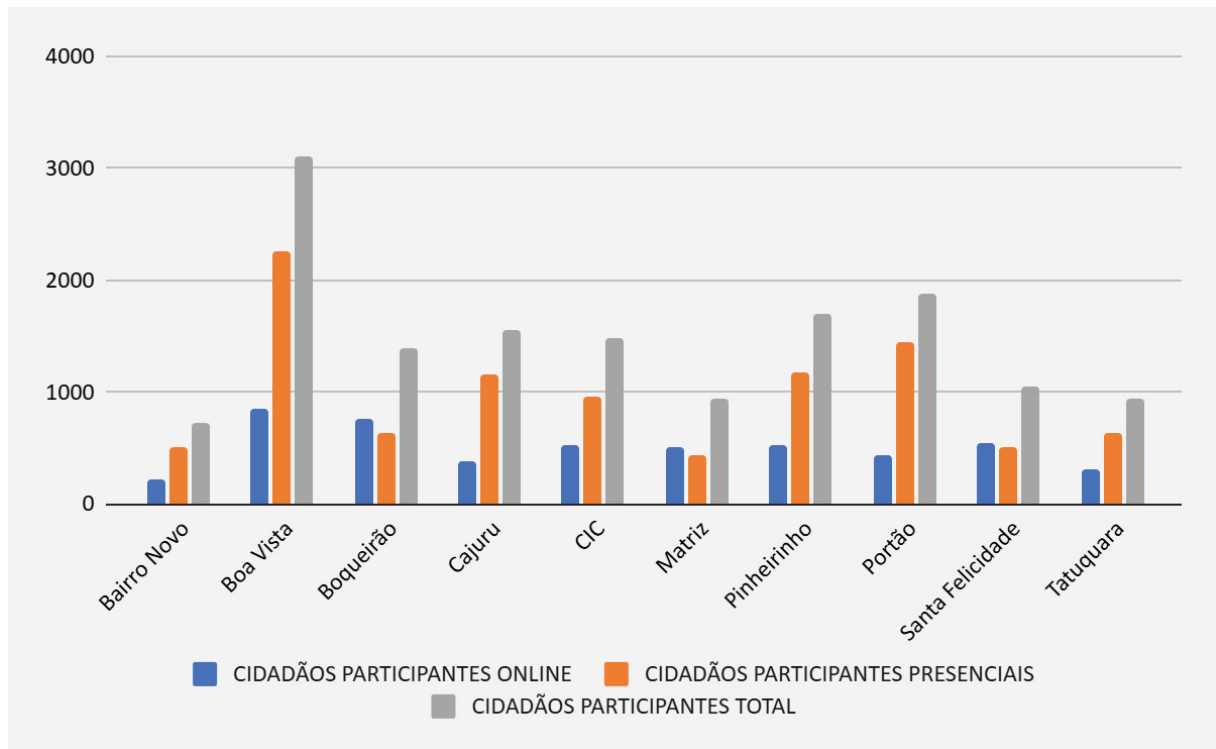
GRÁFICO 8 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Referente aos cidadãos participantes, em 2022 foram registrados 5064 cidadãos participantes online e 9727 cidadãos participantes presenciais na LOA. A regional com maior número de participantes online foi o Boa Vista com 848 cidadãos. Já a com menor número de participantes online foi o Bairro Novo com 219 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi Boa Vista com 2266 cidadãos e a regional menos participativa o Bairro Novo com apenas 500 cidadãos.

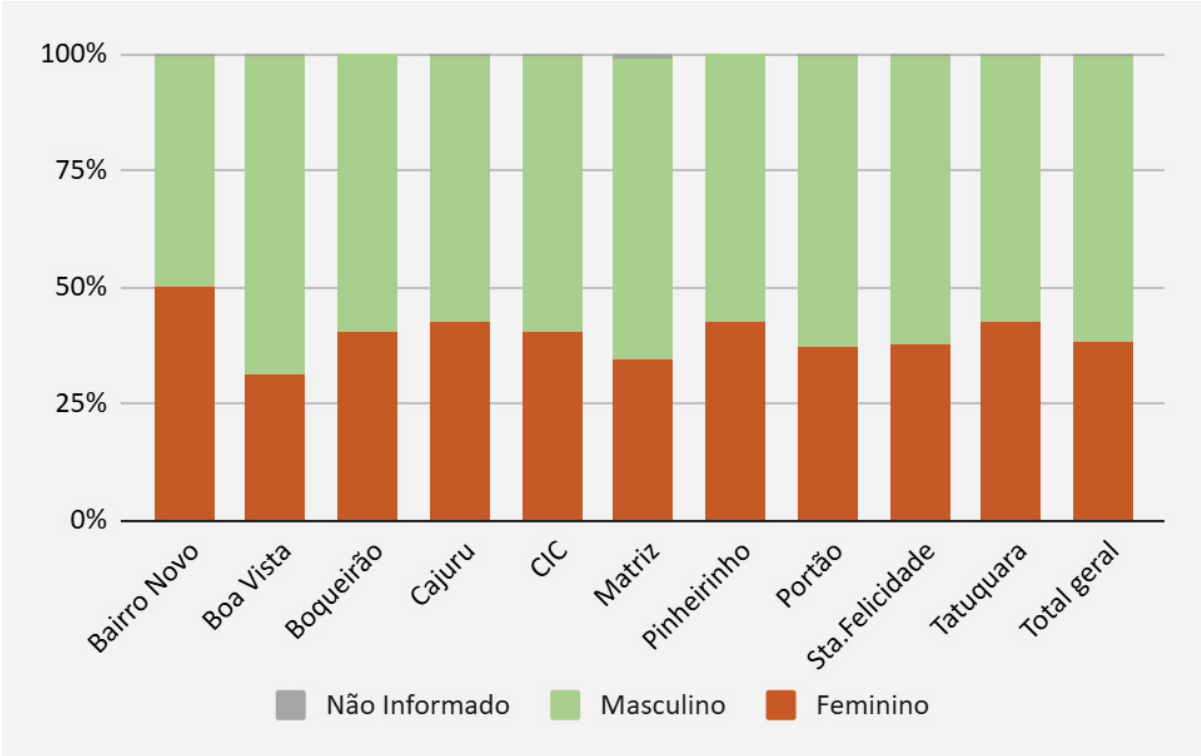
GRÁFICO 9 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

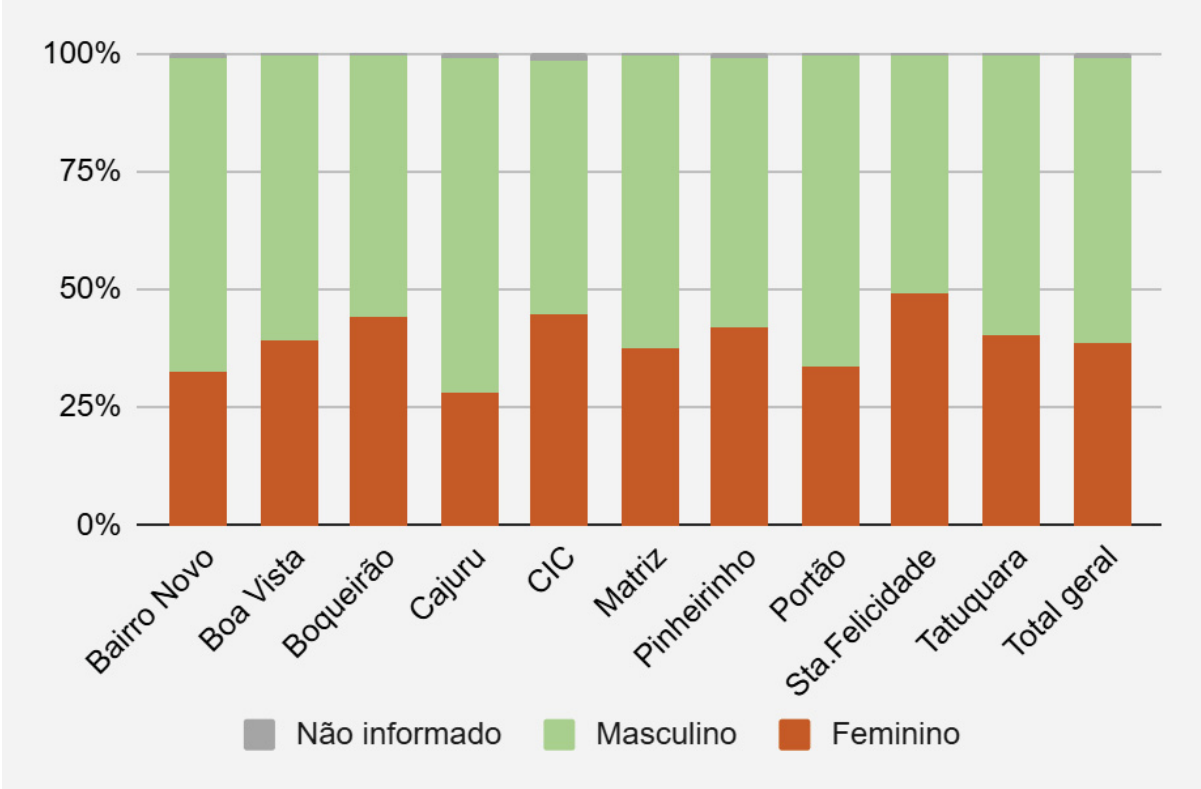
Nesta edição foram registradas 12137 participações femininas e 19673 participações masculinas na LDO. Já na LOA foram registradas 23774 participações femininas e 36876 participações masculinas. A participação feminina tem uma variação de 30% a 50% em ambas as edições, esse número aproxima-se da média populacional do município, que gira em torno de 50% dependendo da regional, apesar da participação masculina ser mais presente. Os gráficos a seguir mostram a proporção da participação por regional.

GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Ao analisar a faixa etária dos participantes da LDO de 2022, podemos observar que as faixas etárias predominantes são de 35 a 44 anos e 45 a 54 anos, com, respectivamente, 7791 participantes e 7004 participantes. Já a faixa etária com menos participações é a de 15 a 24 anos, com 2393 participações.

Esse mesmo padrão se repete LOA, sendo 15037 participantes de 35 a 44 anos e 13937 participantes de 45 a 54 anos. A faixa etária com menos participações nesta etapa também é a de 15 a 24 anos, com 5614 participações.

TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2022

Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
Bairro Novo	90	331	367	300	213	93	0
Boa Vista	464	987	1452	1499	1154	682	9
Boqueirão	197	424	702	671	658	284	5
Cajuru	192	520	798	871	713	539	5
CIC	199	446	665	470	328	151	10
Matriz	229	656	749	738	724	397	0
Pinheirinho	98	381	523	387	363	128	9
Portão	550	1069	1271	1047	912	529	10
Santa Felicidade	220	448	828	703	632	343	10
Tatuquara	154	331	436	318	160	93	0
Total geral	2393	5593	7791	7004	5857	3239	58

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2022

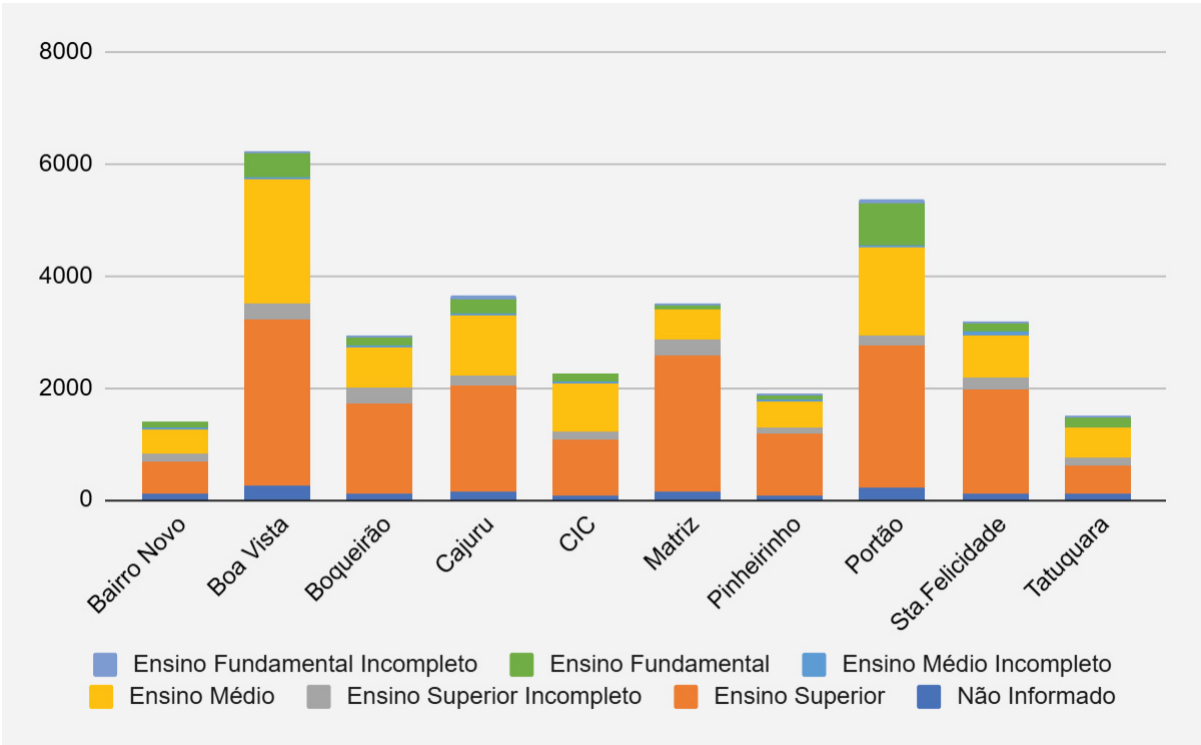
Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
-----------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------	-------------

Bairro Novo	436	497	826	674	435	211	9
Boa Vista	956	1813	3134	3122	2233	1148	23
Boqueirão	516	851	1273	1379	1147	399	33
Cajuru	562	872	1265	1475	1241	884	16
CIC	524	1147	1812	1490	742	459	43
Matriz	357	785	965	777	738	492	11
Pinheirinho	558	1182	1697	1750	1266	669	53
Portão	908	1562	1869	1484	1292	936	31
Santa Felicidade	242	619	1178	886	789	377	24
Tatuquara	546	752	1018	900	489	255	31
Total geral	5614	10080	15037	13937	10372	5830	274

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

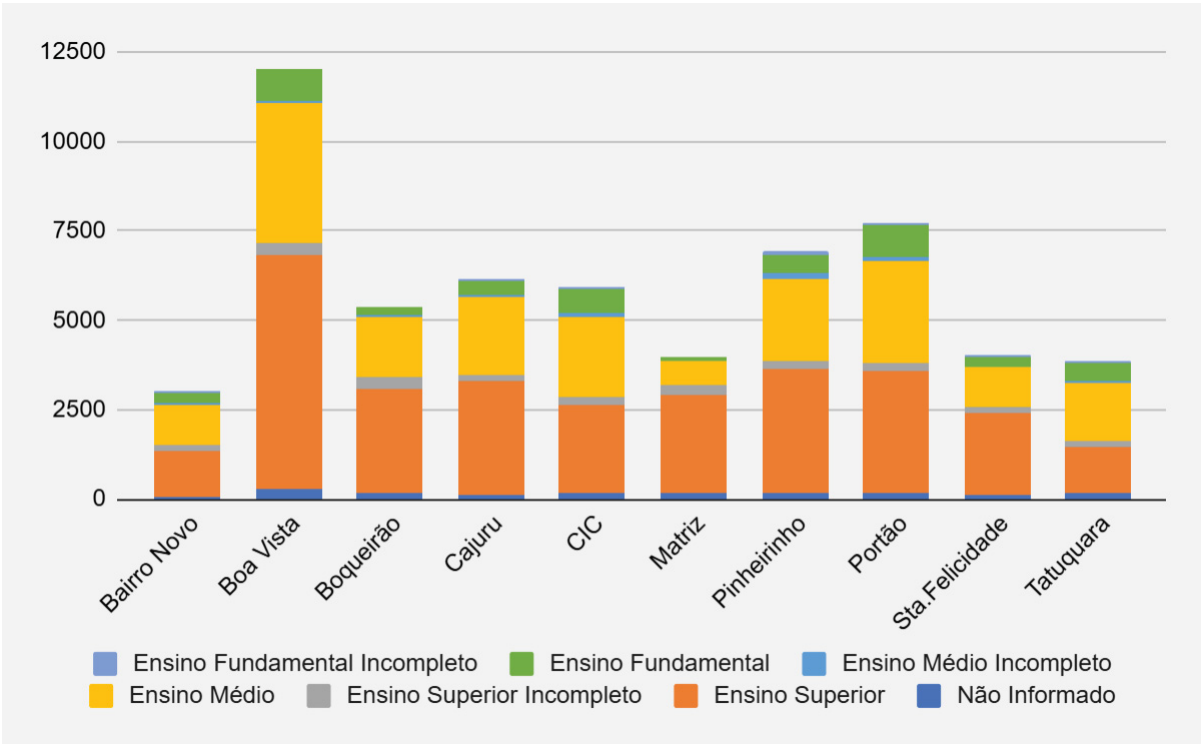
Ao analisar a escolaridade referente as participações na LDO e na LOA, os gráficos mostram que a maior parte das participações vêm de cidadãos com ensino médio e ensino superior. Na LDO foram 9065 participações referentes a ensino médio completo e 16559 participações referentes a ensino superior completo. Na LOA foram 19779 participações referentes a ensino médio completo e 29659 participações referentes a ensino superior completo. Os gráficos abaixo mostram a relação da escolaridade e das regionais. Esses dados correspondem as métricas do município, onde a maior parte da população tem ao menos o ensino médio.

GRÁFICO 12 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

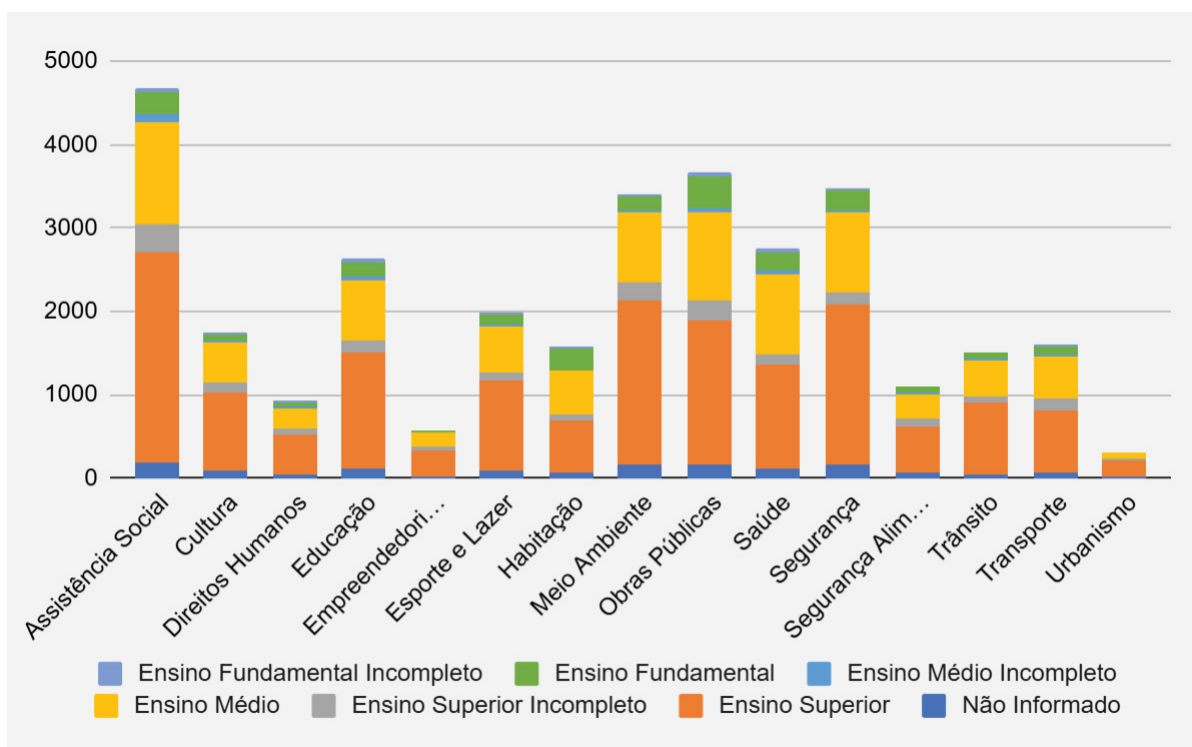
GRÁFICO 13 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

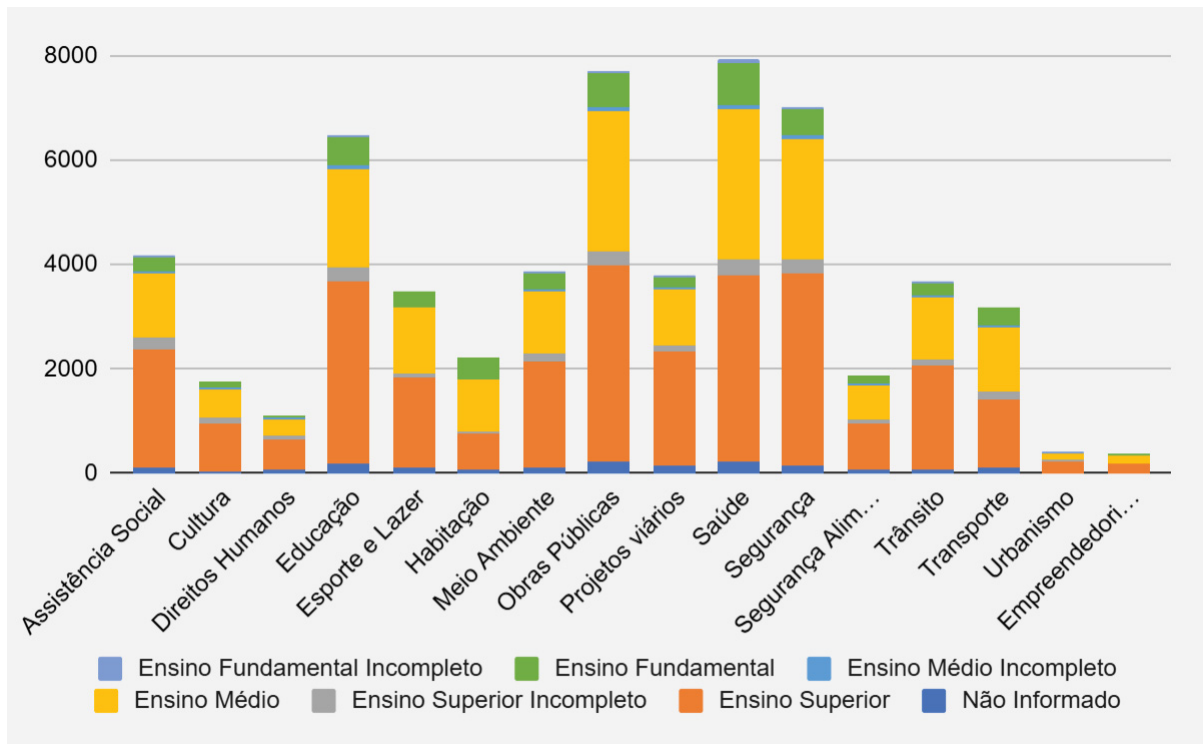
Também foi possível analisar a relação entre escolaridade e votos em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, as mais votadas na LDO referente ao ensino médio são Assistência Social e Obras Públicas, enquanto referente ao ensino superior são Meio Ambiente e Segurança. Já na LOA, referente ao ensino médio são Saúde e Obras Públicas, enquanto referente ao ensino superior são Obras Públicas e Segurança.

GRÁFICO 14 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

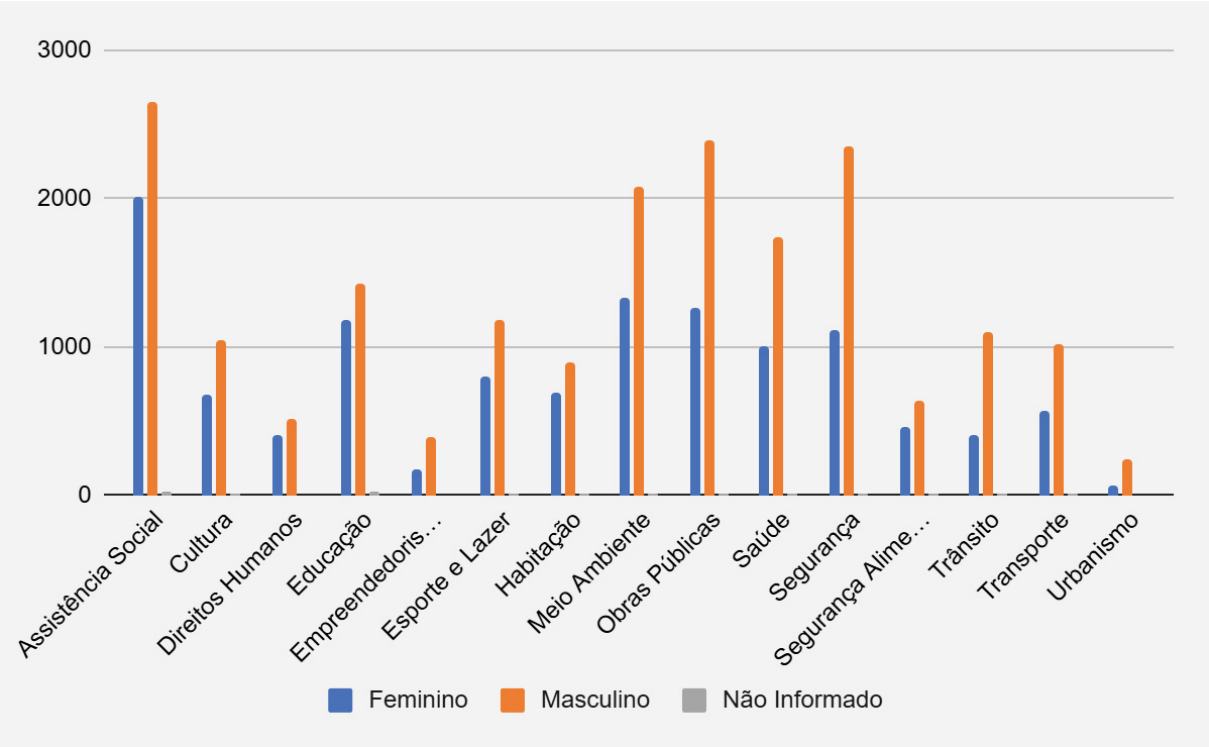
GRÁFICO 15 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

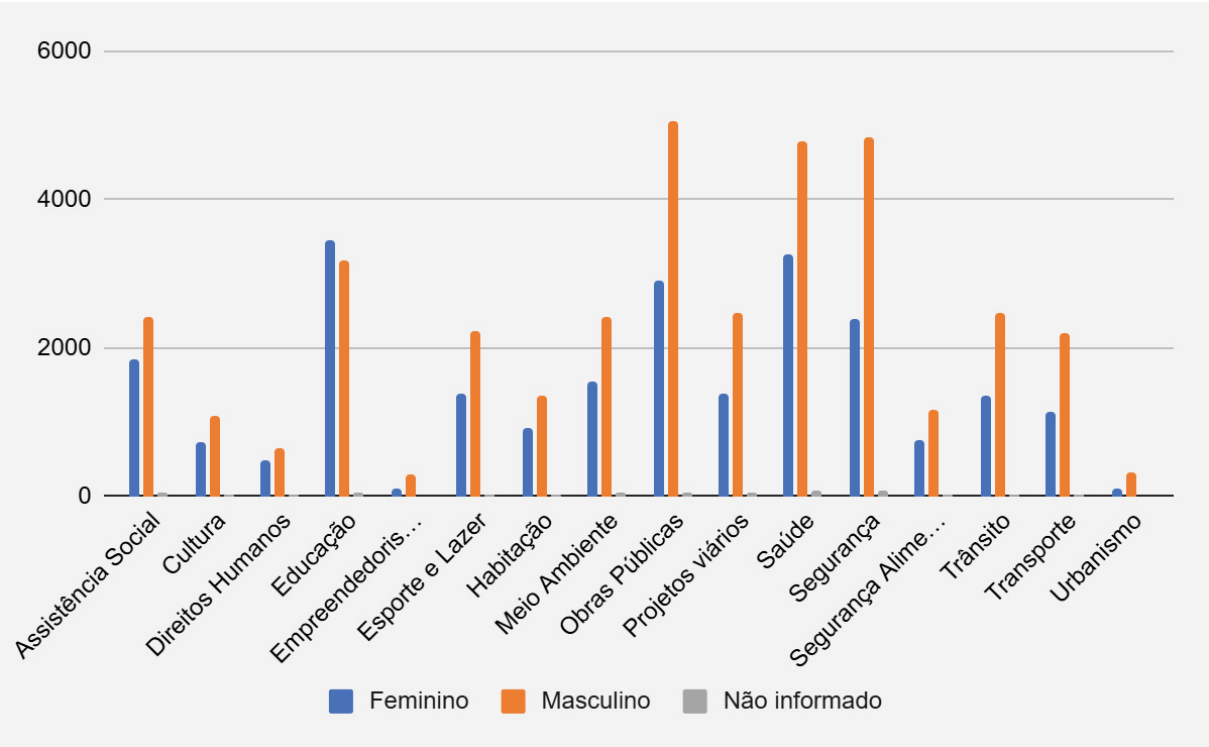
A análise de votos em políticas públicas também pode ser feita considerando o sexo dos participantes. Na LDO de 2022 as políticas públicas mais votadas por homens foram Assistência Social, Obras Públicas e Segurança, já os votos femininos foram mais presentes em Assistência Social, Meio Ambiente e Obras Públicas. Na LOA de 2022 as políticas públicas mais votadas por homens foram Obras Públicas, Saúde e Segurança, enquanto os votos femininos foram mais presentes em Educação, Saúde e Obras Públicas.

GRÁFICO 16 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

GRÁFICO 17 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA DE 2022



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Ao analisar o número de votos em cada política pública de acordo com as regionais, podemos observar um padrão do que o cidadão curitibano considera prioridade e de quais áreas ele não considera importante ou está satisfeito – e por isso elas tem poucos votos.

Na LDO de 2022 a política pública mais votada nas regionais foi Assistência Social, com exceção ao Portão que teve mais votos na política pública Habitação. Já a política menos votada foi Urbanismo.

TABELA 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2022

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	219	825	441	528	347
Cultura	74	307	139	213	146
Direitos Humanos	35	180	81	101	81
Educação	134	453	228	338	256
Empreendedorismo	19	108	57	78	38
Esporte e Lazer	97	387	200	315	136
Habitação	54	146	97	148	99
Meio Ambiente	140	658	338	354	217
Obras Públicas	143	759	383	359	172
Saúde	162	594	243	322	229
Segurança	122	753	330	381	253
Segurança Alimentar e Nutricional	60	228	92	158	77
Trânsito	54	469	141	113	91
Transporte	70	318	134	190	112
Urbanismo	11	62	37	40	15

Total	1394	6247	2941	3638	2269
-------	------	------	------	------	------

Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
Assistência Social	655	345	643	478	203
Cultura	278	107	237	181	59
Direitos Humanos	154	57	114	85	30
Educação	213	212	371	257	167
Empreendedorismo	66	34	73	67	23
Esporte e Lazer	198	121	250	191	85
Habitação	118	69	667	109	79
Meio Ambiente	416	199	600	373	120
Obras Públicas	258	172	953	333	132
Saúde	202	166	402	271	160
Segurança	477	170	464	329	195
Segurança Alimentar e Nutricional	118	66	158	90	59
Trânsito	133	54	206	208	48
Transporte	157	103	201	179	128
Urbanismo	50	14	49	33	4
Total	3493	1889	5388	3184	1492

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

Na LOA de 2022 os votos foram um pouco menos concentrados e as políticas públicas mais votadas nas regionais foram Obras Públicas e Saúde. Já as políticas menos votadas foram Empreendedorismo e Urbanismo.

TABELA 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2022

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	272	651	452	385	419
Cultura	131	438	160	163	291
Direitos Humanos	68	232	96	23	102
Educação	381	1421	531	558	1100
Empreendedorismo	14	90	46	17	55
Esporte e Lazer	216	737	408	485	371
Habitação	113	146	40	60	250
Meio Ambiente	204	804	475	400	331
Obras Públicas	138	2331	1112	951	438
Projetos Viários	141	675	238	693	356
Saúde	578	1470	671	837	889
Segurança	224	1417	757	815	732
Segurança Alimentar e Nutricional	113	611	105	241	80
Trânsito	143	712	238	379	494
Transporte	328	614	212	273	277
Urbanismo	24	89	57	35	32
Total	3088	12438	5598	6315	6217

Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
-------------------------	---------------	--------------------	---------------	------------------------	------------------

Assistência Social	629	539	370	329	250
Cultura	88	202	157	146	43
Direitos Humanos	133	229	152	63	59
Educação	305	689	691	556	463
Empreendedorismo	30	60	54	8	14
Esporte e Lazer	163	417	453	197	181
Habitação	105	251	1039	114	156
Meio Ambiente	285	567	408	298	217
Obras Públicas	380	871	1051	361	400
Projetos Viários	275	512	439	326	237
Saúde	471	947	1109	577	597
Segurança	618	851	905	437	540
Segurança Alimentar e Nutricional	144	184	212	113	118
Trânsito	218	513	598	447	101
Transporte	236	294	390	124	597
Urbanismo	45	49	54	19	18
Total	4125	7175	8082	4115	3991

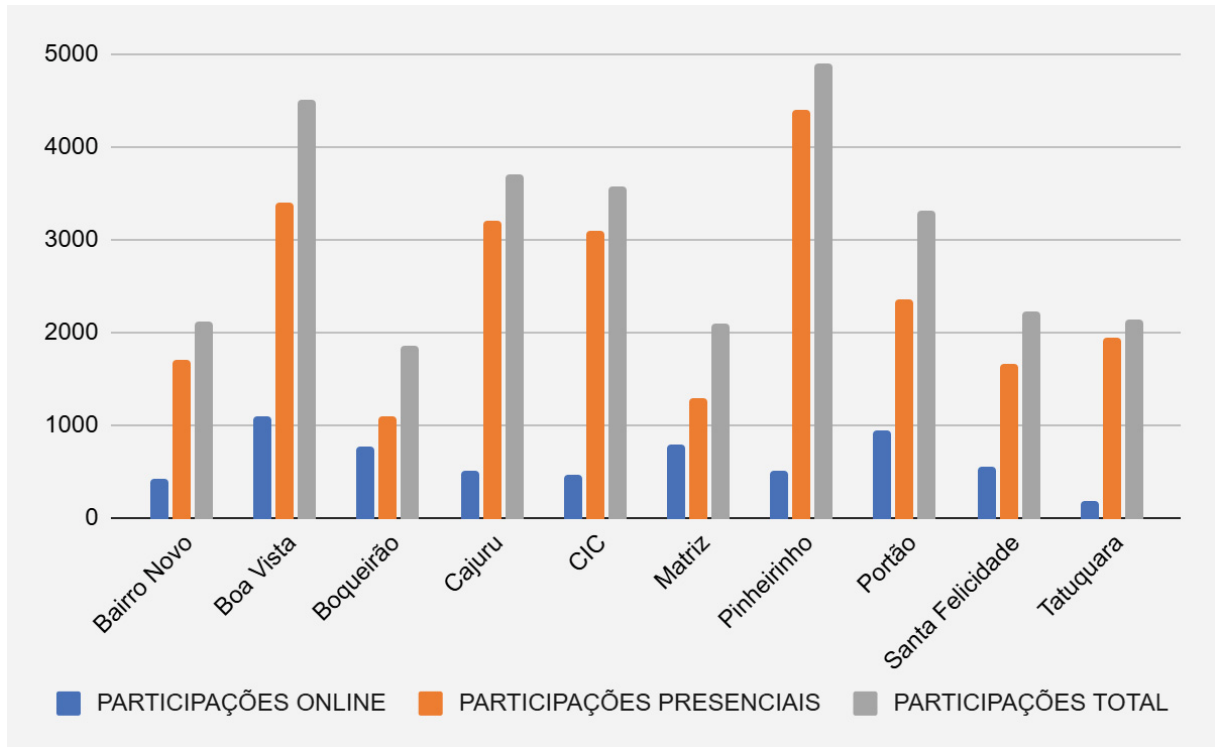
FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora .

4.2.2 EDIÇÃO 2023

Nesta edição programa registrou durante a LDO 6266 participações online e 24196 participações presenciais. A regional com maior participação online desta edição foi o Boa Vista com 1092 participações, e a menor participação online foi na regional Tatuquara com 185 participações. Já dentre as participações presenciais, a

maior participação se deu na regional Pinheirinho com 4397 participações, e a menor participação foi na regional Boqueirão com apenas 1091 participações.

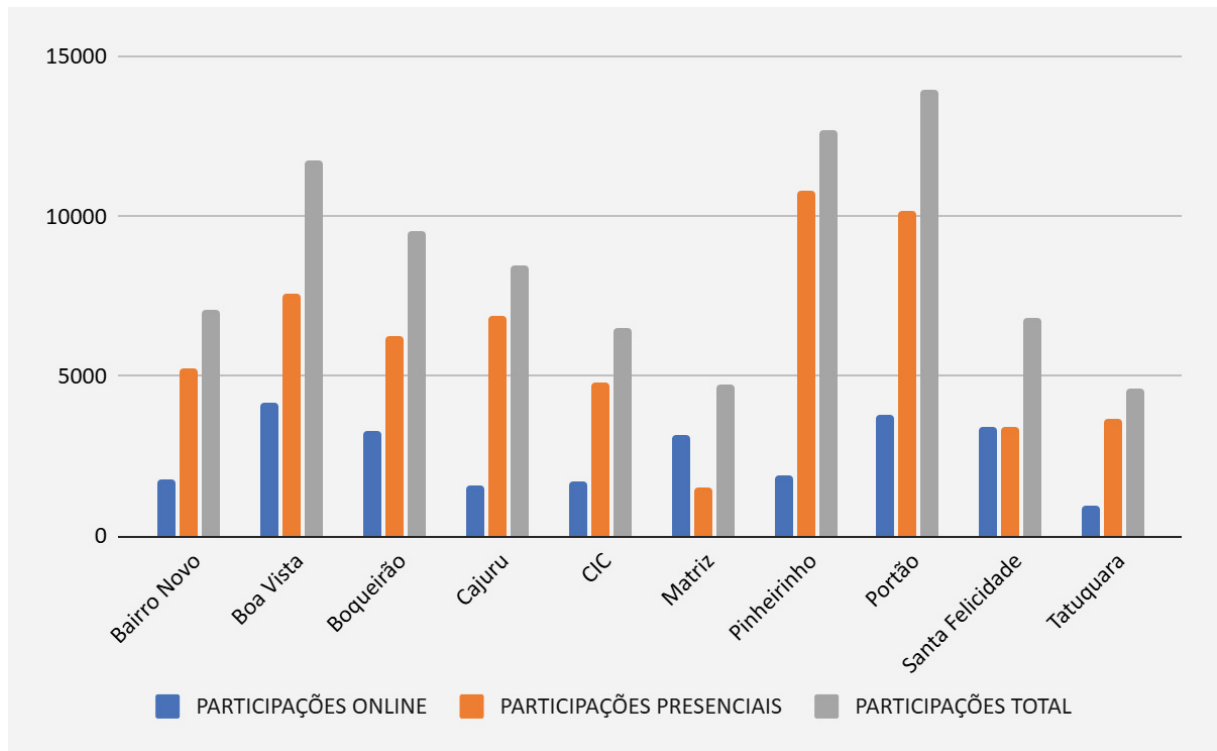
GRÁFICO 18 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Já na LOA foram registradas 25882 participações online e 60334 participações presenciais. A regional com maior participação online desta edição foi o Boa Vista com 4207 participações, e a menor participação online se deu na regional Tatuquara com apenas 933 participações. Já dentre as participações presenciais, a regional mais participativa foi o Pinheirinho com 10150 participações e a com menor participação presencial foi a Matriz com 1533 participações.

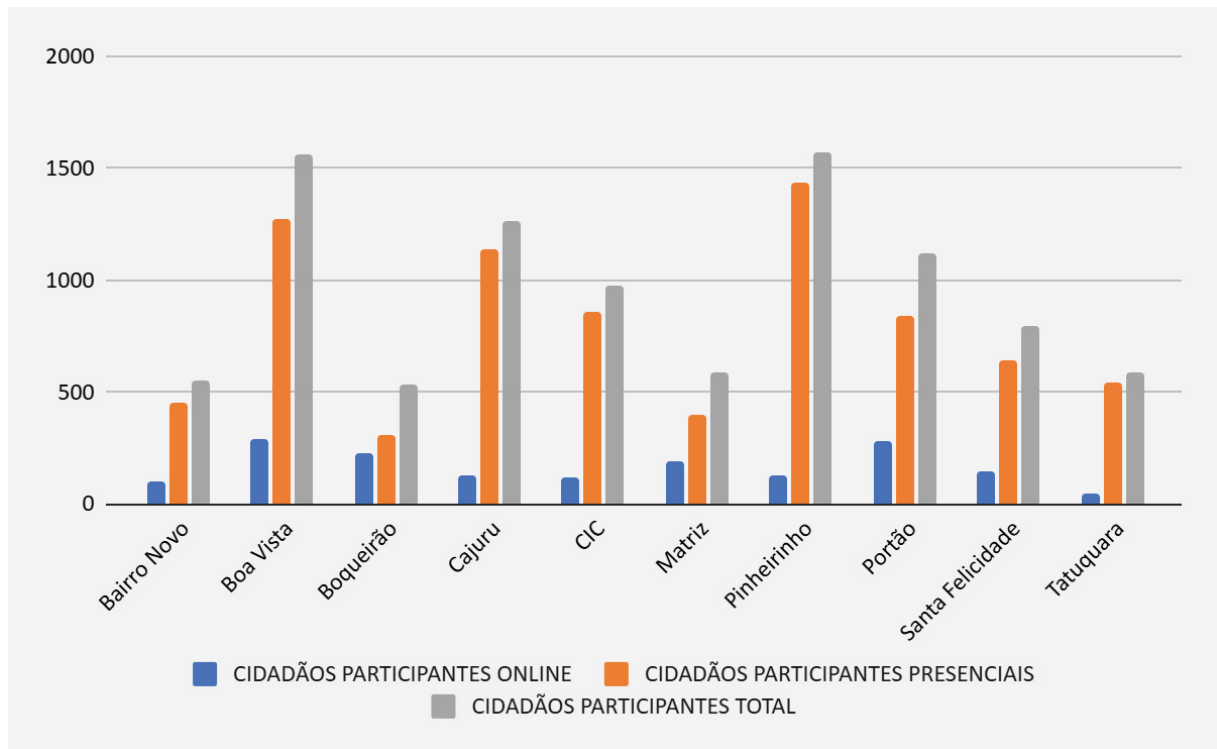
GRÁFICO 19 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Referente aos cidadãos participantes, em 2023 foram registrados 1645 cidadãos participantes online e 7896 cidadãos participantes presenciais na LDO. As regionais com maior número de participantes online foram Boa Vista com 288 cidadãos. Já a com menor número de participantes online foi o Tatuquara com 42 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi o Pinheirinho com 1440 cidadãos e a regional menos participativa foi o Boqueirão com apenas 309 cidadãos.

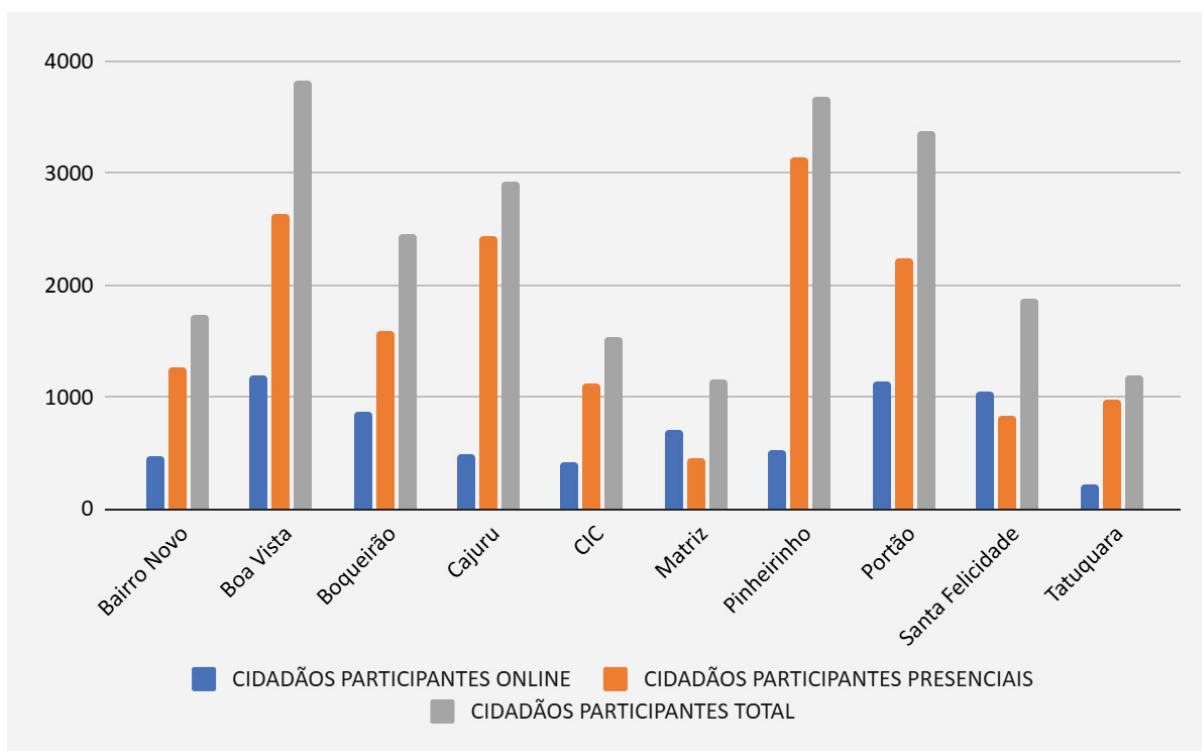
GRÁFICO 20 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Referente aos cidadãos participantes, em 2023 foram registrados 7071 cidadãos participantes online e 16710 cidadãos participantes presenciais na LOA. A regional com mais participantes online foi o Boa Vista com 1192 cidadãos. Já a com menos participantes online foi o Tatuquara com 215 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi o Pinheirinho com 3147 cidadãos e a regional menos participativa a Matriz com apenas 448 cidadãos.

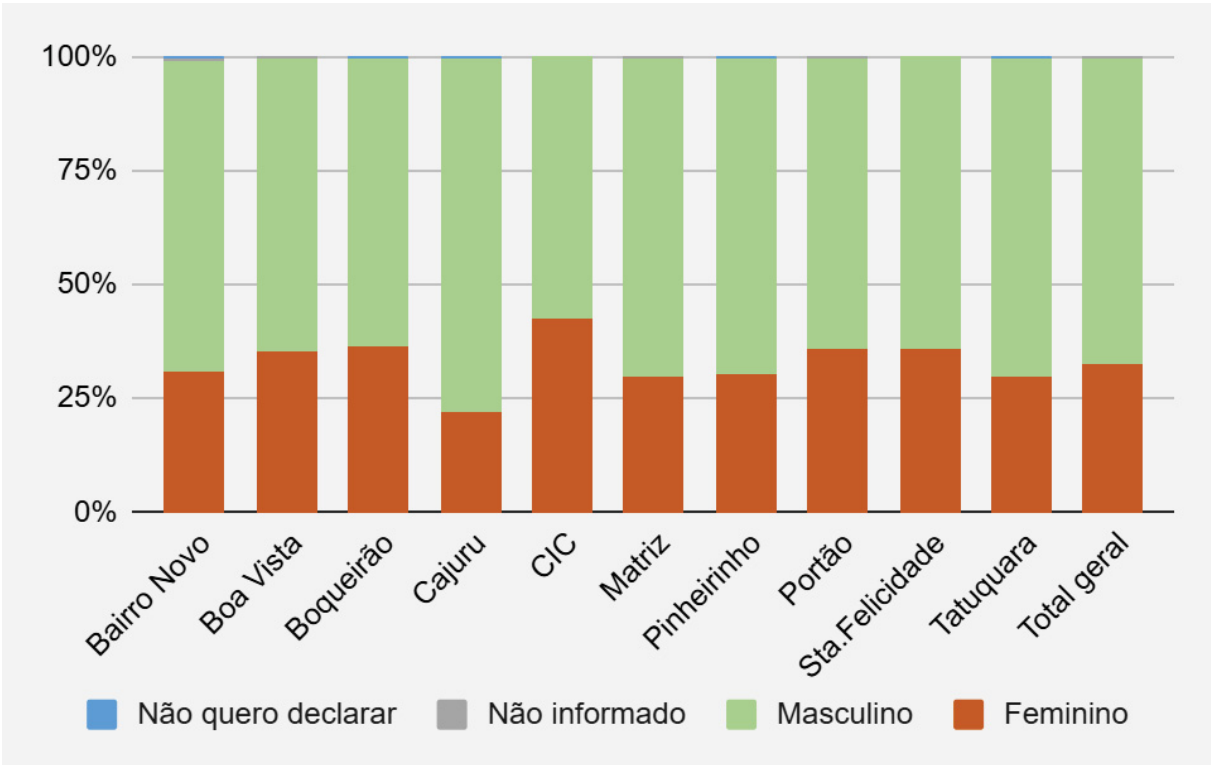
GRÁFICO 21 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

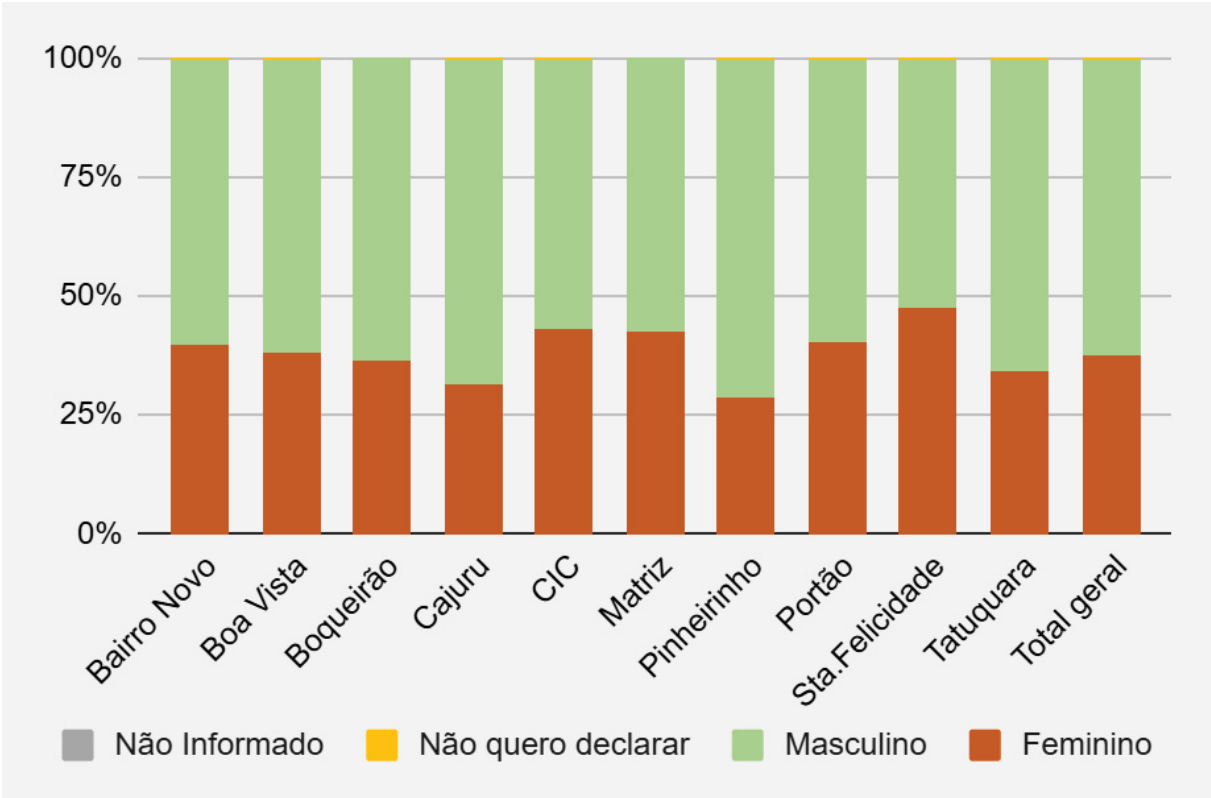
Nesta edição foram registradas 9424 participações femininas e 19222 participações masculinas na LDO. Já na LOA foram registradas 32028 participações femininas e 53225 participações masculinas. A participação feminina tem uma variação de aproximadamente 25% a 50% em ambas as edições, sendo a participação masculina mais presente, semelhante a edição de 2022. Os gráficos a seguir mostram a proporção da participação por regional.

GRÁFICO 22 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

GRÁFICO 23 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Ao analisar a faixa etária dos participantes da LDO de 2023, podemos observar que as faixas etárias predominantes são de 35 a 44 anos e 45 a 54 anos, com, respectivamente, 6371 participantes e 6344 participantes. Já a faixa etária com menos participações é a de 15 a 24 anos, com 3018 participações.

Esse mesmo padrão se repete LOA, sendo 21112 participantes de 35 a 44 anos e 18924 participantes de 45 a 54 anos. A faixa etária com menos participações nesta etapa também é a de 15 a 24 anos, com 7402 participações. Ambos os casos também foram observados na edição de 2022.

TABELA 6 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2023

Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
Bairro Novo	252	375	389	473	370	232	12
Boa Vista	321	589	1061	936	746	611	11
Boqueirão	295	282	376	397	268	176	17
Cajuru	466	622	783	635	551	460	16
CIC	308	548	785	778	441	249	13
Matriz	185	269	450	465	346	210	10
Pinheirinho	457	763	972	1033	878	633	23
Portão	257	384	593	643	582	495	9
Santa Felicidade	210	280	420	491	353	377	5
Tatuquara	267	388	542	493	236	197	13
Total geral	3018	4500	6371	6344	4771	3640	129

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

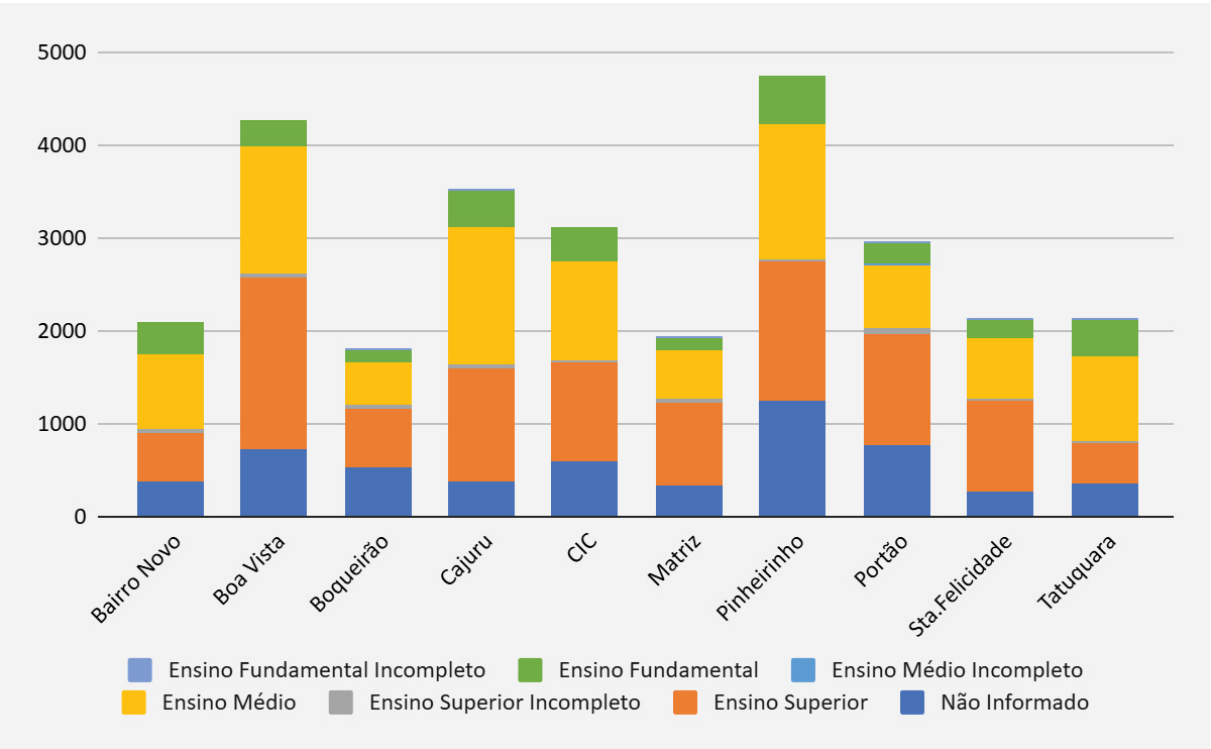
TABELA 7 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2023

Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
Bairro Novo	596	1255	1720	1516	1191	672	49
Boa Vista	743	1701	3206	2580	2193	1311	32
Boqueirão	787	1454	2342	2128	1746	1103	53
Cajuru	827	1378	1883	1832	1464	1049	15
CIC	714	948	1610	1423	788	504	22
Matriz	212	724	1258	1007	889	605	22
Pinheirinho	1331	2217	2583	2750	2210	1572	43
Portão	1214	2454	3590	3126	2106	1385	79
Santa Felicidade	507	771	1703	1652	1141	930	59
Tatuquara	471	1004	1217	910	622	304	14
Total geral	7402	13906	21112	18924	14350	9435	388

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

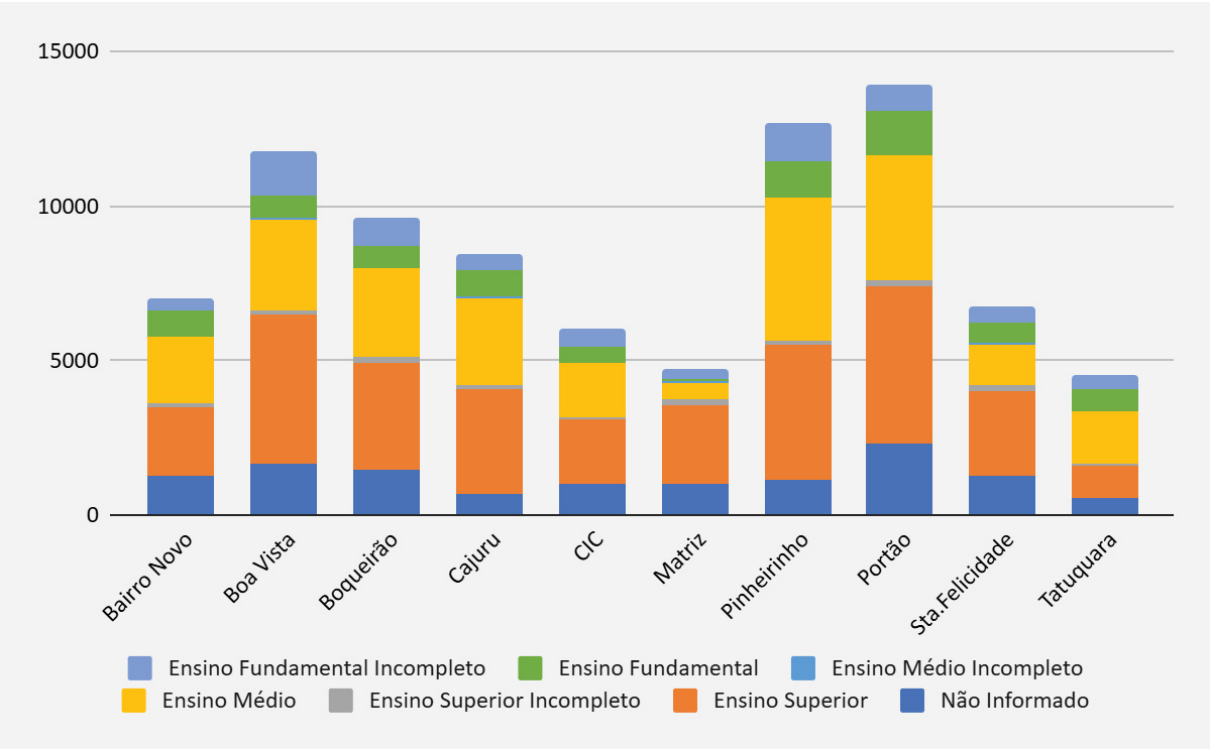
Ao analisar a escolaridade referente as participações na LDO e na LOA, os gráficos mostram que a maior parte das participações vêm de cidadãos com ensino médio e ensino superior. Na LDO foram 9351 participações referentes a ensino médio completo e 10274 participações referentes a ensino superior completo. Na LOA foram 24772 participações referentes a ensino médio completo e 31897 participações referentes a ensino superior completo. Os gráficos abaixo mostram a relação da escolaridade e das regionais.

GRÁFICO 24 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

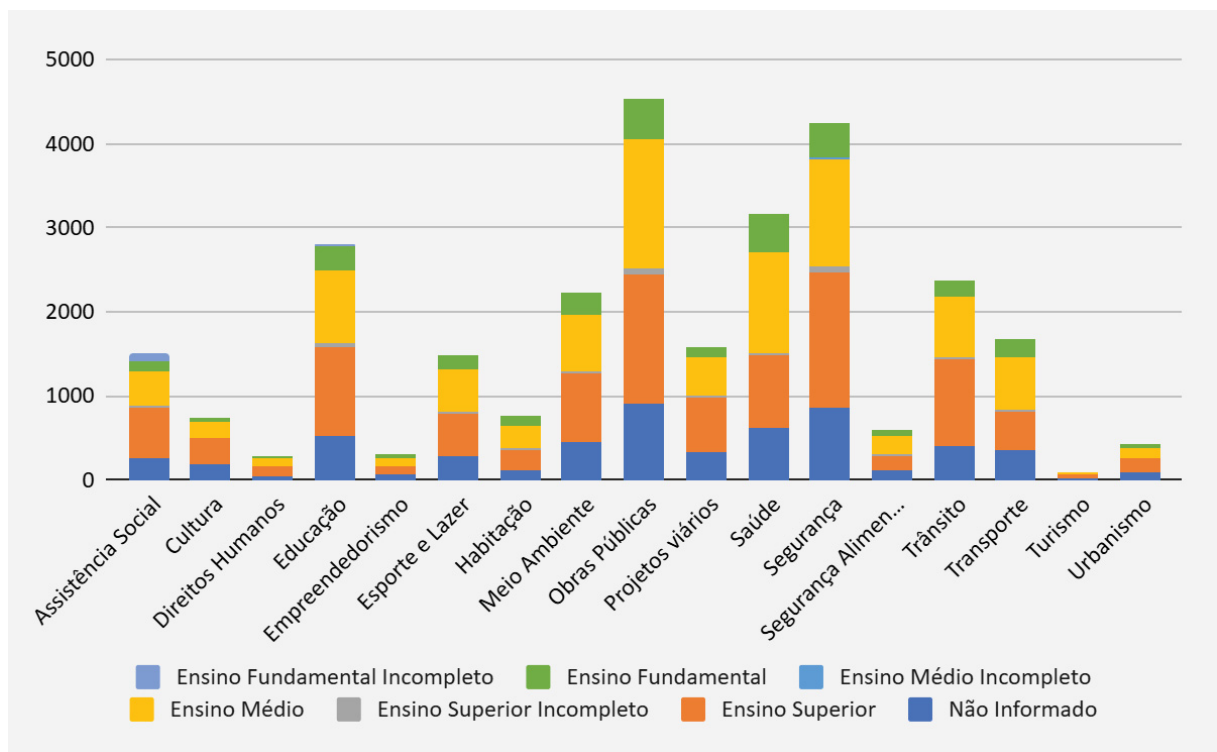
GRÁFICO 25 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

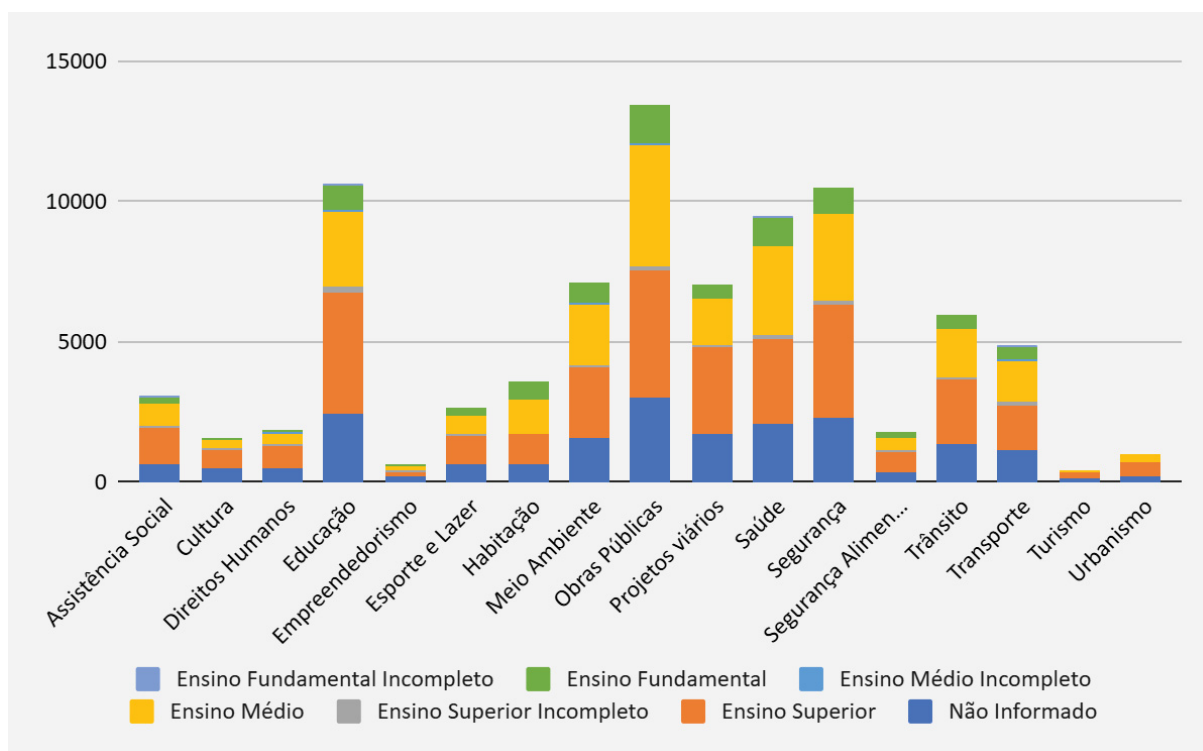
Também foi possível analisar a relação entre escolaridade e votos em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, as mais votadas na LDO referente ao ensino médio são Obras Públicas, Segurança e Saúde, enquanto referente ao ensino superior são Obras Públicas e Segurança. Já na LOA, referente ao ensino médio são Saúde e Segurança, enquanto referente ao ensino superior são Obras Públicas e Educação.

GRÁFICO 26 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

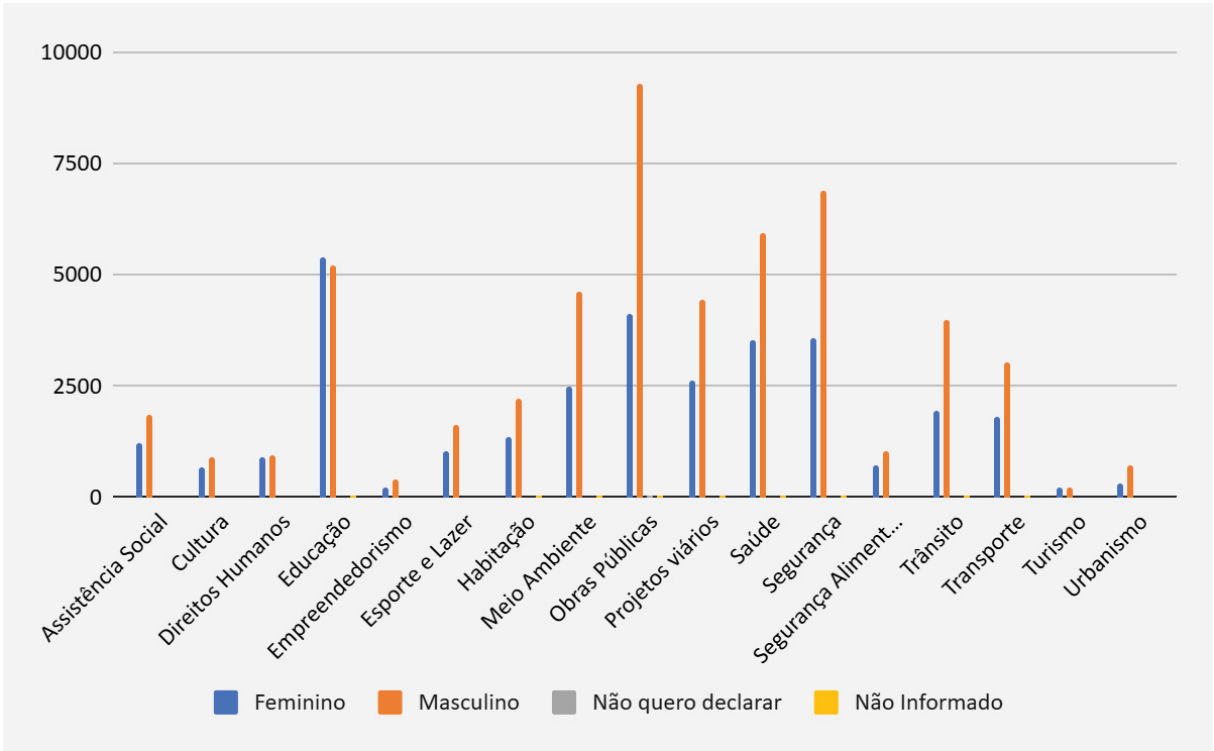
GRÁFICO 27 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

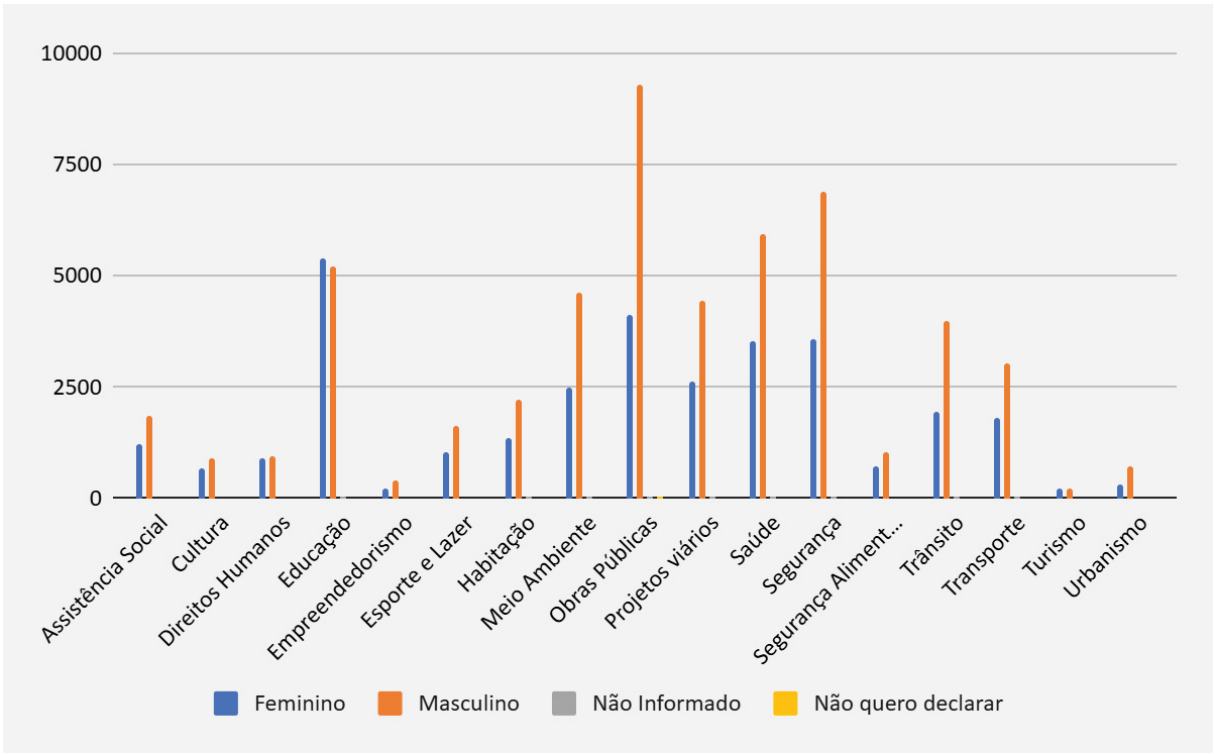
A análise de votos em políticas públicas também foi feita considerando o sexo dos participantes. Na LDO de 2023 as políticas públicas mais votadas por homens foram Obras Públicas e Segurança, já os votos femininos foram mais presentes em Educação e Obras Públicas. Na LOA de 2023 as políticas públicas mais votadas por homens foram Obras Públicas, Saúde e Segurança, enquanto os votos femininos foram mais presentes em Educação, Saúde e Obras Públicas. Esses números também se mostraram na edição anterior, de 2022.

GRÁFICO 28 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

GRÁFICO 29 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA EM 2023



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Ao analisar o número de votos em cada política pública podemos observar que na LDO de 2023 as políticas públicas mais votadas nas regionais foram Obras Públicas e Saúde. Já a política menos votada foi Turismo.

TABELA 8 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2023

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	142	170	89	177	153
Cultura	46	91	45	72	87
Direitos Humanos	17	14	14	25	36
Educação	247	330	159	203	416
Empreendedorismo	8	22	23	58	29
Esporte e Lazer	110	272	81	174	140
Habitação	38	66	32	114	117
Meio Ambiente	192	330	162	238	196
Obras Públicas	354	1041	421	639	342
Projetos Viários	95	284	94	241	239
Saúde	282	318	160	433	391
Segurança	225	549	290	620	392
Segurança Alimentar e Nutricional	105	70	25	47	87
Trânsito	153	477	108	285	254
Transporte	74	193	83	142	175
Turismo	1	7	1	9	5
Urbanismo	14	41	24	56	63
Total	2103	4275	1811	3533	3122

Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
Assistência Social	237	204	162	85	94
Cultura	83	107	77	93	46
Direitos Humanos	37	37	46	31	15
Educação	100	417	476	180	269
Empreendedorismo	29	46	37	19	24
Esporte e Lazer	108	269	125	110	88
Habitação	43	115	122	57	56
Meio Ambiente	165	384	213	135	202
Obras Públicas	152	678	369	339	195
Projetos Viários	80	211	149	119	69
Saúde	124	701	223	184	359
Segurança	404	693	447	324	303
Segurança Alimentar e Nutricional	66	82	74	24	24
Trânsito	110	375	256	254	108
Transporte	139	339	115	149	271
Turismo	21	14	11	14	0
Urbanismo	37	87	61	19	13
Total	1935	4759	2963	2136	2136

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

Na LOA de 2023 as políticas públicas mais votadas nas regionais foram Obras Públicas e Saúde. Já a política pública menos votada foi Turismo. Ambas as tabelas

ilustram um padrão nas participações onde a maioria dos votos são focados Obras Públicas e temas como Turismo são deixados de lado.

TABELA 9 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2023

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	305	259	336	288	335
Cultura	143	85	282	191	125
Direitos Humanos	44	74	140	105	230
Educação	1115	1347	856	621	910
Empreendedorismo	13	18	145	167	20
Esporte e Lazer	242	243	286	330	185
Habitação	212	76	170	356	218
Meio Ambiente	536	789	1161	699	447
Obras Públicas	711	2845	2912	1794	747
Projetos Viários	627	1559	376	420	290
Saúde	1205	1565	746	723	995
Segurança	723	900	1292	1010	608
Segurança Alimentar e Nutricional	222	308	161	124	162
Trânsito	566	1360	425	985	344
Transporte	226	242	196	496	326
Turismo	90	14	37	13	4
Urbanismo	19	82	92	126	63
Total	6999	11766	9613	8448	6009

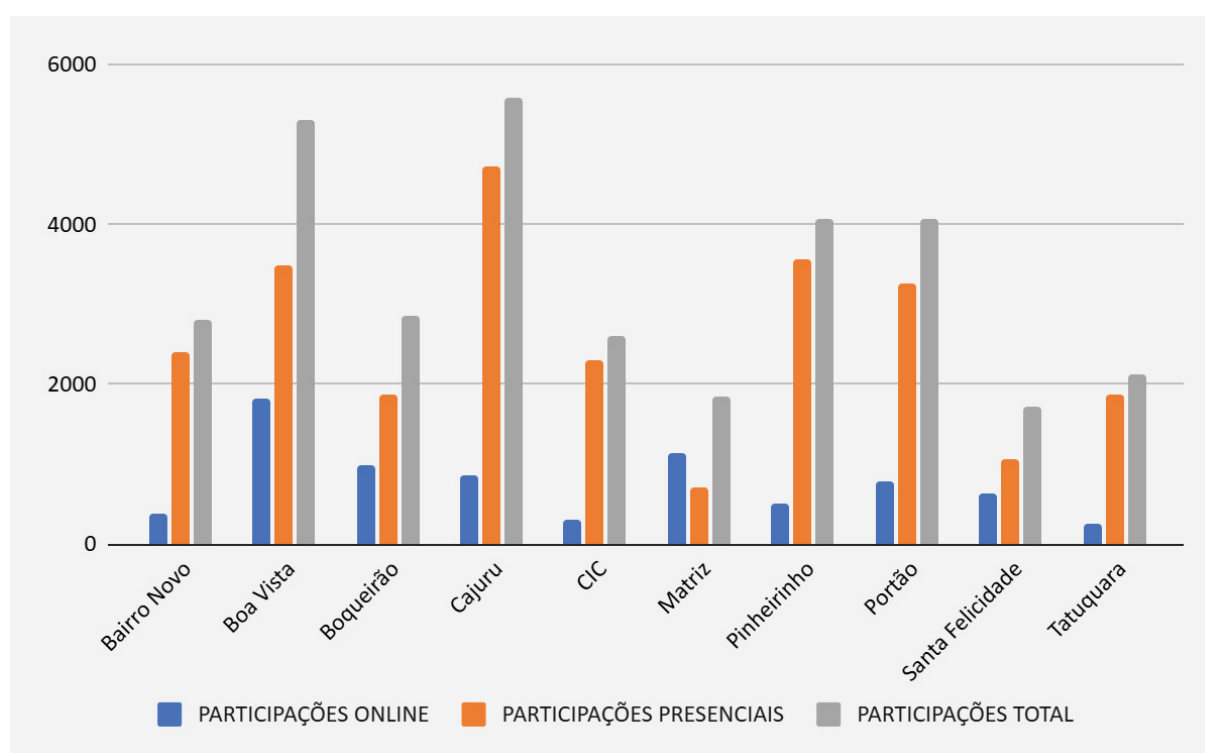
Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
Assistência Social	399	675	250	66	177
Cultura	228	259	87	126	39
Direitos Humanos	153	341	511	116	127
Educação	326	1145	2803	914	587
Empreendedorismo	14	58	131	15	15
Esporte e Lazer	156	314	396	370	102
Habitação	33	295	1674	387	158
Meio Ambiente	500	1250	943	473	344
Obras Públicas	555	1512	1141	910	336
Projetos Viários	247	1343	874	1072	238
Saúde	407	1518	1158	229	915
Segurança	1003	2381	1696	455	428
Segurança Alimentar e Nutricional	95	258	88	221	109
Trânsito	303	571	895	348	149
Transporte	177	555	1104	720	804
Turismo	13	19	13	224	2
Urbanismo	108	212	190	117	12
Total	4717	12706	13954	6763	4542

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

4.2.3 EDIÇÃO 2024

Na edição de 2024 o programa registrou um aumento na participação referente aos anos anteriores. Durante a LDO foram registradas 7691 participações online e 25278 participações presenciais. A regional com maior participação online desta edição foi o Boa Vista com 1831 participações, e a menor participação online foi na regional Tatuquara com 244 participações. Já dentre as participações presenciais, a maior participação se deu na regional Cajuru com 4732 participações, e a menor participação foi na regional Matriz com apenas 700 participações.

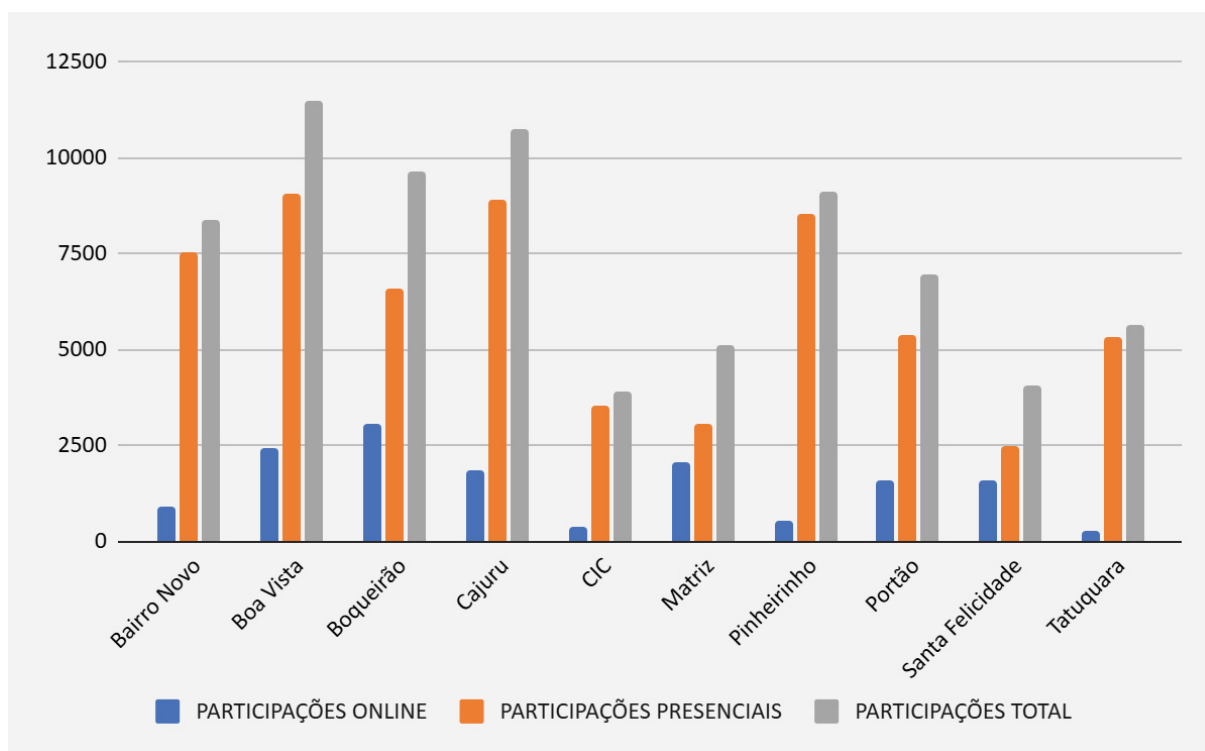
GRÁFICO 30 – PARTICIPAÇÕES NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Já na LOA também foram registradas um aumento nas participações, sendo 14581 participações online e 60405 participações presenciais. A regional com maior participação online desta edição foi o Boqueirão com 3041 participações, e a menor participação online se deu na regional Tatuquara com apenas 277 participações. Já dentre as participações presenciais, a regional mais participativa também foi o Boa Vista com 9038 participações e a com menor participação presencial foi Santa Felicidade com 2455 participações.

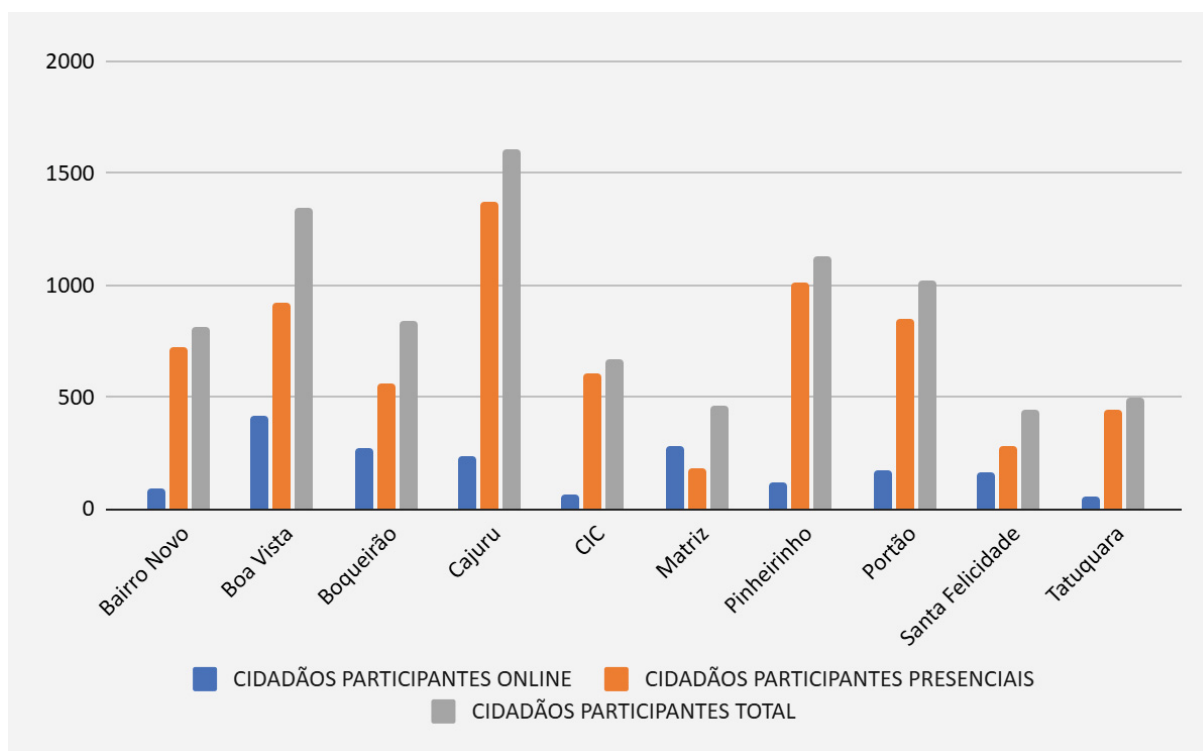
GRÁFICO 31 – PARTICIPAÇÕES NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Referente aos cidadãos participantes, em 2024 foram registrados 1866 cidadãos participantes online e 6953 cidadãos participantes presenciais na LDO. As regionais com maior número de participantes online foi o Boa Vista com 421 cidadãos. Já a com menor número de participantes online foi o Tatuquara com 54 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi o Cajuru com 1372 cidadãos e a regional menos participativa foi a Matriz com apenas 181 cidadãos.

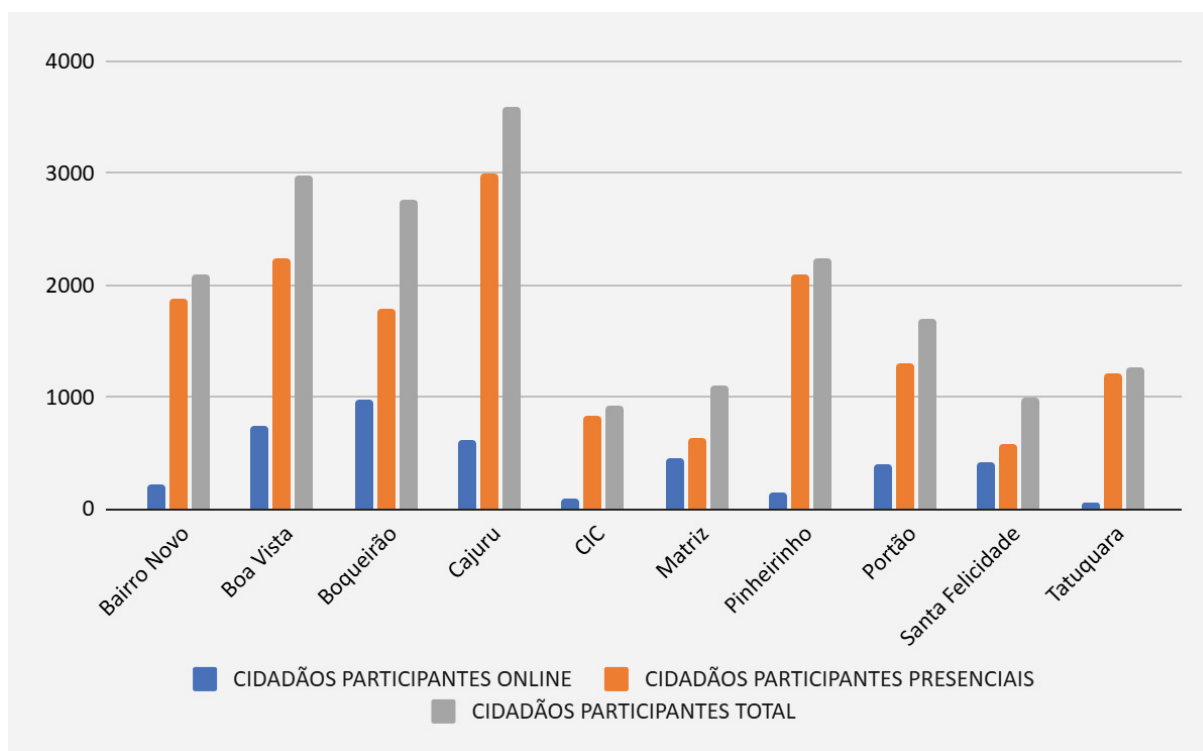
GRÁFICO 32 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Referente aos cidadãos participantes, em 2024 foram registrados 4111 cidadãos participantes online e 15579 cidadãos participantes presenciais na LOA. A regional com mais participantes online foi o Boqueirão com 976 cidadãos. Já a com menos participantes online foi o Tatuquara com 63 cidadãos. Já dentre os participantes presenciais, a regional mais participativa foi o Cajuru com 2991 cidadãos e a regional menos participativa foi Santa Felicidade com apenas 574 cidadãos.

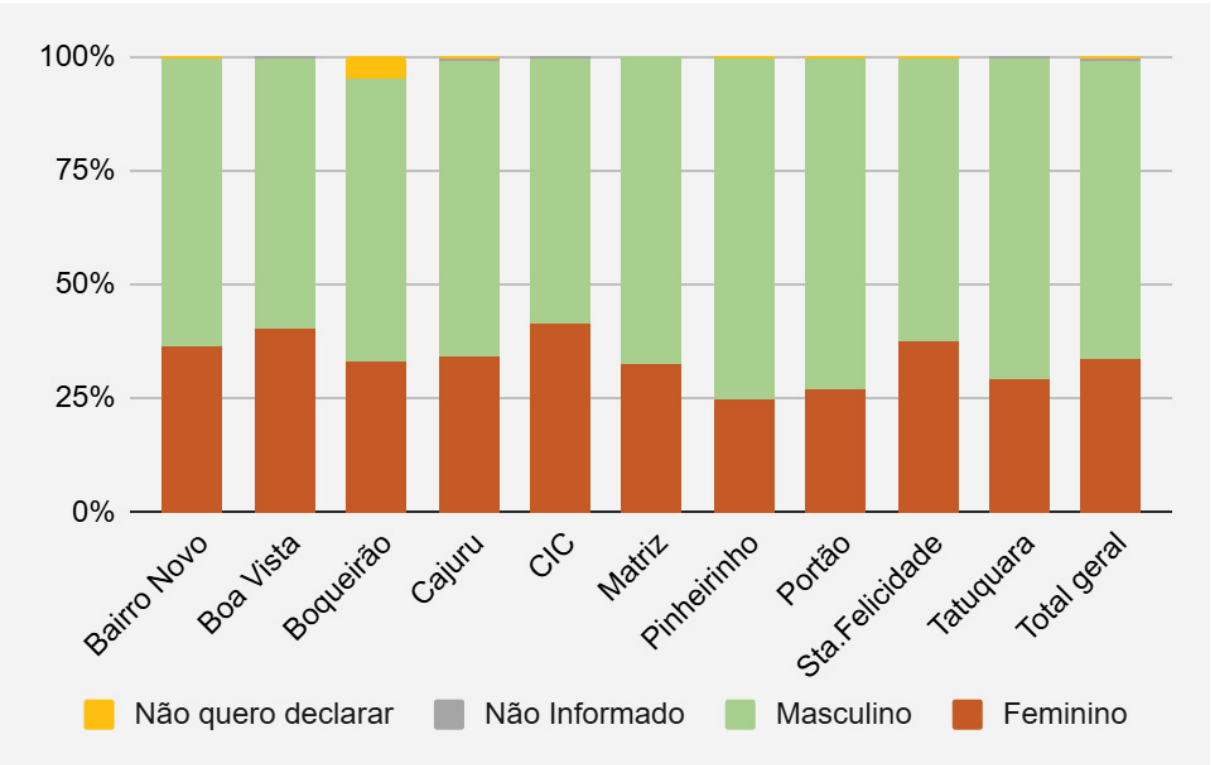
GRÁFICO 33 – CIDADÃOS PARTICIPANTES NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

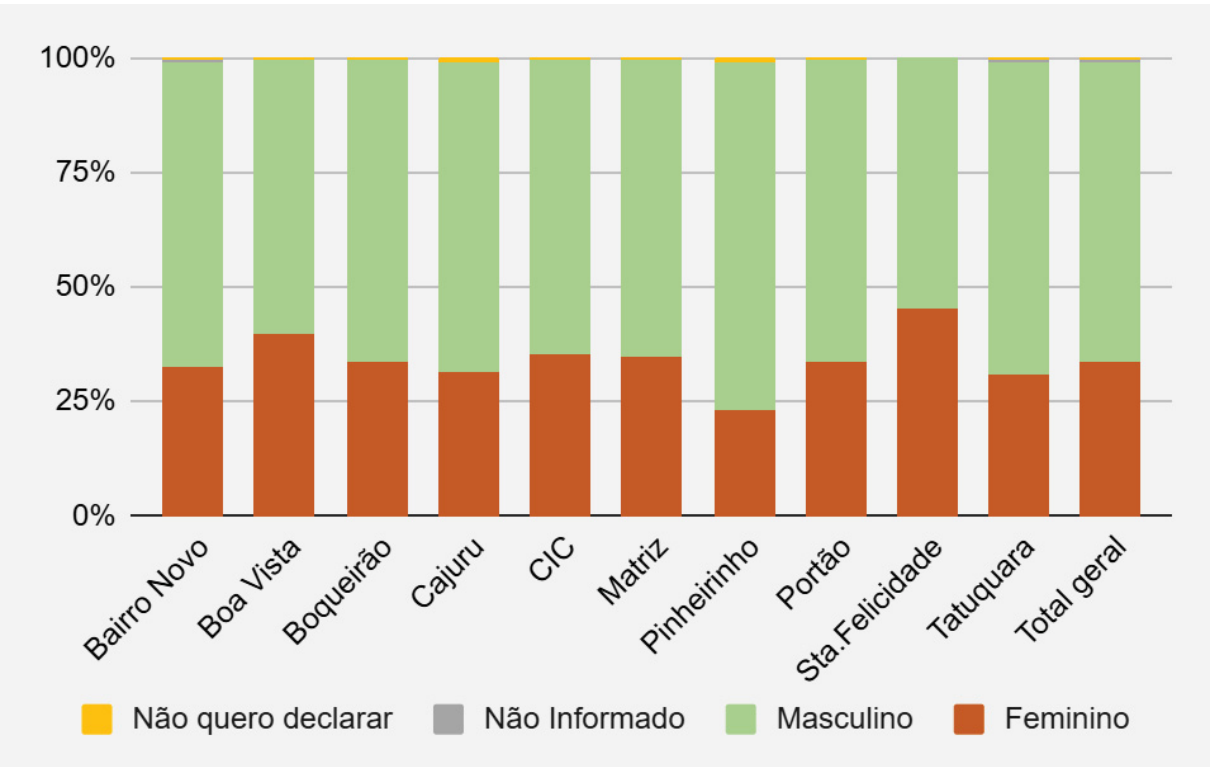
Nesta edição foram registradas 10929 participações femininas e 21420 participações masculinas na LDO. Já na LOA foram registradas 25093 participações femininas e 49319 participações masculinas. A participação feminina tem uma variação de 25% a 50%, tal como nas edições anteriores, no entanto a participação masculina se mostrou mais presente do que nas edições anteriores.

GRÁFICO 34 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

GRÁFICO 35 – PARTICIPAÇÕES POR SEXO NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

Assim como nas edições anteriores, faixa etária dos participantes da LDO de 2024 são predominantes são de 35 a 44 anos e 45 a 54 anos, com, respectivamente, 7339 participantes e 7367 participantes. Já a faixa etária com menos participações é a de 15 a 24 anos, com 3336 participações.

Isso também é observado na LOA, sendo 16546 participantes de 35 a 44 anos e 16699 participantes de 45 a 54 anos. A faixa etária com menos participações nesta etapa também é a de 15 a 24 anos, com 8039 participações.

TABELA 10 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LDO EM 2024

Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
Bairro Novo	270	354	576	602	582	376	21
Boa Vista	395	751	1342	1284	917	502	13
Boqueirão	231	464	530	615	569	406	11
Cajuru	577	813	1327	1336	949	545	17
CIC	246	395	629	704	425	187	0
Matriz	81	256	409	309	452	317	3
Pinheirinho	427	638	890	835	753	471	26
Portão	724	618	795	786	586	500	10
Santa Felicidade	136	170	408	421	280	271	0
Tatuquara	249	420	433	475	344	175	0
Total geral	3336	4879	7339	7367	5857	3750	101

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

TABELA 11 – FAIXA ETÁRIA DAS PARTICIPAÇÕES DE CADA REGIONAL DA LOA EM 2024

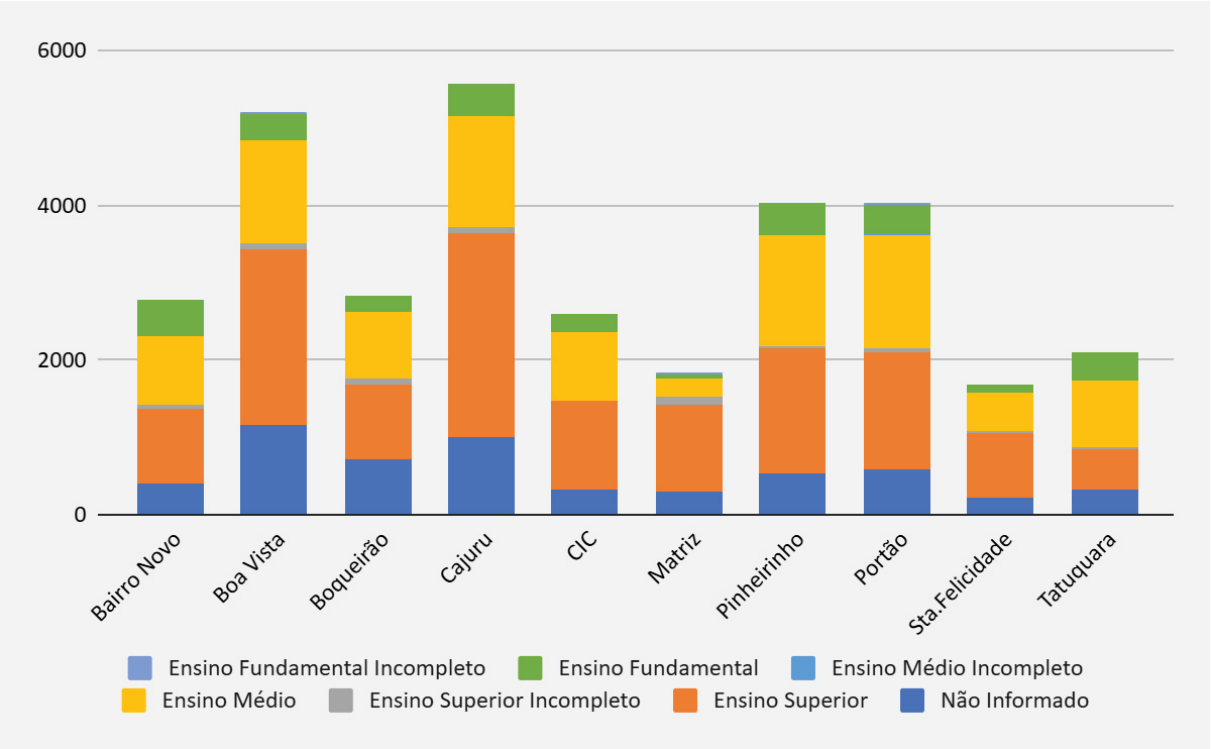
Regional	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	N.A.
----------	-------	-------	-------	-------	-------	-----	------

Bairro Novo	926	1111	1670	1760	1590	1235	101
Boa Vista	869	1326	3025	3034	1888	1287	29
Boqueirão	884	1237	2209	1814	1835	1590	70
Cajuru	1100	1552	2427	2568	1916	1137	45
CIC	777	526	752	918	552	364	27
Matriz	334	700	1067	1099	994	909	13
Pinheirinho	1332	1521	1834	1794	1626	988	9
Portão	666	895	1357	1516	1312	1179	30
Santa Felicidade	300	609	919	1008	649	546	8
Tatuquara	851	1191	1286	1188	724	351	33
Total geral	8039	10668	16546	16699	13086	9586	365

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

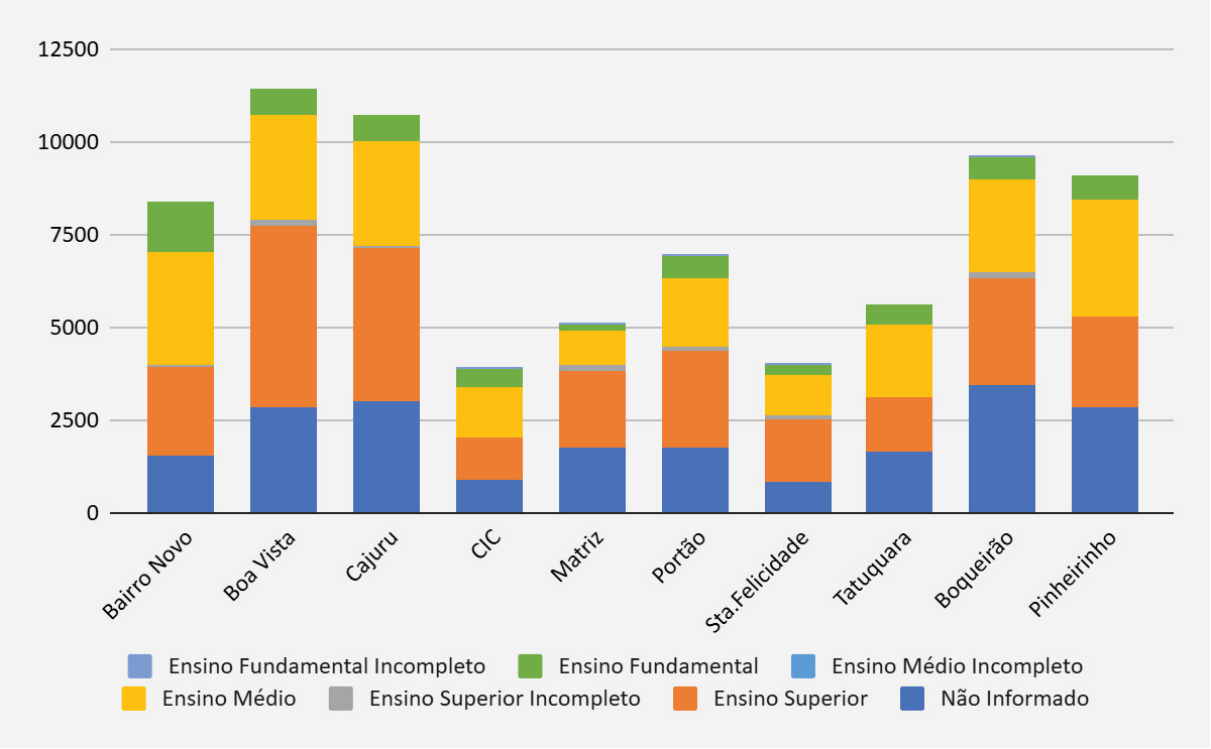
Ao analisar a escolaridade referente as participações na LDO e na LOA, os gráficos mostram que assim como nas edições anteriores a maior parte das participações vêm de cidadãos com ensino médio e ensino superior. Na LDO foram 9899 participações referentes a ensino médio completo e 13650 participações referentes a ensino superior completo. Na LOA foram 21461 participações referentes a ensino médio completo e 25796 participações referentes a ensino superior completo.

GRÁFICO 36 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

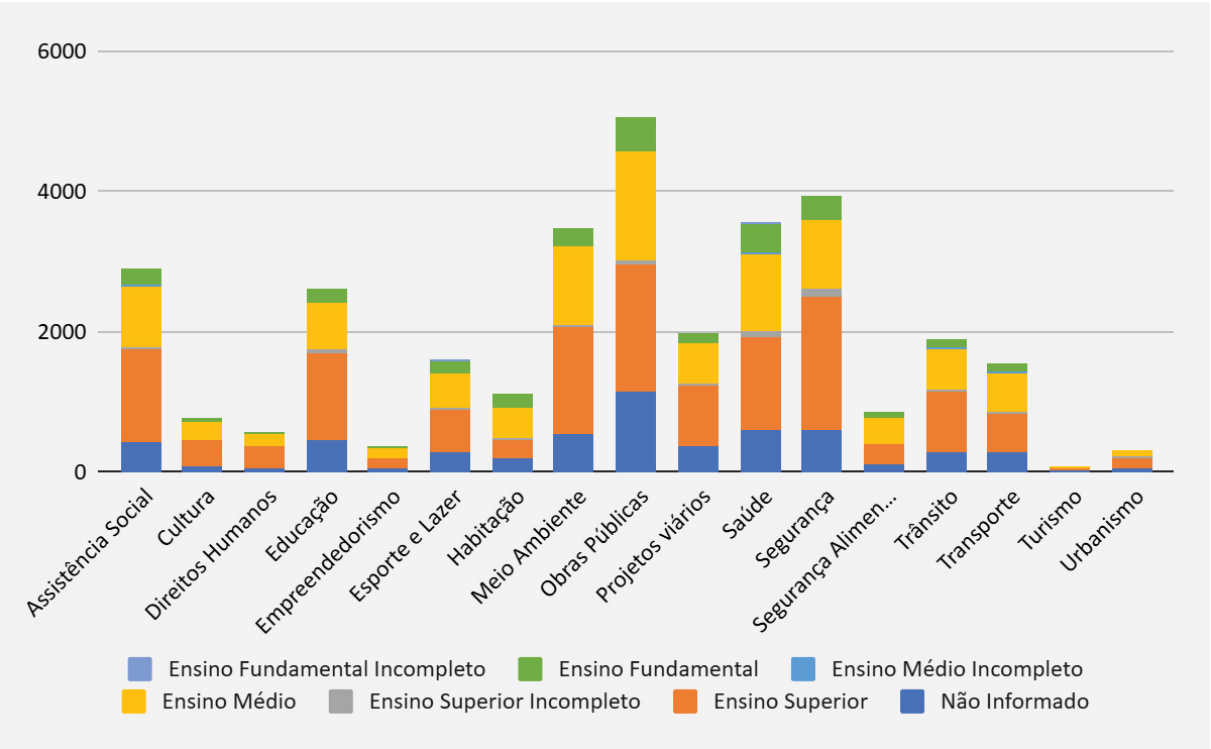
GRÁFICO 37 – A ESCOLARIDADE DE CADA REGIONAL NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

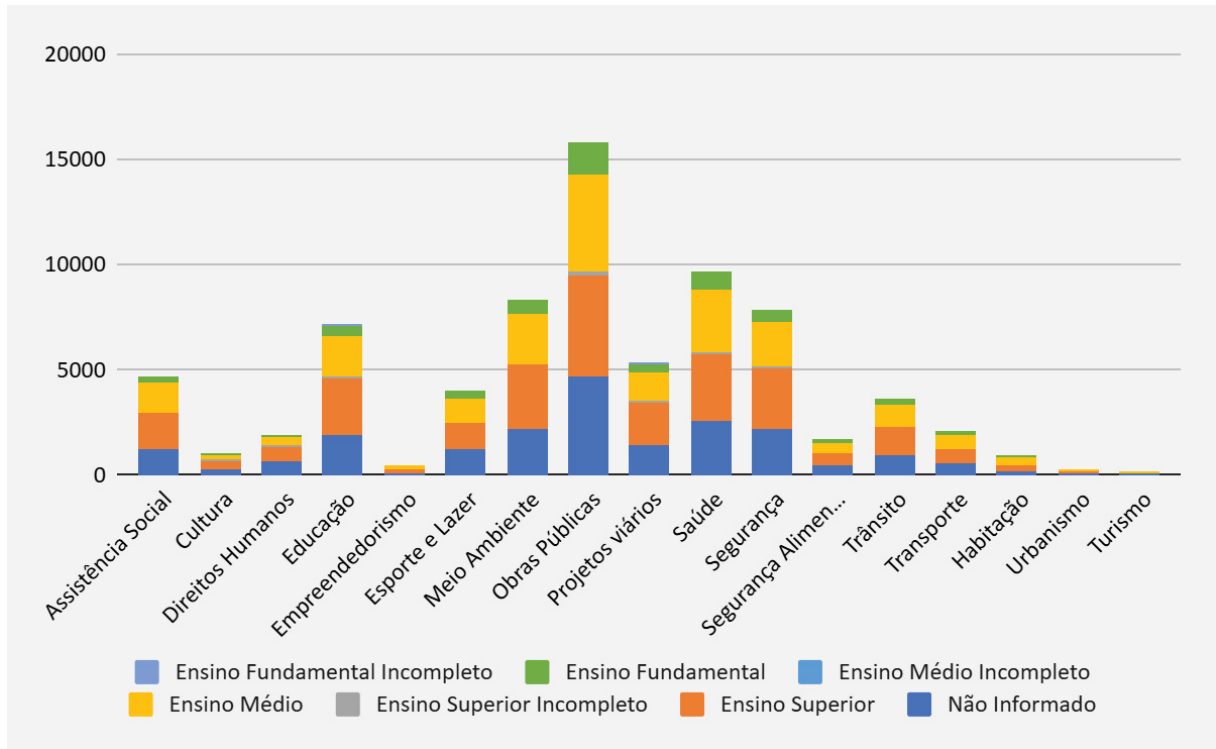
Ao analisar a relação entre escolaridade e votos em políticas públicas, as mais votadas na LDO referente ao ensino médio são Obras Públicas, Meio Ambiente e Saúde, enquanto referente ao ensino superior são Segurança, Obras Públicas e Meio Ambiente. Já na LOA, referente ao ensino médio são Obras Públicas, Saúde e Meio Ambiente, e referente ao ensino superior são Obras Públicas, Saúde e Meio Ambiente.

GRÁFICO 38 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

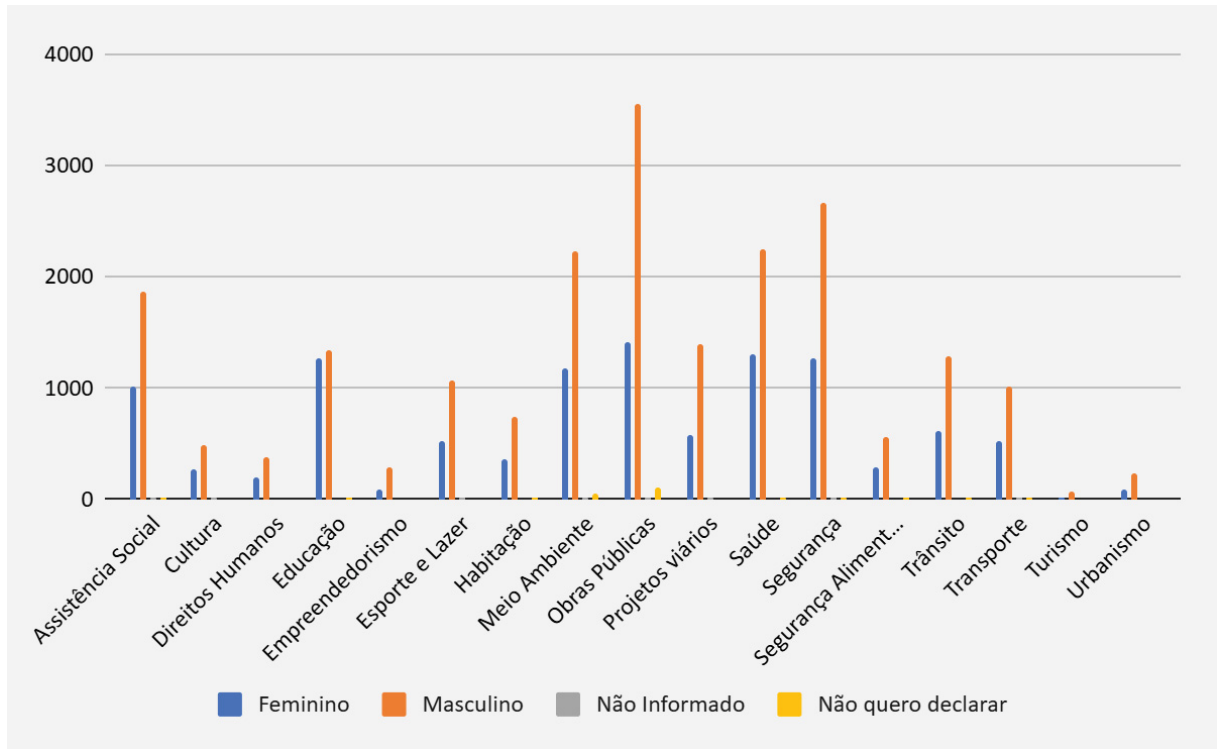
GRÁFICO 39 – VOTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS POR ESCOLARIDADE NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

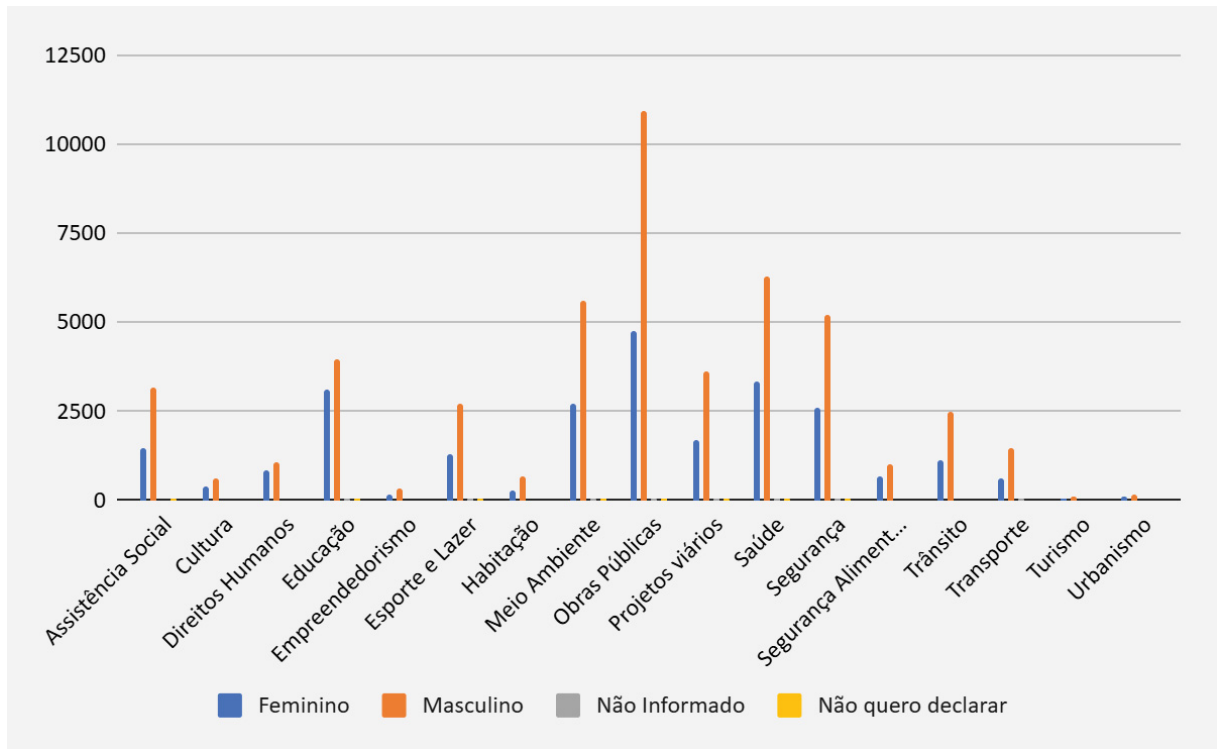
Tal como nas edições anteriores, a análise de votos em políticas públicas também foi feita considerando o sexo dos participantes. Na LDO de 2024 as políticas públicas mais votadas por homens foram Obras Públicas e Segurança, já os votos femininos foram mais presentes em Educação e Obras Públicas. Na LOA de 2024 as políticas públicas mais votadas por homens foram Obras Públicas, Saúde e Meio Ambiente, enquanto os votos femininos foram mais presentes em Educação, Saúde e Obras Públicas.

GRÁFICO 40 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LDO EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

GRÁFICO 41 – RELAÇÃO ENTRE SEXO E POLÍTICA PÚBLICA NA LOA EM 2024



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora .

Ao analisar o número de votos em cada política pública podemos observar que na LDO de 2023 as políticas públicas mais votadas nas regionais foi majoritariamente Obras Públicas. Já a política menos votada foi Turismo.

TABELA 12– POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LDO EM 2024

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	284	404	187	528	270
Cultura	55	138	36	133	89
Direitos Humanos	32	75	28	127	69
Educação	235	622	151	368	317
Empreendedorismo	28	41	16	42	57
Esporte e Lazer	261	241	128	259	145
Habitação	59	61	53	156	84
Meio Ambiente	262	498	339	684	329
Obras Públicas	465	746	837	1252	183
Projetos Viários	124	514	142	209	101
Saúde	322	697	261	499	302
Segurança	293	471	376	682	300
Segurança Alimentar e Nutricional	65	97	34	93	112
Trânsito	169	309	137	298	87
Transporte	119	224	70	174	122
Turismo	1	16	6	12	7
Urbanismo	7	50	25	48	12
Total	2781	5204	2826	5564	2586

Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
Assistência Social	205	497	270	79	176
Cultura	46	124	62	33	42
Direitos Humanos	24	75	67	39	35
Educação	50	291	215	133	232
Empreendedorismo	13	55	55	23	38
Esporte e Lazer	106	220	90	61	82
Habitação	29	117	452	30	63
Meio Ambiente	262	444	309	126	218
Obras Públicas	175	470	598	209	129
Projetos Viários	93	128	469	94	103
Saúde	128	510	319	157	362
Segurança	383	530	443	211	260
Segurança Alimentar e Nutricional	53	113	216	16	48
Trânsito	105	181	176	372	60
Transporte	102	217	225	80	220
Turismo	13	21	8	3	5
Urbanismo	40	47	45	20	23
Total	1827	4040	4019	1686	2096

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

Na LOA de 2024 a política pública mais votada nas regionais foi majoritariamente Obras Públicas. Já a política pública menos votada foi Turismo.

Ambas as tabelas mostram uma repetição do resultado das votações das edições anteriores que, proporcionalmente, são bem semelhantes.

TABELA 13 – POLÍTICAS PÚBLICAS VOTADAS EM CADA REGIONAL NA LOA EM 2024

Política Pública	Bairro Novo	Boa Vista	Boqueirão	Cajuru	CIC
Assistência Social	362	784	511	265	352
Cultura	140	76	63	60	75
Direitos Humanos	149	291	241	326	125
Educação	1186	1744	520	417	526
Empreendedorismo	20	43	36	38	38
Esporte e Lazer	1203	186	476	668	209
Habitação	121	64	43	126	71
Meio Ambiente	1087	1300	1134	1663	542
Obras Públicas	1237	2049	3225	3567	434
Projetos Viários	516	914	763	822	73
Saúde	937	1478	967	1087	597
Segurança	453	1202	1000	893	566
Segurança Alimentar e Nutricional	203	353	107	87	83
Trânsito	481	713	209	571	80
Transporte	277	217	302	112	123
Turismo	8	13	15	10	15
Urbanismo	13	31	27	33	7
Total	8393	11458	9639	10745	3916

Política Pública	Matriz	Pinheirinho	Portão	Sta. Felicidade	Tatuquara
Assistência Social	449	1096	460	143	268
Cultura	113	313	39	94	39
Direitos Humanos	51	338	104	130	143
Educação	444	798	412	370	747
Empreendedorismo	34	69	133	20	17
Esporte e Lazer	172	184	343	54	537
Habitação	29	279	118	33	35
Meio Ambiente	652	851	649	201	278
Obras Públicas	755	1058	1450	1553	507
Projetos Viários	243	431	860	183	509
Saúde	761	1358	898	359	1249
Segurança	852	1087	937	361	476
Segurança Alimentar e Nutricional	158	111	133	125	346
Trânsito	243	499	291	318	234
Transporte	99	573	86	67	220
Turismo	21	24	9	14	5
Urbanismo	40	35	33	14	14
Total	5116	9104	6955	4039	5624

FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Adaptado pela autora.

4.3 CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE CURITIBA

Para efeitos de pesquisa e contexto, é necessária uma análise dos dados e estatísticas socioespaciais do município de Curitiba, especialmente com objetivo de análise das variáveis nas quais as desigualdades podem afetar a participação das pessoas no programa estudado. Desta forma, foram utilizados apenas os dados mais recentes sobre o município, de forma que eles reflitam, de maneira mais fidedigna, o período analisado. O tratamento dos dados foi feito a partir das bases dos dados já divulgados do Censo 2022 do IBGE de 2022.

De acordo com o Censo 2022, em números totais, o município de Curitiba tem cerca de 1,77 milhão de habitantes, não tendo crescimento ou decréscimo relevante nesse número desde 2010. Destes, 52,8% são mulheres (proporção esta que varia pouco entre as regionais da cidade), 74,4% são pessoas brancas, com 24,2% de população negra, sendo destes 20,1% pardos e 4,1% pretos, tendo ainda 1,3% de amarelos e menos de 1% de indígenas.

Os dados gerais, no entanto, não nos permitem fazer uma análise correta das da cidade, pois existe desigualdade entre elas, e é necessário se aprofundar um pouco os aspectos que diferenciam cada regional.

Segundo um levantamento de “Moradores em domicílios particulares permanentemente ocupados”, de 1.766.408 moradores, 1.697.369 moradores têm conexão de internet domiciliar. Sendo assim, apenas 69.039 moradores afirmaram não ter conexão de internet domiciliar, sendo menos de 1% do número total de moradores.

Já a taxa de alfabetização de Curitiba está em 98,47% (dado este que também varia pouco entre regiões). No Censo de 2022 também consta os anos de estudo de diferentes faixas etárias dos moradores de Curitiba, conforme a tabela a seguir. Considerando que leva uma média de 9 anos para conclusão do ensino fundamental, 12 anos para a conclusão do ensino médio e que a formação para ensino superior se inicia a partir de 13 anos de estudos, pode-se concluir que a maioria dos curitibanos tem ao menos o ensino médio.

TABELA 14 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DOS HABITANTES DE CURITIBA

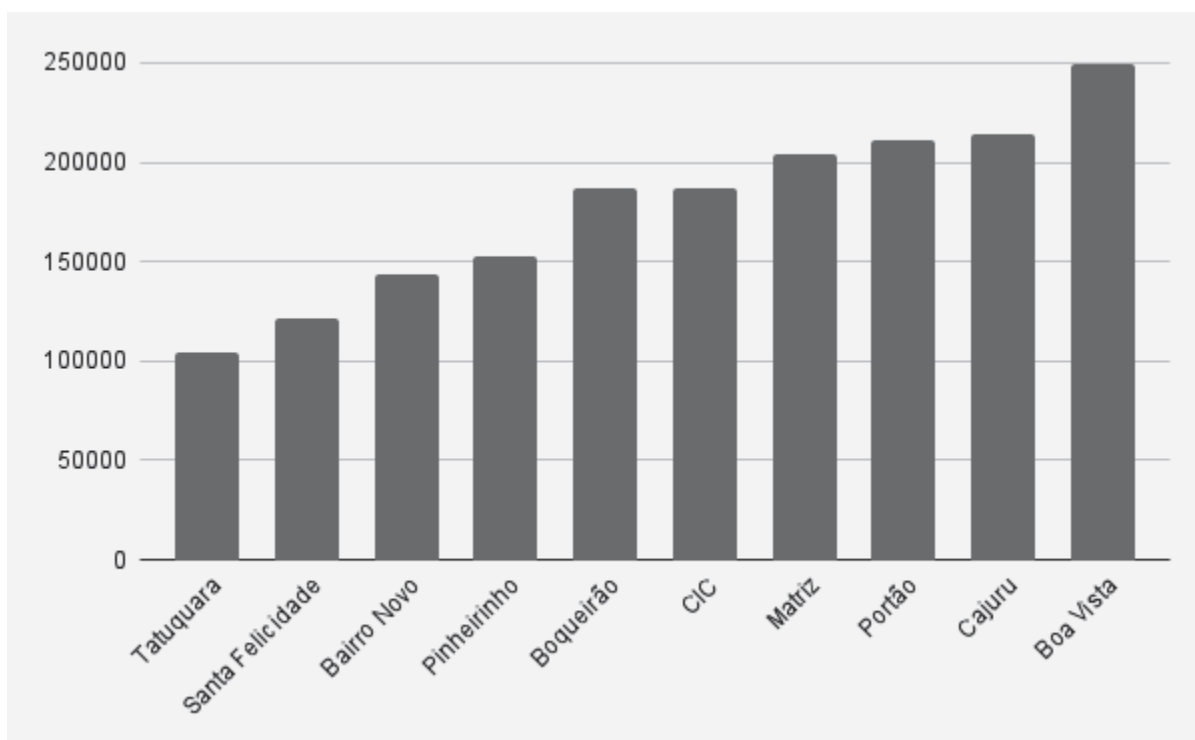
Faixa etária	Anos de estudo
15 a 17 anos de idade	9.7

18 a 24 anos de idade	12.5
25 a 29 anos de idade	13.2
30 a 34 anos de idade	13.3
35 a 39 anos de idade	13.4
40 a 44 anos de idade	13
45 a 49 anos de idade	12.4
50 a 54 anos de idade	11.7
55 a 59 anos de idade	11.4
60 a 64 anos de idade	11
65 anos de idade ou mais	9.5

FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Adaptado pela autora.

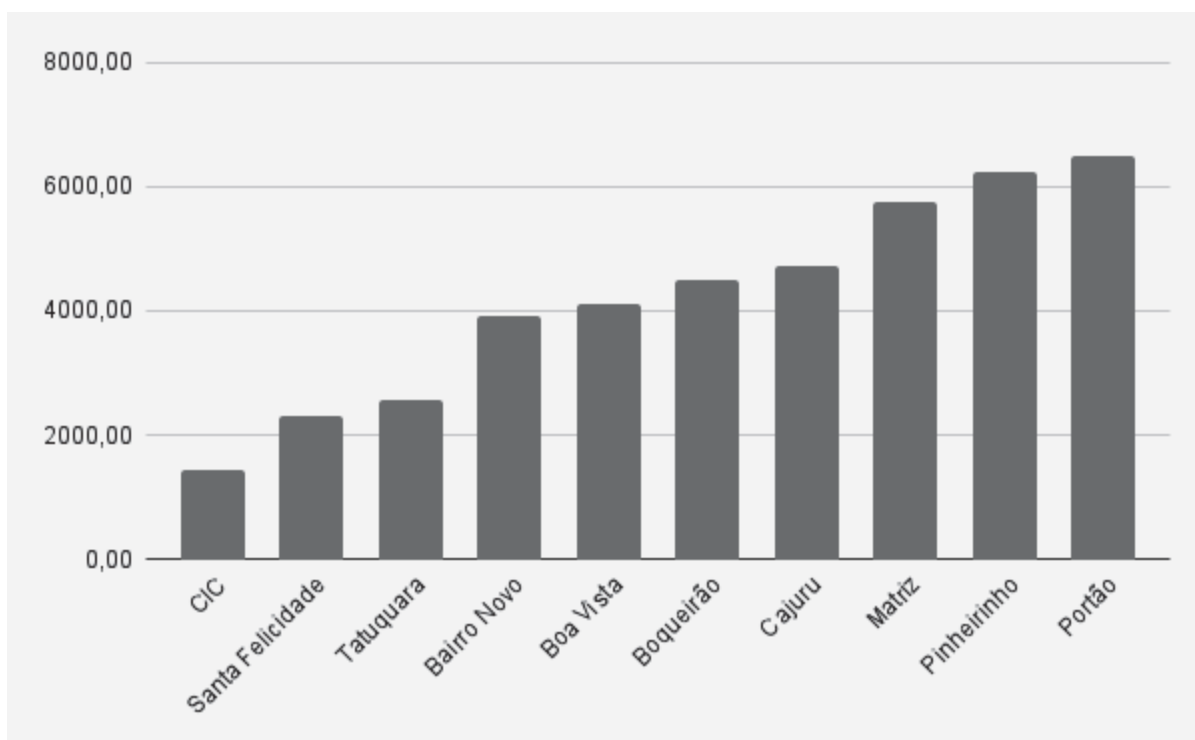
Quando falamos em números totais de habitantes, existe uma diferença de 140% entre a região mais populosa da cidade, a regional Boa Vista (249 mil habitantes), e a região menos populosa, a regional Tatuquara (103 mil habitantes), conforme o gráfico 6. Também há uma diferença considerável de densidade entre as regiões da cidade, pois enquanto a densidade do município como um todo é de 4078 habitantes por quilômetro quadrado, a região mais densa, a regional do Portão, tem 6512 hab/km² e a menos densa, regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) tem 1442 hab/km², vide gráfico 7. Do número total de habitantes, o Censo afirma que 6,9% da população mora em favelas.

GRÁFICO 42 – HABITANTES POR REGIONAL



FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Elaborado pela autora.

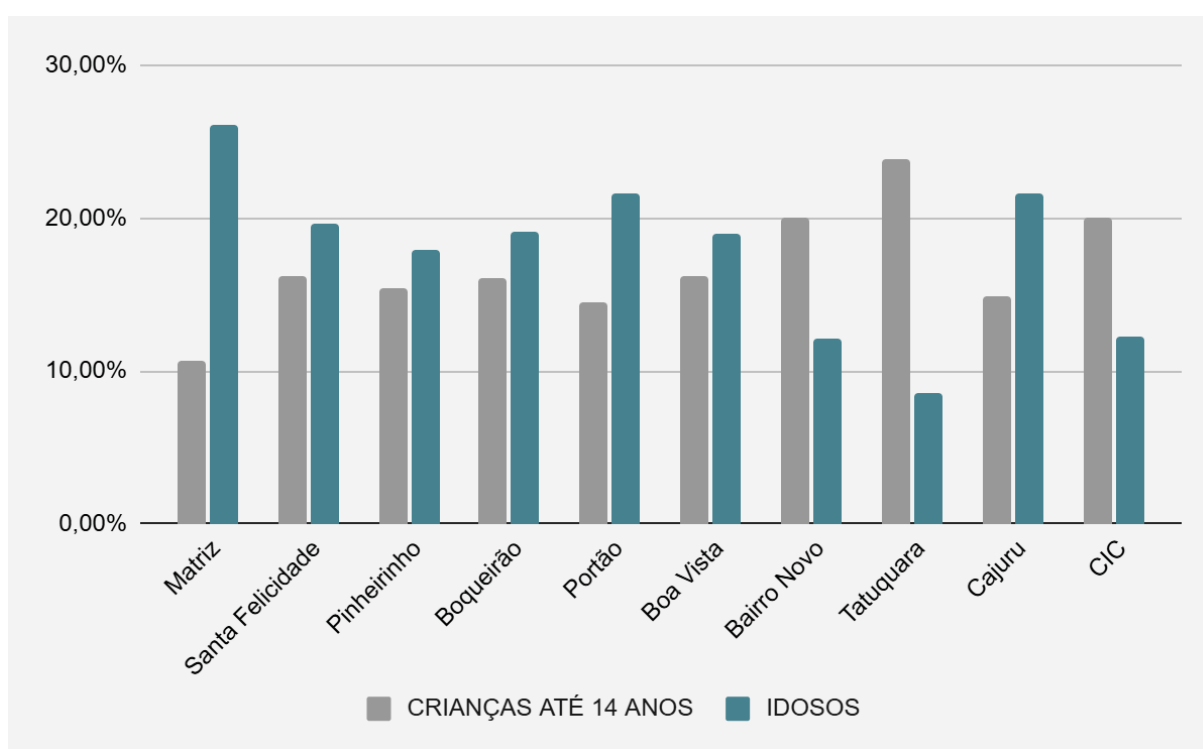
GRÁFICO 43 – DENSIDADE POR REGIONAL



FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Elaborado pela autora.

Saindo dos dados apenas espaciais e analisando também as desigualdades em dados sociais, vemos que existem algumas estatísticas com discrepâncias relevantes entre as regiões da cidade. Dentro do campo de pirâmide etária apenas, identifica-se uma diferença muito grande entre a porcentagem de crianças entre as regionais, inversamente proporcional à porcentagem de idosos na população em questão, sendo que a regional com maior proporção de idosos, a Matriz com 26,14% da população acima dos 60 anos, também é a que tem menos crianças até 14 anos, sendo 10,65% da população). Ao mesmo tempo, a regional com maior proporção de crianças, a regional Tatuquara com 23,91% da população abaixo dos 15 anos, é também a que tem menos idosos proporcionalmente, com 8,57% apenas, conforme o gráfico 8.

GRÁFICO 44 – PROPORÇÃO DE IDOSOS E CRIANÇAS POR REGIONAL

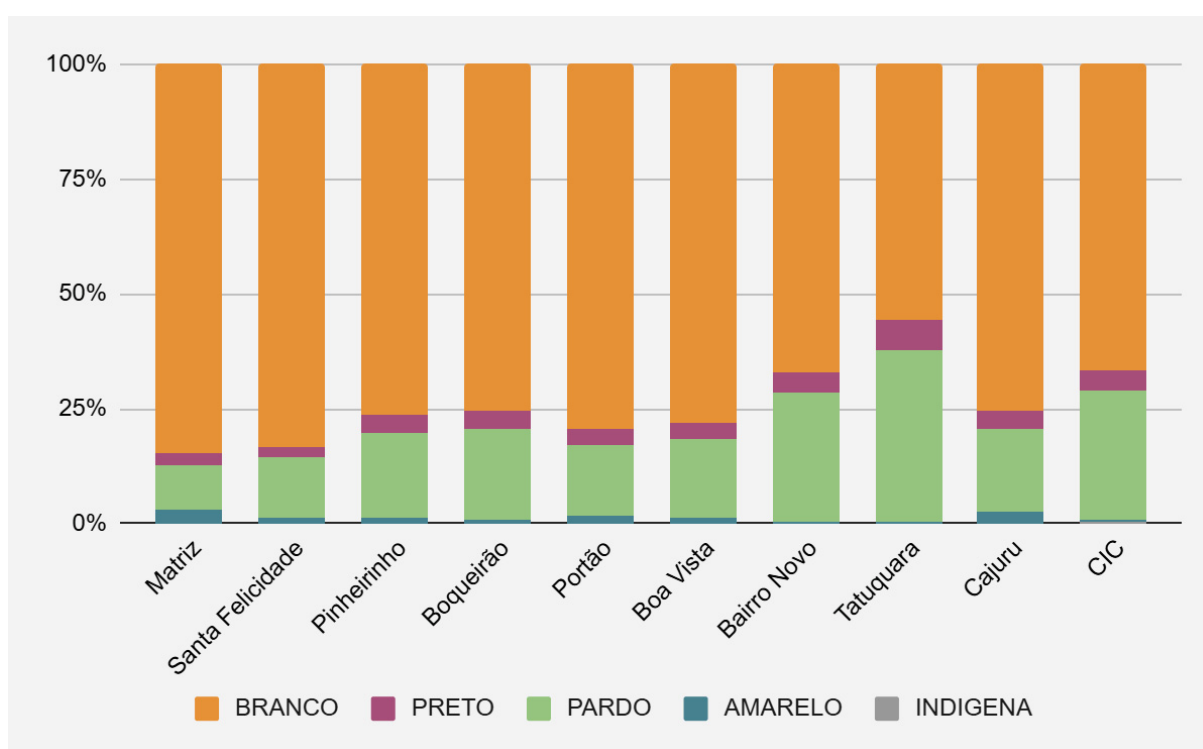


FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Elaborado pela autora.

Outra discrepância relevante entre as regiões é a estatística de etnias e cores autodeclaradas pelos habitantes. A proporção de pessoas negras, considerando a soma de pessoas pretas e pardas, no bairro com maior porcentagem desta população é de 43,9%, na regional Tatuquara, enquanto esse número diminui para 12,48% na

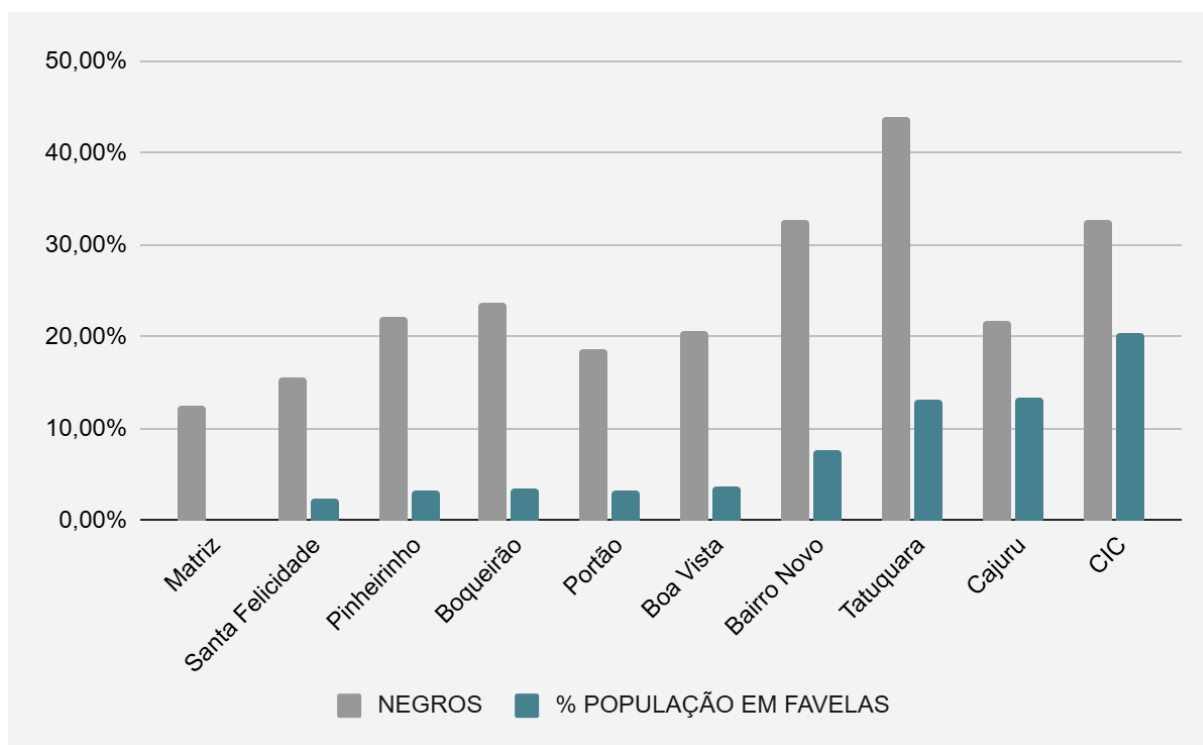
regional Matriz, a com menor proporção deste recorte da população, conforme vemos no gráfico 9. É possível analisar, através do gráfico 10, que as regionais com maior proporção de população morando em favelas estão também entre as que têm maior proporção de população negra, sendo a regional CIC a que tem maior porcentagem de pessoas em favelas, e a Matriz a única regional que não possui favelas de acordo com o Censo do IBGE de 2022. A regional do Cajuru é a única que foge do padrão identificado, se mantendo próxima da média municipal.

GRÁFICO 45 – PROPORÇÃO ÉTNICO-RACIAL DAS REGIONAIS



FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Elaborado pela autora .

GRÁFICO 46 – PROPORÇÃO DE NEGROS E PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO EM FAVELAS



FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Elaborado pela autora.

Ao analisar a renda média do responsável pelo domicílio de cada regional, podemos observar uma grande discrepância entre elas, como mostra a tabela abaixo. No entanto é importante pontuar que há discrepâncias também entre os bairros, o que influencia os valores médios.

De acordo com a tabela, a regional com maior renda média do responsável pelo domicílio é a Matriz, com um valor de R\$ 9.156,78, e a regional com menor renda média do responsável pelo domicílio é o Tatuquara, com um valor de R\$ 2.027,24.

Para um melhor efeito comparativo, dentre os bairros de Curitiba, o bairro com maior renda média do responsável pelo domicílio é o Batel, pertencente a regional Matriz, com um valor de R\$ 14.756,70. Já o bairro com menor renda média do responsável pelo domicílio é o Caximba, pertencente a regional Tatuquara, com um valor de R\$ 1.434,51.

TABELA 15 – RENDA MÉDIA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO EM REAIS

Regional	Renda média do responsável pelo domicílio (R\$)
----------	---

Bairro Novo	2.821,59
Boa Vista	5.399,83
Boqueirão	4.203,12
Cajuru	5.447,17
CIC	3.527,62
Matriz	9.156,78
Pinheirinho	4.463,03
Portão	6.732,24
Santa Felicidade	7.572,10
Tatuquara	2.027,24

FONTE: Censo demográfico IBGE (2022). Adaptado pela autora.

A partir do cruzamento desses dados com os dados de participação do programa, serão feitos cruzamentos estatísticos para analisar as relações entre as variáveis demográficas, socioespaciais e econômicas ilustradas pelos gráficos e as participações no programa “Fala Curitiba”.

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Conforme observado nos gráficos referentes as edições do programa Fala Curitiba em 2022, 2023 e 2024, há uma forte semelhança de participações e resultados em termos estatísticos. O programa cresceu e as participações também cresceram, tanto online quanto presencial, mas o perfil de participação não sofreu grandes alterações entre os anos estudados.

Ao comparar as participações e os cidadãos participantes, tanto da LDO quanto da LOA, o padrão das regionais mais e menos participativas se repete. As regionais com maior destaque nas participações são Boa Vista e Pinheirinho, apesar de outras regionais mostrarem números próximos como Portão e Cajuru. Elas apresentaram números muito altos na participação presencial em todas as edições.

Durante a minha participação na edição de 2023, tanto a regional do Boa Vista quanto a regional do Portão se destacaram pela organização e tamanho do público que estava presente, o que demonstra uma compatibilidade com os resultados obtidos.

Já nas participações online as regionais com maior número de participações e cidadãos participantes foram Boa Vista, Boqueirão e Matriz.

Em ambos os casos, as regionais com mais destaque estão entre as mais populosas e mais densas, de acordo com o último Censo do IBGE. Também são regionais cuja renda média do responsável pelo domicílio é acima de 4 mil reais. Essas informações cruzadas demonstram que não só a participação é proporcional aos habitantes da regional, como também que esses habitantes podem ter menores barreiras à sua participação se considerarmos a renda como um fator de impacto à participação e à infoexclusão.

Ao relacionar a participação ao sexo dos participantes podemos observar uma forte presença masculina. A participação feminina varia entre 30% e 50% em todas as edições e a população curitibana é composta por 52,8% de mulheres, isso significa que a participação no programa em termos de proporção aproxima-se da proporção vista na cidade.

Para essa variação na participação das mulheres de regional para regional podem ser formuladas hipóteses, como a questão da jornada dupla feminina, mas que não foram contempladas no escopo desta pesquisa pela limitação dos dados disponíveis para essa análise.

A faixa etária dos participantes mostrou-se muito uniforme. Em todas as edições as faixas etárias mais participativas foram de 35 a 44 anos e de 45 a 54 anos, e a faixa etária menos participativa foi de 15 a 24 anos. Isso condiz com minha participação presencial no programa.

A análise sobre a escolaridade dos participantes é visualmente muito simples. Em todas as edições a população de ensino médio e superior completo foi o grande destaque. No entanto, os dados censitários de Curitiba mostram que a maior parte da população adulta de fato tem ao menos o ensino médio. Neste caso, o programa reflete muito bem a composição da cidade, não indicando uma exclusão de determinada população com base no nível de instrução formal.

Ao comparar as políticas públicas votadas, tanto pela ótica de gênero, quanto por regional ou escolaridade, mostrou-se um padrão de escolha da política pública. A

maior parte dos votos são direcionados para as políticas públicas de Obras Públicas, Meio Ambiente, Segurança, Saúde, Educação e Assistência Social. Isso indica que o participante ou não considera os demais tópicos prioritários ou está satisfeito com como eles estão.

No entanto, esses números podem ser influenciados pelas regionais que votam, considerando que algumas regionais são mais ou menos populosas, participam mais ou menos. Veremos a seguir um comparativo entre as políticas públicas escolhidas e qual regional as escolhe.

Ao tratar os dados de 2024 no R Studio podemos observar com maior clareza o perfil de participante que escolhe determinada política pública. Essa regressão econométrica foi feita para analisar de que forma as variáveis utilizadas para falar sobre infoexclusão nesta pesquisa podem influenciar na escolha de uma política pública.

É importante reforçar que as variáveis utilizadas para essa análise foram sexo, idade, escolaridade, regional da participação e o percentual de participações online de cada regional. Variáveis imateriais como capacidade individual do participante em utilizar a plataforma online do programa ou acesso a um dispositivo digital não estavam ao alcance da pesquisa, bem como a renda individual de cada participante.

Segurança: Esta pauta demonstrou uma clara associação com o canal digital: para cada ponto percentual de aumento na participação online em uma regional – como de 20% a 21% – as chances de um voto ser para Segurança aumentam em 0.83%. Um efeito positivo que sugere um maior engajamento digital na participação associado à priorização da segurança. O apoio é ligeiramente maior entre os mais velhos (aumento de 0.46% nas chances por ano de idade) e entre homens, com as mulheres apresentando chances 9.8% menores de escolher essa prioridade. Já em relação à escolaridade, há uma tendência de que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a probabilidade de o participante priorizar esse tema. Dessa forma, o perfil do apoiador tende a ser do sexo masculino, mais velho, com nível de escolaridade mais alto e que participa em uma regional com maior engajamento digital.

Saúde: Em forte contraste, a Saúde é mais priorizada em ambientes menos digitalizados, com uma redução de 1.1% nas chances para cada ponto percentual na participação online. A idade é um efeito quase negligenciável, visto que para cada ano a mais na idade do participante as chances de escolham aumentam em apenas

0.17%. O apoio é significativamente maior entre as mulheres, que apresentaram chances 13.8% maiores que os homens em votar nesta política pública. A escolaridade também foi um fator decisivo: participantes com ensino fundamental incompleto mostraram chances 94% maiores de priorizar Saúde do que aqueles com ensino superior completo, de modo que a pauta é muito mais priorizada por participantes com nível de escolaridade mais baixo. O perfil do participante tende a ser do sexo feminino, com menor nível de escolaridade formal, e participa em uma regional com menor engajamento digital.

Assistência Social: A participação digital tem um efeito pequeno, mas significante, nesta prioridade: para cada aumento de ponto percentual as chances de um participante escolher essa prioridade diminuem em 0.83%. Já participantes do sexo feminino têm chances 6.7% menores de votarem nessa política quando comparadas ao sexo masculino. A escolaridade é um efeito muito expressivo, visto que participantes com ensino fundamental incompleto tem chances 62.2% menores de escolher essa pauta do que aqueles com ensino superior completo. O perfil aqui é de um homem com ensino superior completo que participa em uma regional cuja taxa de participação online é menor.

Segurança Alimentar e Nutricional: Com um perfil muito similar ao da Saúde, esta pauta é mais forte em canais não-digitais, com redução de 0.4% nas chances por ponto percentual online. É uma prioridade para as mulheres, com chances 28.6% maiores, e, de forma massiva, para os grupos com menor escolaridade. Participantes com ensino fundamental incompleto apresentaram chances 356% maiores de escolher esta pauta do que o grupo de ensino superior. O perfil do apoiado é alguém com baixo nível de escolaridade formal, do sexo feminino, jovem e que participa em ambientes menos digitalizados.

Habitação: Esta pauta de necessidade básica também é mais forte em ambientes com maior participação presencial, com uma redução de 2.2% nas chances para cada ponto percentual online. A idade aqui tem um efeito negativo pequeno, sendo que para cada ano a mais na idade de um participante, as chances de ele escolher essa pauta diminuem em 0.4%. O gênero não se mostrou um fator estatisticamente significativo, mas a escolaridade sim: a prioridade é maior entre aqueles com ensino médio incompleto, com chances 183% maiores, e ensino fundamental completo, com chances 131% maiores, ambos em relação a quem tem ensino superior completo. O perfil do apoiador é alguém com escolaridade média ou

fundamental, jovem, e que participa em uma regional com taxa de participação online significativamente menor.

Educação: Nesta política pública, para cada aumento de um ponto percentual na participação online, as chances de um participante escolher esse tema diminuem em 1.2%. Ela é mais priorizada por jovens, visto que a chance diminui 0.7% por ano de idade, e, de forma muito expressiva, por mulheres, cujas chances são 68.3% maiores que as dos homens. O fator mais interessante foi a escolaridade: o maior apoio vem de participantes que não completaram seus ciclos de estudo, tanto o fundamental, com chances 113% maiores, quanto o médio, com chances 109% maiores. O perfil é notavelmente jovem, do sexo feminino, e com escolaridade incompleta, indicando uma forte conexão com o sistema de ensino.

Cultura: Para cada aumento de um ponto percentual na participação online em uma regional, as chances de escolha diminuem em 1.2%. Assim como Educação, é uma pauta de jovens, já que a chance de escolha diminui 0.95% por ano de idade. O maior apoio vem do sexo feminino com chances 13.5% maiores de escolha, e do grupo com ensino superior incompleto, cujas chances são 95% maiores que as dos já formados. O perfil do apoiador é jovem, que está cursando o ensino superior e do sexo feminino.

Direitos Humanos e Meio Ambiente: Ambas as pautas apresentam perfis muito semelhantes. Elas encontram seu maior apoio entre os jovens e as mulheres. O fator decisivo, no entanto, é a alta escolaridade. A priorização de Direitos Humanos e Meio Ambiente é drasticamente maior entre participantes com ensino superior (completo ou incompleto) e diminuem conforme o nível de instrução. O perfil do participante é jovem, do sexo feminino, e com alta escolaridade.

Urbanismo: Para cada aumento de um ponto percentual na participação online, as chances de um participante escolher "Urbanismo" aumentam em 1.6%, um efeito positivo que supera Segurança e mostra uma maior associação com o engajamento digital. Participantes do sexo feminino têm chances 35.8% menores de escolher esta política pública e ela é mais popular entre aqueles com ensino fundamental incompleto. Aqui há um efeito massivo, onde participantes com este nível de escolaridade têm chances 483% maiores de votar nesta prioridade do que aqueles com ensino superior completo. O perfil é claro: homem com menor escolaridade e participante de uma regional com maior taxa de participação online.

Trânsito: Para cada aumento de um ponto percentual na participação online em uma regional, as chances de um participante escolher esta prioridade aumentam em 0.9%. Já com relação ao sexo do participante, as mulheres apresentam chances 14.3% menores de escolha quando comparadas a homens. A escolaridade aqui não parece ter um efeito tão forte como em outras políticas públicas, visto que os participantes com ensino superior estão entre os que mais priorizam a pauta, mas sem a dominância que vimos em outras análises. O perfil do participante tende a ser alguém do sexo masculino, de uma regional com uma taxa de participação online ligeiramente maior.

Obras: Essa prioridade mostra um efeito positivo mais forte que outras com relação a participação online. Para cada aumento de um ponto percentual na participação online de um regional, as chances de escolha aumentam em 2.3%. Esta também é uma pauta masculina, onde mulheres têm chances 18.2% menores de escolhê-la como prioridade. Já ao tratar da escolaridade, participantes com ensino fundamental completo têm chances 44% maiores de escolha do que aqueles com superior completo sendo uma pauta mais forte entre aqueles que completaram o ensino fundamental e médio. Assim, o perfil do participante é alguém com nível fundamental ou médio completos, do sexo masculino e participante de uma regional com uma taxa de participação online notavelmente maior.

Turismo e Empreendedorismo: A pauta de Turismo se destaca por uma forte associação com a participação online – aumento de 1% nas chances a cada ponto percentual de aumento na participação online. No entanto, ambas as pautas de desenvolvimento econômico têm um forte viés de gênero masculino. Para Empreendedorismo, as mulheres apresentaram chances 35% menores de priorizar a pauta. Ambas são mais priorizadas por jovens. A análise de escolaridade mostra um efeito massivo, ambas são extremamente priorizadas pelo grupo com superior incompleto seguido por superior completo. O perfil do apoiador é homem, jovem, com maior nível de escolaridade e com preferência por canais digitais.

Transporte: Para cada aumento de um ponto percentual na participação online, as chances de um participante escolher esta política diminuem em 2.0%, o que representa um efeito negativo notável. É interessante porque, intuitivamente, esta política poderia ser agrupada com pautas de infraestrutura, mas que mostraram uma relação positiva com a participação online. A pauta também tem um efeito negativo com relação a idade, sendo mais valorizada pelos mais jovens. Já os participantes

femininos têm chances 3.8% menores de escolher essa prioridade. O efeito mais marcante aqui é no nível de instrução do participante, onde aqueles com ensino superior incompleto têm chances 85.3% maiores de escolher essa pauta que outros grupos. Dessa forma, o perfil é de um jovem do sexo masculino com ensino médio completo ou ensino superior incompleto.

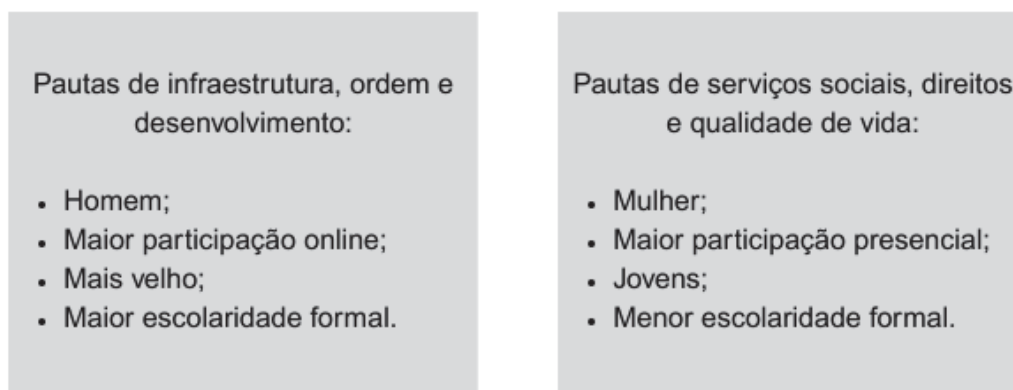
Esporte: Para cada aumento de um ponto percentual na participação online, as chances de um participante escolher essa prioridade diminuem em 2.6%. Este é um efeito negativo forte e posiciona a pauta firmemente no grupo de políticas (junto com Saúde, Habitação, Educação) que são mais priorizadas em ambientes de participação mais tradicionais e menos digitalizados. A variável de sexo não tem efeito nesta pauta, no entanto a escolaridade teve um forte destaque: participantes com ensino fundamental incompleto têm chances 99.5% maiores de escolher essa prioridade do que aqueles com ensino superior completo. O perfil deste apoiador tende a ser alguém com um baixo nível de escolaridade formal e participante de uma regional com uma taxa de participação online significativamente menor.

Analisando este mosaico em conjunto, emerge um retrato interessante da cidade, dividido em dois grandes perfis de demanda que se correlacionam com o canal de participação.

De um lado, temos as pautas de infraestrutura, ordem e desenvolvimento, como Segurança, Obras, Urbanismo e Trânsito. Elas são consistentemente mais priorizadas por homens e, crucialmente, em bairros onde a participação online é mais forte. O canal digital parece amplificar uma visão de cidade focada na sua estrutura física, sua ordem e sua fluidez.

Do outro lado, estão as pautas de serviços sociais, direitos e qualidade de vida, como Saúde, Habitação, Esporte, Educação e Segurança Alimentar. Estas são, em geral, as prioridades de mulheres, jovens e, muitas vezes, de pessoas com menor escolaridade formal. E, de forma sistemática, sua voz é mais forte nos canais de participação tradicionais, não nos digitais.

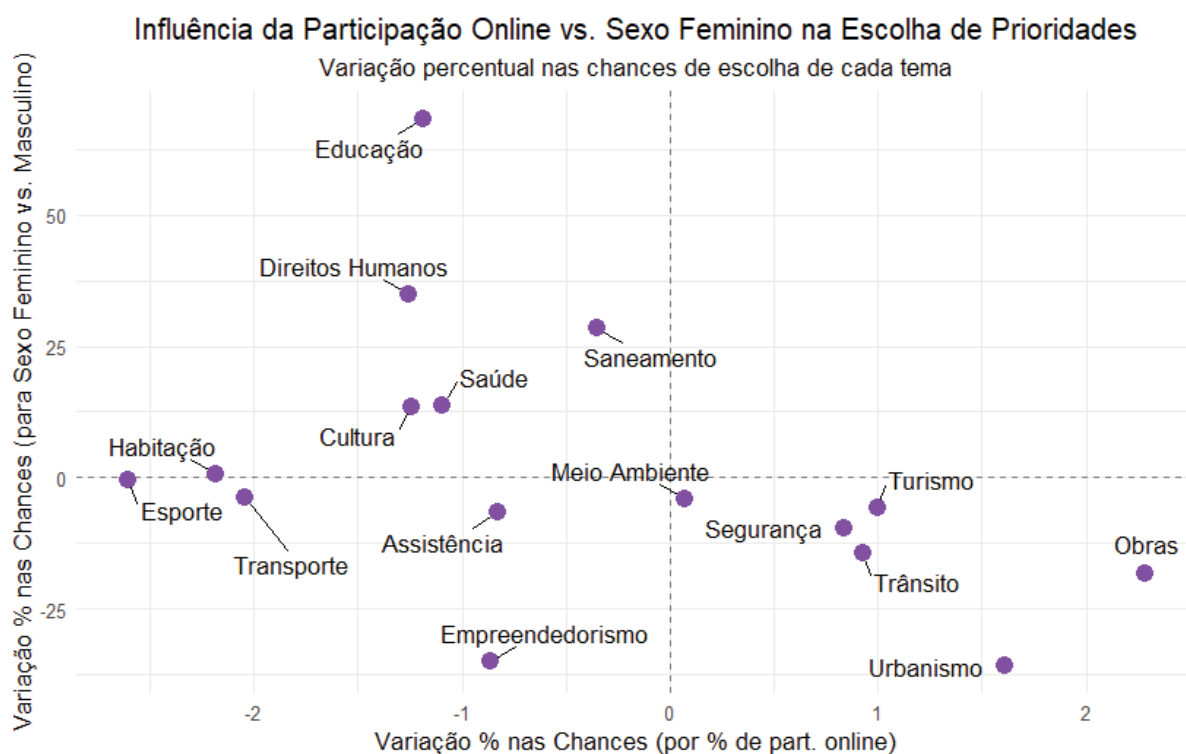
FIGURA 8 – CLUSTERS DE PARTICIPAÇÃO



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

O gráfico a seguir ilustra como o gênero do participante e a forma de participação (presencial vs. online) se associam à escolha de prioridades no orçamento participativo. Cada ponto representa uma política pública. Quanto mais à direita um tema está, maior sua preferência em regionais com alta participação online, enquanto temas à esquerda são mais fortes em locais com engajamento presencial. Ao mesmo tempo, quanto mais para cima um tema se localiza, maior a chance de ser uma prioridade para mulheres, e quanto mais para baixo, maior a preferência entre os homens. De forma resumida, o gráfico revela um padrão onde temas como Educação e Direitos Humanos (canto superior esquerdo) são mais priorizados por mulheres em contextos de participação mais presencial, enquanto políticas como Obras e Urbanismo (canto inferior direito) destacam-se como pautas masculinas em ambientes com maior engajamento digital.

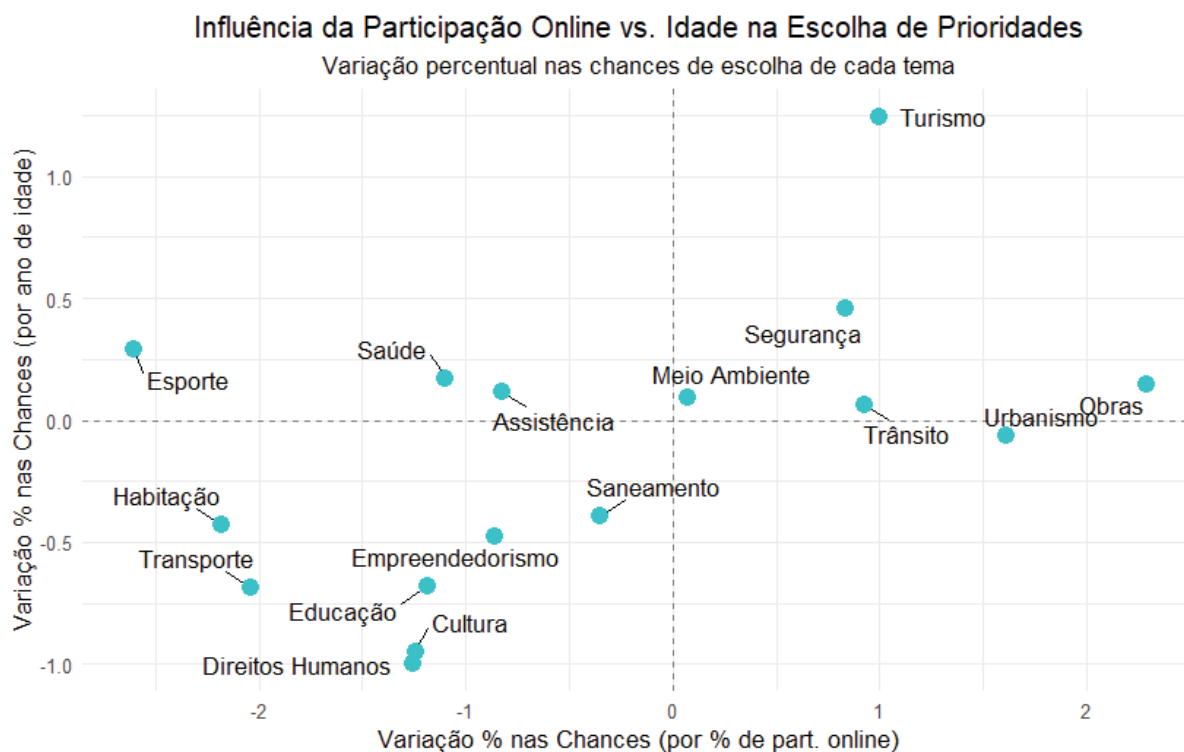
GRÁFICO 47 – PRIORIZAÇÃO POR SEXO E MODALIDADE



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

O próximo gráfico analisa como a idade do participante e o modo de participação (online ou presencial) influenciam a escolha de diferentes políticas. O eixo horizontal mostra a preferência por formato: temas à direita são mais fortes em regionais com alta participação online, enquanto temas à esquerda se destacam em locais com mais engajamento presencial. Já o eixo vertical representa a idade: quanto mais para cima, maior a preferência entre os mais velhos, e quanto mais para baixo, maior a prioridade para os mais jovens. O gráfico evidencia dois grupos distintos: de um lado, pautas como Educação, Cultura e Direitos Humanos (canto inferior esquerdo) são priorizadas por um público mais jovem em contextos de participação mais presencial. Em contraste, temas como Turismo, Segurança e Obras (canto superior direito) aparecem como a principal escolha de participantes mais velhos, que se engajam mais em ambientes digitais.

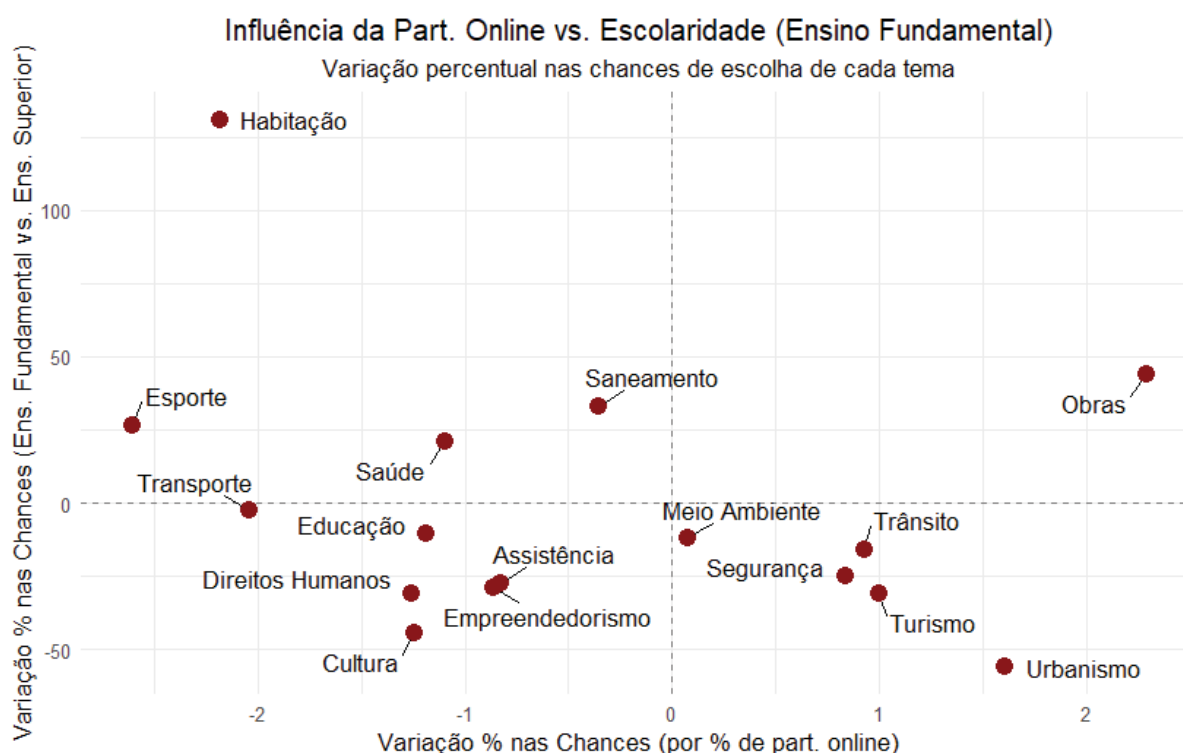
GRÁFICO 48 – PRIORIZAÇÃO POR IDADE E MODALIDADE



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

O próximo gráfico analisa como a escolaridade influencia as prioridades de políticas públicas, cruzando o perfil de participantes com Ensino Fundamental (em comparação aos de Ensino Superior) com o formato de participação (online ou presencial). O eixo horizontal indica que temas à direita são mais fortes em regionais com participação digital, enquanto os da esquerda se destacam no engajamento presencial. Já o eixo vertical mostra que pautas na parte superior são mais valorizadas por quem tem Ensino Fundamental, e as da parte inferior, por quem tem Ensino Superior. O resultado evidencia que o público com Ensino Fundamental tende a focar em infraestrutura básica: Habitação surge como uma prioridade máxima em contextos presenciais (canto superior esquerdo), enquanto Obras é a principal demanda desse grupo em ambientes online (canto superior direito). Em contraste, o público com Ensino Superior prioriza temas como Urbanismo e Cultura, revelando agendas claramente distintas entre os níveis de escolaridade.

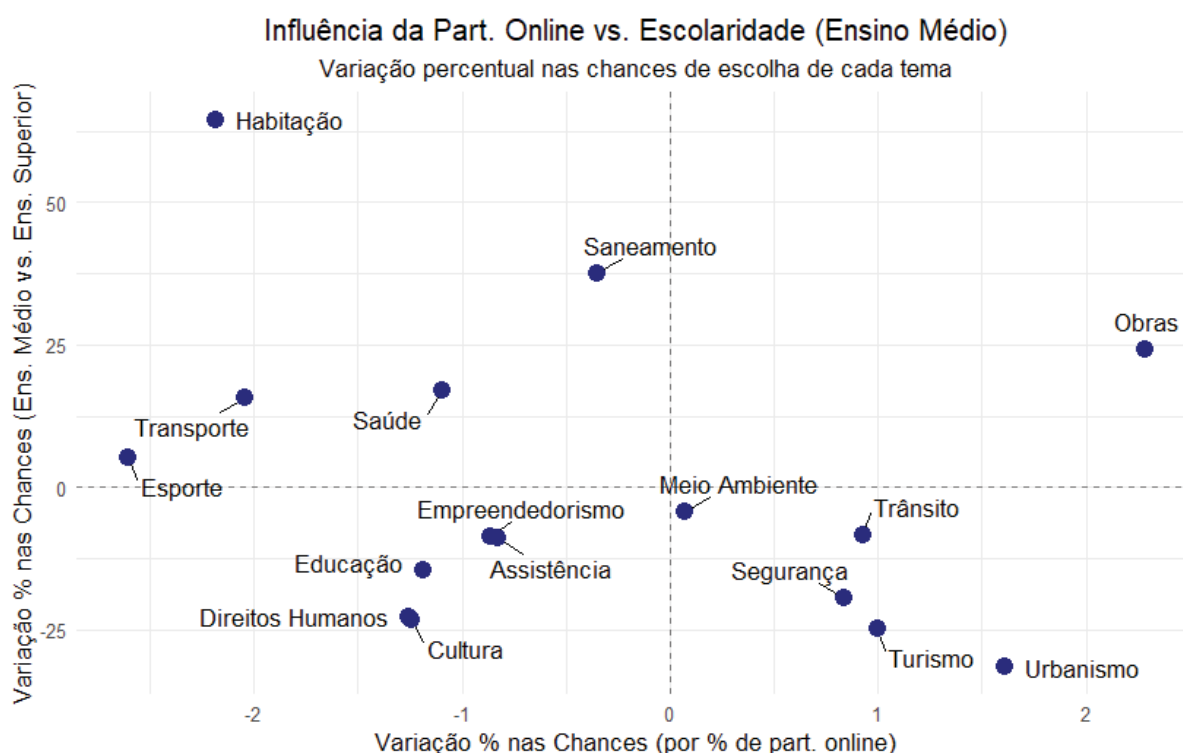
GRÁFICO 49 – PRIORIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

O gráfico seguinte compara as prioridades de participantes com Ensino Médio em relação aos de Ensino Superior, cruzando essa informação com a preferência por participação online (à direita) ou presencial (à esquerda). O eixo vertical demonstra que temas na parte de cima são mais relevantes para quem tem Ensino Médio, enquanto os de baixo são de maior interesse a quem possui Ensino Superior. O resultado revela um padrão semelhante ao do grupo com Ensino Fundamental, mas de forma mais branda: pautas de infraestrutura como Habitação (no contexto presencial) e Obras (no online) continuam sendo as mais priorizadas pelo público com menor escolaridade. Em contrapartida, temas como Urbanismo, Turismo e Cultura permanecem como a preferência do grupo com Ensino Superior. Isso sugere que o participante com Ensino Médio possui um perfil de escolhas intermediário, que se aproxima das prioridades do Ensino Fundamental, porém com uma intensidade notavelmente menor.

GRÁFICO 50 – PRIORIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE



FONTE: Prefeitura de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

A análise a seguir compara o efeito esperado na escolha de cada política em uma regional com alta participação online como a Matriz (45,93%) em relação a uma com baixa participação online como o Tatuquara (6,73%). Vale pontuar que a regional da Matriz tem a maior renda média do responsável pelo domicílio enquanto o Tatuquara apresenta a menor. O Tatuquara também apresenta uma maior porcentagem de população morando em favelas do que a Matriz. Assim temos dois extremos socioeconômicos da cidade para usar de referência para a análise destes dois perfis de participação.

A diferença entre elas é de 39,2 pontos percentuais:

Urbanismo: 86,91% MAIOR na Matriz

Turismo: 47,59% MAIOR na Matriz

Trânsito: 43,54% MAIOR na Matriz

Segurança: 38,48% MAIOR na Matriz

Meio Ambiente: 2,90% MAIOR na Matriz

Segurança Alimentar: 12,91% MENOR na Matriz

Assistência Social: 27,82% MENOR na Matriz

Empreendedorismo: 28,81% MENOR na Matriz

Saúde: 35,11% MENOR na Matriz

Educação: 37,39% MENOR na Matriz

Cultura: 38,77% MENOR na Matriz

Habitação: 57,87% MENOR na Matriz

Os resultados se dividem claramente em dois grupos: uma agenda de cidade estrutural, priorizada no ambiente digital, e uma agenda humana e social, priorizada na participação tradicional.

FIGURA 9 – PRIORIZAÇÃO NA MATRIZ E NO TATUQUARA



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2025). Elaborado pela autora.

As pautas de Urbanismo, Turismo, Trânsito e Segurança são massivamente mais priorizadas na regional Matriz. A chance de um participante priorizar Urbanismo é quase 87% maior na Matriz do que no Tatuquara, unicamente devido à diferença no perfil de participação. Isso sugere que o ambiente de participação online amplifica as vozes e preocupações com a infraestrutura, a ordem, a mobilidade e o desenvolvimento econômico da cidade.

Em forte contraste, um grande conjunto de pautas essenciais é significativamente menos priorizado na regional com maior participação online. A pauta de Habitação, por exemplo, tem suas chances de ser priorizada reduzidas em quase 60% na Matriz em comparação com o Tatuquara. Este grupo inclui Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Segurança Alimentar e até mesmo Empreendedorismo, que, neste contexto, parece se alinhar mais com pautas sociais do que de infraestrutura. Isso indica que as necessidades humanas mais diretas e os

serviços sociais encontram sua expressão mais forte nos canais de participação mais tradicionais e presenciais.

5 CONCLUSÃO

A análise das edições de 2022, 2023 e 2024 do programa Fala Curitiba revela uma notável consistência no perfil dos participantes e nas suas prioridades, ainda que o número de engajados tenha crescido. Mais do que um retrato estático, os dados expõem uma cidade com duas agendas distintas, cuja proeminência está diretamente ligada ao canal de participação — presencial ou digital.

De um lado, emerge um perfil de demanda focado em infraestrutura, ordem e desenvolvimento econômico. Prioridades como Obras Públicas, Urbanismo, Segurança e Trânsito são consistentemente associadas a participantes do sexo masculino e, crucialmente, a regionais com maior engajamento online. O canal digital, portanto, funciona como um amplificador para uma visão de cidade centrada em sua estrutura física e crescimento.

Do outro lado, delineia-se uma agenda voltada para serviços sociais, direitos e qualidade de vida. Pautas como Saúde, Educação, Habitação, Segurança Alimentar e Assistência Social são majoritariamente priorizadas por mulheres, jovens e cidadãos com menor nível de escolaridade formal. A voz deste grupo ressoa com mais força nos canais de participação tradicionais e presenciais, evidenciando que suas preocupações fundamentais encontram maior expressão no engajamento direto.

Essa divisão não é meramente demográfica, mas metodológica. O estudo demonstra que a escolha do meio de participação não é neutra; ela segmenta e filtra as demandas populares, de forma que diferentes plataformas favorecem distintas visões de mundo e prioridades políticas, onde a cidade que vota online não é a mesma que participa presencialmente.

Os números concluem que a participação tradicional no programa Fala Curitiba, ou seja, a participação presencial, está mais associada a pautas sociais e humanas em regionais com menor renda média e maior população morando em favelas. Isso desenha um claro perfil social de participação e reforça a necessidade de manter a modalidade presencial para que essa população amplie sua participação e tenham suas demandas atendidas.

Também há um perfil social de participação ao analisar o ambiente online, como já vimos. No entanto, o programa Fala Curitiba é um programa de orçamento participativo de 3 etapas: a plataforma online, as reuniões presenciais e a participação

presencial através do Fala Móvel. Assim sendo, o participante tem mais chances de participar presencialmente ao encontrar com uma unidade do Fala Móvel ao se locomover pela cidade. Isso pode influenciar esses dados, especificamente os gráficos de participação e participantes apresentados inicialmente.

Conclui-se, portanto, a partir dos fatos analisados, que a infoexclusão parece ser pouco relevante como um fator de impacto para a participação no programa Fala Curitiba. Contudo, o perfil do participante pode impactar na votação das políticas públicas, o que não está ligado ao formato e a administração do programa.

Ao comparar os dados socioeconômicos da cidade e as participações das edições estudadas pudemos ver que o Fala Curitiba apenas reflete esse quadro socioeconômico, como no nível de escolaridade e proporção de homens e mulheres.

Um maior número de participações em determinada regional não significa a exclusão de outra regional, principalmente quando analisamos os habitantes por regional e a densidade de cada uma delas.

Analisando as participações como um todo, é de extrema importância um modelo de 3 etapas que possibilite essa ampla participação presencial, principalmente ao falarmos sobre uma cidade inteligente. Uma cidade inteligente não deve ser confundida com uma cidade apenas digital, e remover ou diminuir a possibilidade de participação presencial não é uma escolha inteligente para ampliar a participação.

A participação online no programa vem crescendo bastante desde sua criação, mas ainda é menor do que a participação presencial.

A pesquisa demonstrou inicialmente como os conceitos de democracia e cidade inteligente se unem para tratar de governo inteligente e resultam no orçamento participativo. O orçamento participativo é uma ferramenta social, econômica e deve ser aliada de uma governança inteligente e inclusiva.

Uma sociedade é mais democrática quando sua população é mais livre, mais participativa e tem suas vozes ouvidas. É este caminho que o orçamento participativo de uma cidade inteligente deve seguir. Para o município de Curitiba, conhecido e reconhecido internacionalmente como cidade inteligente, é de suma importância ampliar a participação digital e simultaneamente valorizar esse modelo de orçamento participativo de 3 etapas.

O programa Fala Curitiba é promissor e, apesar de novo, deve ganhar maior destaque, principalmente quando comparado com outros OP de apenas 2 etapas e OP de cidades inteligentes que vem cortando participações presenciais – e tirando a

liberdade e o direito de participação de uma grande parcela da população como vimos nesta pesquisa.

Este estudo foi capaz de atender os objetivos propostos ao investigar os conceitos que embasaram a pesquisa, ao estudar os impactos da conectividade digital e da infoexclusão em programas de participação, com ênfase no orçamento participativo, e buscou entender os condicionantes da participação do programa Fala Curitiba e a relação entre os perfis de participantes e as prioridades eleitas.

Este estudo forneceu perspectivas valiosas para planejar e repensar os modelos participativos atuais e mostrou-se como um pontapé inicial para uma pesquisa mais aprofundada sobre o impacto da infoexclusão em programas de participação com variáveis mais específicas e análises econometricamente mais precisas.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, V.; BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. **Smart Cities: Definitions, Dimensions, and Performances**. Journal of Urban Technology, vol. 22, 1ª ed., p. 3-21, 2015.
- ALLEGRETTI, G.; COPELLO, K. **Winding around money issues. What's new in PB and which windows of opportunity are being opened?** In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.
- AYO, C.; AZETA, A.; ONI, A. **E-Democracy: An Enabler for Improved Participatory Democracy**. In: Handbook of research on E-Government in Emerging Economies: Adoption, E-Participation and Legal Framework. Hershey, Information Science Reference, 2012.
- BASTICK, Z. **Digital Limits of Government: The Failure of E-Democracy Beyond Bureaucracy**. In: Towards Sustainable Governance Informatisation, Springer International Publishing, p. 3-14, 2017.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**, tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- COSTA, F. L., CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista de Administração Pública - FGV-RJ, Rio de Janeiro, vol. 37, 5ª ed., p. 969-92, set/out 2003.
- CUNHA et. al. **Smart cities: transformação digital de cidades**. 1ª ed. São Paulo, 2016.

DIAS, J. A.; OLIVEIRA, D. B.; FERRER, W. M. H. **Democracy in the network society: citizenship and popular participation in the smart cities context.**

Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, ano 20, n. 35, p.1-20, set./dez. 2022.

DIAS, N.; JÚLIO, S. **The next thirty years of participatory budgeting in the world start today.** In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.

FEDOZZI, L.; FURTADO, A.; RANGEL, R. **Participatory budgeting in Brazil: Elements for a brief evaluation.** In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.

FERREIRA, A. C. L. D. **E-participação na perspectiva de uma cidade inteligente: um estudo sobre o engajamento na plataforma Fala Curitiba.** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2022.

FERREIRA, A. C. L. D.; COELHO, T. R. **A participação cidadã na perspectiva de uma cidade inteligente: Um estudo de caso sobre a plataforma “Fala Curitiba”.** Rev. Informação na Sociedade Contemporânea. Natal, RN. v. 5, 2021

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Planilha de dados agregados de 2022.** Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852&t=resultados>>. Acesso em: 29 maio 2025.

IMAP - INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Curitiba). **Declaração de Alexandre Matschinske, presidente do IMAP, sobre a participação no programa “Fala Curitiba”.** CBN Curitiba, Curitiba, 30 out. 2024. Disponível em: <<https://cbncuritiba.com.br/materias/educacao-obras-e-saude-recebem-mais-pedidos-de-intervencoes-ou-servicos-no-fala-curitiba-2023/>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

LAKALOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, Atlas, 8ª ed., 2017.

LAVALLE, A.G. **Participação, (des)igualdade política e democracia.** In: Desigualdades e democracia: o debate da teoria política. Organização Luis Felipe Miguel - 1ª ed. São Paulo, Editora Unesp, p. 171-202, 2016.

LAVALLE, A.G. **Participação — Valor, Utilidade, Efeitos e Causa.** In: A Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Pires Roberto (org.). 1ª ed. Brasília, IPEA, p. 33-42, 2011.

LAVALLE, A. G.; ISUNZA VERA, E. **A trama da crítica democrática: Da participação à representação e à accountability.** Lua Nova, São Paulo, 84. 2011

LÜCHMANN, L.; ROMÃO, W.; BORBA, J. **30 Years of participatory budgeting in Brazil: The lessons learned.** In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.

MACIEL, C.; ROQUE, L.; GARCIA, A. C. B. **E-democracy: concepts, experiences and challenges.** In: Advances in Sociology Research, vol. 8, Nova Science Publishers, 2009.

Mais pobres continuam sem acesso à internet apesar do crescimento da rede. 02 dez, 2022. Disponível em
<<https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806207#:~:text=Embora%20as%20mulheres%20representem%20quase,compara%C3%A7%C3%A3o%20com%2069%25%20dos%20homens>>. Acesso em 29 jul. 2024.

MILL, J. S. **Considerações sobre o Governo Representativo.** Tradução de Débora Ginza e Ritta de Cássia Gondim. Lafonte, São Paulo, 2021.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E. **O Método 5: A Humanidade da Humanidade.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOROZOV, E; BRIA, F. **A cidade inteligente - Tecnologias urbanas e democracia**. Traduzido por Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Declaração de Eduardo Pimentel, vice-prefeito de Curitiba, sobre a participação no programa "Fala Curitiba"**. Curitiba, 30 out. 2024. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/etapa-do-fala-curitiba-nos-bairros-termina-encontros-reuniram-mais-de-3-mil-pessoas/73453>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Fala Curitiba**. Disponível em: <<https://fala.curitiba.pr.gov.br/Home>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RAYMUNDO, L.; MIOLA, E.; **O programa de consultas públicas Fala Curitiba como estratégia de participação cidadã na gestão municipal**. Congresso Internacional de Administração. Brasil, 2021.

RIBEIRO et. al. **Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras**. Análise social, Lisboa, 207, 2.º edição, p. 288-320, 2013.

SAMIH, H. **Smart cities and internet of things Journal of Information. Technology Case and Application Research**, vol. 21, 1ª ed., p. 3-12, 2019.

TORFING et. al. **Interactive Governance: Advancing the Paradigm**. Oxford University Press, 1ª ed., 2012.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

TOWNSEND, A.M. **Smart cities: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia**. W.W. Norton & Company, Inc. Nova York, 2013.

ULRICH, P.; MARSHMENT-HOWELL, J.; VAN GEEST, T. **Open Governance in the Smart City – a scoping report**. Smarticipate, outubro, 2016.

WALTERS, D. **Smart cities, smart places, smart democracy: Form-based codes, electronic governance and the role of place in making smart cities Intelligent**. Buildings International, vol. 3, p. 198-218, 2011.

WAMPLER, B.; MCNULTY, S.; TOUCHTON, M. **The Global spread and transformation of participatory budgeting**. In: Hope for democracy: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Epopeia Records, 2018.